

Dupl. 12

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

R-III



RELATÓRIO

APRESENTADO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL PELO MINISTRO
DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

1952



SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

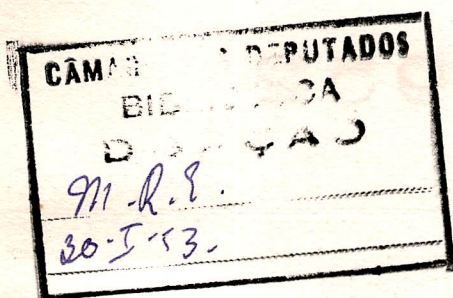


RELATÓRIO

APRESENTADO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL PELO MINISTRO
DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

1952

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES



TÁBUA DE MATÉRIAS

I — INTRODUÇÃO	5
II — EXPOSIÇÃO	11
ASSUNTOS POLÍTICOS E CULTURAIS	
VI SESSÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	13
VII SESSÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	18
OS CASOS DE TUNÍSIA E MARROCOS	27
A QUESTÃO DA ÁUSTRIA	29
VISITA AOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	31
VISITA A LIMA	33
REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O PERU E CUBA	34
CRIAÇÃO DE MISSÕES DIPLOMÁTICAS EM JAKARTA, KABUL E REYKJAVIK	35
ELEVAÇÃO À CATEGORIA DE EMBAIXADA DAS MISSÕES DO BRASIL EM BELGRADO, VIENA E HAIA	36
RECONHECIMENTO DOS NOVOS GOVERNOS DE CUBA E DA BOLÍVIA	37
A QUESTÃO DE LIMITES PERU-EQUADOR .	38

ATOS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS IN- TERNACIONAIS	39
Atos Internacionais assinados pelo Brasil	41
Atos Internacionais ratificados pelo Brasil	45
Atos Internacionais promulgados pelo Brasil ..	47
Decretos Legislativos referentes a Atos Interna- cionais	50
Decretos do Executivo sôbre Atos Internacionais	51
Reuniões Internacionais com a participação do Brasil	52
Reuniões Internacionais realizadas no Brasil ..	77
DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS	79
Fronteira Brasil-Colômbia	79
Fronteira Brasil-Uruguai	80
Fronteira Brasil-Paraguai	81
ESTRADA DE FERRO CORUMBÁ-SANTA CRUZ DE LA SIERRA	83
COMISSÃO MISTA BRASILEIRO-BOLIVIANA DE ESTUDOS DE PETRÓLEO	86
PONTE INTERNACIONAL SÔBRE O RIO QUARAÍM	88
LIGAÇÃO RODOVIÁRIA BRASIL-PARAGUAI.	89
AÇÃO CULTURAL	90
Publicações de divulgação	91
Edições no exterior	93
Outro material empregado	93
Bolsas de estudos	95
Prêmio «Brasil»	96
Institutos no Rio da Prata	96
Cadeiras de Estudos Brasileiros em Universida- des estrangeiras	98
PUBLICAÇÕES	101
DISTRIBUIÇÃO DE IMPRESSOS	107
CERIMONIAL	108
VISITANTES ILUSTRES	110
CORTEZIA INTERNACIONAL	114

HOMENAGENS NO ITAMARATY	117
PERSONALIDADES AGRACIADAS COM A ORDEM NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL	120

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRA- BALHO	131
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA ..	133
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE	136
FUNDO INTERNACIONAL DE SOCORRO A INFÂNCIA	138
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA ..	140
CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE MATÉ- RIAS PRIMAS	144
ACÓRDO GERAL SOBRE TARIFAS ADUANEI- RAS E COMÉRCIO	147
CONSELHO INTERNACIONAL DO TRIGO ..	150
CONSELHO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR .	153
COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL PARA AS MIGRAÇÕES DA EUROPA	154
COMISSÃO DE POPULAÇÃO	157
COMISSÃO SOCIAL DO CONSELHO ECONÔ- MICO E SOCIAL	158
ORGANIZAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL INTER- NACIONAL	159
ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL	160
COMISSÃO CONSULTIVA PARA OS ASSUN- TOS ADMINISTRATIVOS E ORÇAMEN- TÁRIOS	161
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS	162
COMISSÃO ECONÔMICA DA ONU PARA A AMÉRICA LATINA	165

ASSUNTOS ECONÔMICOS E CONSULARES

ATIVIDADES ECONÔMICO-COMERCIAIS	167
ACORDOS COMERCIAIS	169
POLÍTICA DE PREÇOS-TETO	173
GRUPO MISTO DE PROBLEMAS DE SUPRI- MENTOS DE EMERGÊNCIA	174
COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	176
COMISSÃO CONSULTIVA DO TRIGO	181
COMISSÃO DE EXPORTAÇÃO DE MATE- RIAS ESTRATÉGICOS	185
POLÍTICA AÉREA	186
ACÓRDO DE ASSISTÊNCIA MILITAR BRASIL- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	188
SERVIÇO CONSULAR	191
Corpo Consular estrangeiro	192
Alistamento militar de brasileiros residentes no exterior	193
Repatriações	195
Inspeção consular	197
Incidentes de fronteira	199
PASSAPORTES	201

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PESSOAL	207
REFORMA DOS SERVIÇOS E DOS QUADROS DO ITAMARATY	210
A CONSTRUÇÃO DO NOVO EDIFÍCIO DO MINISTÉRIO	215
ORÇAMENTO	218
Créditos adicionais	218
Créditos especiais	218
Adiantamentos por conta de créditos adicionais .	220

Créditos especiais concedidos	221
Abertura de créditos especiais autorizados ..	222
Empenhos e adiantamentos	224
Prestação de contas	224
COMUNICAÇÕES	225
ARQUIVO HISTÓRICO	227
BIBLIOTECA	228
MAPOTECA	230
MATERIAL	232
ARQUIVO	233
SECÇÃO DE MULTIPLICAÇÃO	236

DIVERSOS

SERVIÇO JURÍDICO	237
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES	242
SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO DO PATRI- MÔNIO	244
COMISSÃO DE ESTUDO DE TEXTOS DE HIS- TÓRIA DO BRASIL	245
INSTITUTO RIO-BRANCO	246
Funcionamento dos cursos	246
Administração	257
A ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO MI- NISTÉRIO	262

III — CONCLUSÃO	263
-----------------------	-----

RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES CORRESPONDENTE
AO ANO DE 1952

INTRODUÇÃO

Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência, num relato sucinto, as principais atividades do Ministério das Relações Exteriores durante o ano de 1952.

Foi este um período de intenso labor diplomático para dar cumprimento às diretrizes da política externa traçada por Vossa Excelência e em cumprimento do programa por Vossa Excelência exposto ao povo durante a campanha presidencial de 1950.

A política externa do nosso país obedece a um sentido de continuidade histórica, em suas linhas fundamentais. Graças a isso, tem o nosso país conseguido, não só em nosso continente, senão no mundo, uma posição de destaque e granjeado o respeito das outras nações, com as quais nos esforçamos por manter as melhores relações, tanto no plano político como no econômico e cultural.

Como Vossa Excelência sabe, a diplomacia está assumindo dia a dia uma fisionomia multilateral e

os trabalhos dos nossos representantes no estrangeiro têm de estender-se a um sistema congressional, não só no Parlamento das Nações Unidas, como nas múltiplas conferências técnicas que, por assim dizer, se realizam semanalmente nas diversas partes do mundo. Isso obriga o Itamaraty a um esforço redobrado para aproveitar os valores pessoais e afeição-los às necessidades cada vez maiores e mais diversas do serviço público. Ai é que se forma um problema a demandar solução urgente. É o problema do pessoal, que se torna cada vez mais escasso em número, em face dos múltiplos encargos que pesam sobre este Ministério. Não só isso; também o orçamento da despesa se acha cada vez mais sobrecarregado, ainda quando Vossa Excelência sãbiamente tenha sempre determinado o máximo da economia possível. Mesmo assim as verbas sucumbem, vencido o primeiro semestre do ano, e não raro o Governo tem tido necessidade de fazer apêlo aos créditos extraordinários. Tenho me esforçado para, também nesse particular, cumprir as diretrizes de Vossa Excelência. Mas urge encarar corajosamente o problema de aumentar não só os quadros do pessoal diplomático, como os recursos financeiros para o desempenho das funções da Casa. Nesse sentido, dirigiu-se Vossa Excelência, no ano que acaba de findar, ao Congresso Nacional, pedindo a criação de

45 novos lugares de Secretários, mas o projeto infelizmente ainda não saiu da Câmara dos Deputados, devido a emendas apresentadas no tocante à restauração do quadro de Conselheiros Comerciais.

Por outro lado, cumpre notar que essa providência é apenas preliminar. Os trabalhos para a reforma do Ministério prosseguem ativamente e estão agora confiados a uma Comissão de eminentes compatriotas, os Senhores General Oswaldo Cordeiro de Farias, Doutor Arizio de Vianna, Professor San Tiago Dantas, Professor Hermes Lima, Doutor Romulo de Almeida, Secretário Roberto Campos, Secretário Antônio Azeredo da Silveira, os quais, sob a presidência do Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha, se têm desincumbido com grande patriotismo do apêlo que lhes dirigi em nome do Governo. Já se havia organizado um projeto-base, esforço de duas Comissões de funcionários da Casa. Fiz presente o texto aos Chefes das nossas Missões diplomáticas no estrangeiro e a outros funcionários de menor graduação mas de acentuado relêvo e mérito em postos menores. Pedi também a cooperação de antigos Chefes desta Casa, hoje na inatividade. Procurei dar assim um cunho altamente democrático aos estudos da reforma, inclusive porque sôbre ela tanto opinaram Embaixadores como jovens Cônsules de terceira classe. Espero no princípio, ainda,

dêste ano, levar a Vossa Excelência um texto para que Vossa Excelência o examine e decida sobre a norma a seguir nesse grave e importante assunto.

Fazendo neste momento um singelo relato das atividades desta Casa, não poderei omitir a importância que assumiu o nosso país com as visitas de eminentes personalidades que aqui vieram especialmente, assim como acentuar a importância dos acordos econômicos que estamos celebrando e da posição de relêvo adquirida pelo Brasil no seio das Nações Unidas.

EXPOSIÇÃO

VI SESSÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU

Sòmente a 5 de fevereiro de 1952 foi encerrada, em Paris, a VI Sessão da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, cujos trabalhos haviam sido iniciados a 8 de novembro de 1951.

A Delegação do Brasil esteve assim constituída: Chefe, Embaixador Mario de Pimentel Brandão; Delegados, Embaixador João Carlos Muniz, Senador Waldemar Pedrosa, Deputado José Augusto Bezerra de Medeiros e Senhor Pedro da Costa Rego, e Delegados Substitutos o Embaixador Gilberto Amado, o Professor Hermes Lima, os Ministros Vasco Tristão Leitão da Cunha e Ruy Ribeiro Couto, a Senhora Rosalina Coelho Lisboa de Larragoiti e o Senhor Cleantho de Paiva Leite.

No plano político, além do esforço realizado no que diz respeito às medidas colectivas, foram adoptadas soluções relevantes. Atendendo a que a situação na Grécia mudara radicalmente de carácter em fins de 1949, com o desaparecimento das guerrilhas no

Épiro, resolveu a Assembléia Geral extinguir a Comissão Especial das Nações Unidas para os Balcans e constituir um Subcomitê da Comissão de Observação da Paz, a fim de manter vigilância sôbre uma área em que ainda não cessaram as ameaças à paz e à segurança internacional. Teve, com isso, em vista situar o caso balcânico dentro do quadro geral da segurança colectiva da Organização, retirando, assim, da agenda a "questão grega" pròpriamente dita. A Assembléia Geral tomou conhecimento da denúncia iugoslava contra a campanha sistemática do Cominform e solicitou às Partes interessadas que em suas relações internacionais observassem escrupulosamente os princípios e os propósitos da Carta de S. Francisco. Constituiu uma Comissão, da qual participa o Brasil, a fim de verificar se as condições existentes na República Federal da Alemanha, em Berlim e na área de ocupação soviética, permitirão a realização de eleições livres em todo o território da Alemanha. Reiterou a condenação à política de segregação racial na União Sul-Africana ("Apartheid"), reafirmando os têrmos das Resoluções anteriores sôbre a matéria. Renovou o mandato da Comissão de Conciliação para a Palestina, estabelecendo condições menos vagas para o cumprimento das decisões das Nações Unidas. Ampliou e fortaleceu o programa de auxílio e socorro aos refugiados árabes. E tomou conhecimento, a Assembléia Geral, da proclamação da Independência da Líbia, nos têrmos das Resoluções de 21 de novembro de 1949 e de 17 de

novembro de 1950, recomendando a intensificação da assistência técnica ao novo Estado.

No que toca aos assuntos econômicos, duas resoluções vale aqui destacar, ligadas ao progresso dos países menos desenvolvidos: 1.^a) a resolução apresentada pelo Brasil e Grécia no sentido de se fazer, dentro das instituições financeiras de âmbito internacional existentes, um imediato esforço para se ampliarem as bases do financiamento aos países menos desenvolvidos, facilitando-lhes empréstimos, a longo prazo e baixos juros, para seus problemas de base; 2.^a) a resolução apresentada pelo Chile, recomendando ao Conselho Econômico e Social o estudo minucioso de um plano a ser apresentado à próxima Assembléia para o fim de estabelecer-se um fundo internacional destinado ao financiamento dos mesmos países, sendo que a primeira resolução foi aprovada por expressiva maioria e deu origem, a segunda, a intensos debates. O projeto de Reforma Agrária foi longamente apreciado no seio da Comissão de Assuntos Econômicos.

Quanto aos difíceis trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais, convém ressaltar que a Delegação do Brasil adotou posição definida na discussão do Pacto Universal dos Direitos do Homem, o qual recebeu novos e importantes desenvolvimentos.

Na Comissão de Tutela, foram votadas oito resoluções, devidamente aprovadas pela Assembléia Geral, que é justo mencionar: 1) Exame de petições, com o apóio do Brasil; 2) Organização e métodos de

funcionamento das missões de visita (projeto inicial do Brasil, Líbano e Síria); 3) Participação dos habitantes autóctones dos territórios sob tutela nos trabalhos do Conselho de Tutela, com o voto do Brasil; 4) Participação dos Estados não membros do Conselho de Tutela nos trabalhos dos órgãos subsidiários do Conselho, com o voto do Brasil (de acôrdo com o art. 84 do Regimento esta resolução foi considerada não aprovada em virtude de não ter obtido os dois terços necessários); 5) Problema dos Euês e a unificação do Togo, com o apôio do Brasil; 6) Difusão nos territórios sob tutela de informações sôbre a ONU e sôbre o regime internacional de tutela, aprovada por unanimidade; 7) Desenvolvimento educacional nos países sob tutela, com o voto favorável do Brasil; 8) Realização de autonomia ou independência nos territórios sob tutela, com o apôio do Brasil. Além disso, a Comissão de Tutela discutiu e aprovou a Resolução sôbre a abolição dos castigos corporais, da autoria do Brasil e da França. Outra vitória do Brasil foi o adiamento do exame da questão do Surinam (Guiana Holandesa) para a Assembléia Geral de 1953.

Vinte e uma questões, na Comissão Administrativa e Orçamentária, estiveram em pauta, havendo a Delegação do Brasil apresentado um projeto visando a obtenção de um nível estabilizado das despesas da ONU. Foram também aprovadas duas propostas do Brasil: a) para que a parte administrativa dos programas financiados voluntariamente e executados

pela ONU e Agências especializadas fosse objeto das mesmas medidas de coordenação que as aplicadas aos orçamentos compulsórios; b) que o Relatório do Comitê de Coordenação Administrativa fosse examinado pelo Comitê de Finanças na sua função coordenadora. Além disso, a Comissão aprovou a proposta do Brasil para que a parte administrativa dos programas executados pela ONU, na base de contribuições voluntárias, fosse objeto do mesmo controle e exame que o aplicado aos fundos compulsórios.

Finalmente, na Comissão Jurídica, essencialmente técnica, versando problemas de doutrina, dois assuntos dominaram os debates, a definição da agressão e as reservas às Convenções Multilaterais.

Através de toda a Assembléia Geral, a Delegação do Brasil empregou o máximo de sua atividade, dedicação e competência na defesa dos interesses nacionais.

VII SESSÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU

A 14 de outubro, em Nova York, foi instalada a VII Sessão da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas.

Por iniciativa da nossa Delegação, foi apresentada a candidatura do Senhor Lester Pearson, Ministro dos Negócios Externos do Canadá, para a Presidência da Assembléia Geral. Ainda por proposta do Brasil, foi incluído na Agenda da VII Sessão um item referente à questão do Tratado de Paz com a Áustria.

Durante o ano, participou o Brasil das seguintes Comissões: 1) Comissão de Informações sobre Territórios não-autônomos; 2) Comissão de Medidas Colectivas; 3) Comissão de Inquérito para a Alemanha e Comissão de Uniões Administrativas.

A Delegação do Brasil, que teve a honra de presidir e cuja chefia foi exercida na minha ausência pelo Delegado Permanente, Embaixador João Carlos Muniz, desincumbiu-se de sua tarefa dentro das ins-

truções de Vossa Excelência sobre os sessenta e cinco itens da ordem do dia da Assembléia.

Atuaram comigo e com o Embaixador João Carlos Muniz na VII Sessão, como Delegados, o Senador Georgino Avelino, o Deputado Aloysio de Castro e o Embaixador Gilberto Amado, e como Delegados substitutos, o Ministro Henrique de Souza Gomes, o Ministro Aginaldo Boulitreau Fragoso, o Professor Hermes Lima, o Senhor Roberto Marinho e o Senhor Ottolmy Strauch.

Ao Delegado Permanente do Brasil coube a presidência da Comissão Política e de Segurança, o que constituiu justo motivo de orgulho para o nosso Governo.

A questão mais importante com que se defrontava a VII Assembléia Geral era, sem dúvida, a chamada "questão da Coréia", que foi discutida na Comissão Política e de Segurança. O problema a resolver, em linhas gerais, se desenhava da seguinte maneira: aparentemente, o único obstáculo à final conclusão de um armistício, já quase completo, depois de 16 meses de penosas negociações em Pan-Mun-Jon, residia no problema da repatriação dos prisioneiros de guerra; enquanto o Comando norte-coreano e chinês comunista insistia pela repatriação total e incondicional, o Comando Unido defendia firmemente a tese de que não deveriam ser repatriados aquêles que a isto expressamente resistissem. No exame dêste ponto, de ordem político-jurídica, a discussão muito naturalmente se alargou sobre a ques-

tão mais ampla da Coréia como um todo, o que conferiu um tom de grande acrimônia e mesmo de violência aos debates. Na primeira fase dos trabalhos, a Comissão Política e de Segurança achava-se diante de quatro projetos de resolução: um apresentado pelos Estados Unidos da América com 20 outras Potências; um mexicano, outro peruano e, finalmente, um projeto soviético. Posteriormente, a Delegação da Índia submeteu à Comissão o seu esperado projeto de resolução, acolhido em ambiente de grande otimismo, logo destruído pela crítica intransigente e acerba que lhe fez o Delegado soviético, Senhor A. Vyshinsky. Não obstante, a Comissão continuou o exame da proposta indiana que ainda representava uma esperança de conciliação. Propunha a Índia a criação de uma Comissão encarregada de efetuar a repatriação de todos os prisioneiros, de acôrdo com a Convenção de Genebra e com as normas de direito internacional. Aquêles, entretanto, que se negassem a regressar ao seu domicílio de origem, seriam mantidos sob a guarda da Comissão; no prazo de seis meses, o problema dos "prisioneiros residuais" ficaria submetido a uma conferência política, prevista no projeto de armistício de Pam-Mun-Jon. A maioria das Delegações aceitou sem reservas substanciais a proposta indiana, capaz de resolver o único ponto pendente nas negociações de armistício e, conseqüentemente, de resolver a questão primeira na Coréia que é a cessação de fogo, pondo fim a uma luta que constitui um dos mais sérios perigos para a paz.

mundial. Finalmente, o projeto indiano foi aprovado por 54 votos contra 5 e uma abstenção, tanto pela Comissão Política quanto pelo plenário da Assembléia. O Presidente da Assembléia encaminharia o texto da proposta aos Governos da Coréia do Norte e da China comunista e transmitiria à Assembléia a resposta oficial dêstes últimos, que, infelizmente, já se sabe, é negativa. Nessas condições, o mesmo problema voltará à segunda parte da VII Sessão, a reunir-se em Nova York a 24 de fevereiro próximo. A Delegação do Brasil, como não podia deixar de ser, deu seu apôio ao projeto indiano. Não fomos signatários de nenhum dos projetos apresentados, mas nos manifestamos firmemente a favor da tese do Comando Unido que, se não fôra baseado no Direito Internacional, encontraria seguro fundamento nos princípios humanitários que esposa o povo brasileiro.

Na Comissão Política *ad hoc* foram debatidos outros assuntos de importância, em que a Delegação do Brasil teve parte ativa. Um dêles foi o da discriminação racial na União da África do Sul. A simples enunciação do problema bem mostra a dificuldade em que nos encontrávamos, uma vez que a Carta das Nações Unidas ao mesmo tempo condena qualquer espécie de discriminação e proíbe formalmente qualquer interferência em assuntos de jurisdição interna dos Estados Membros. Sustentando a competência da Organização para examinar o assunto, a Delegação do Brasil procurou estabelecer um ambiente favorável a uma solução conciliatória.

Demos o nosso apoio à resolução aprovada, que concita a União da África do Sul a pôr fim às práticas discriminatórias e apresentamos uma emenda que visava apenas a tornar bem claro no texto que toda ação das Nações Unidas devia respeitar o direito, comum a todos os países, de regular os assuntos que dizem respeito à sua jurisdição interna, o que, entretanto, não significa liberdade de deixar de cumprir compromissos de ordem internacional. Semelhante orientação, isto é, de respeito à Carta e às decisões da Organização e de conciliação de interesses opostos ou divergentes, guiou a nossa Delegação no caso da Palestina. O Brasil não tem interesse direto e imediato na questão mas, como membro da comunidade internacional, procurou colaborar no sentido de permitir um acôrdo entre árabes e israelitas e, como país cristão, acentuou principalmente o seu desejo de ver garantida a liberdade de acesso aos Lugares Santos. Parte ativa tomou também o Brasil no caso da repatriação das crianças gregas raptadas pelos guerrilheiros comunistas, havendo apresentado, com a Delegação da Nova Zelândia, um projeto de resolução aceito posteriormente pela Comissão e pelo plenário da Assembléia. No exame da questão da admissão de novos membros à Organização, a nossa Delegação sustentou o seu ponto de vista de sempre, favorável à admissão individual de cada Estado e se referiu principalmente ao caso de Portugal e da Itália que, até hoje, foram impedidos de participar da Organização em virtude do "veto" soviético.

A complexidade técnica dos assuntos tratados pela Comissão Econômica da VII Sessão da Assembleia Geral da ONU impede-me, no momento, de dar, neste relatório, uma indicação completa e precisa do resultado dos seus trabalhos. Desejo sobretudo salientar a oportunidade da proposta apresentada no sentido de expandir o programa de assistência técnica de 20 para 25 milhões de dólares; a proposta da criação de um grupo de estudos encarregado de investigar a possibilidade do estabelecimento de um fundo especial para subsídios e empréstimos, a juros baixos e longo prazo de amortização, destinado ao financiamento do desenvolvimento econômico; a proposta do Brasil sobre a recondução ao Banco Internacional dos estudos relativos à criação de uma corporação internacional de financiamento, destinada a incrementar o fluxo de capitais privados para os países subdesenvolvidos e a mobilizar a sua economia interna; a proposta sobre o início dos estudos referentes ao estabelecimento de um "preço de paridade" entre matérias primas e produtos manufaturados; e, finalmente, o projeto sobre o direito de cada país de explorar e utilizar livremente as suas riquezas naturais, sem interferência indébita de Governos estrangeiros. Todo êsse trabalho foi realizado com a participação ativa da Delegação do Brasil, quer pela apresentação de projetos, quer pela introdução de emendas formais ou de sugestões, aceitas pela Comissão.

Das questões distribuídas à Comissão Social, Cultural e Humanitária, duas sobressaem pela sua

importância: 1) liberdade de informação e 2) direito de auto-determinação dos povos. Quanto à primeira, tratou-se de apurar se conviria ou não adotar uma convenção internacional que estabeleça os direitos e deveres daqueles que controlam os meios de informação e capaz de coibir os abusos no campo da liberdade de informação. A Comissão se dividiu a respeito do assunto: algumas Delegações consideravam urgente concluir-se tal convenção ao passo que outras pensavam que semelhante instrumento poderia constituir um perigo ao próprio princípio da liberdade de informação. O Brasil sempre sustentou a conveniência de se examinar sem demora um texto de convenção capaz de assegurar a objetividade e a veracidade das notícias, sem deixar de salvaguardar plenamente, na teoria e na prática, o princípio da liberdade de informação. Entretanto, como o Conselho Econômico e Social havia nomeado um relator para estudar o assunto, a Comissão julgou mais conveniente — o que era também o parecer da nossa Delegação — aguardar o resultado do seu trabalho e voltar ao assunto em 1953. Quanto à segunda questão, a Comissão aprovou uma resolução que tem por objetivo recomendar aos Estados Membros a defesa do princípio de auto-determinação de todos os povos, inclusive dos povos dos territórios não-autônomos e sob tutela e que os auxiliava a atingir a sua plena evolução política. A Delegação do Brasil, fiel à sua posição anti-colonialista, apoiou fortemente a resolução em apreço, contribuindo com diversas su-

gestões e emendas para emprestar-lhe maior vigor e coerência. Outro assunto de importância examinado pela Comissão foi o da Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, em que a Delegação do Brasil tomou a posição natural de representante de um país que reconhece plenamente a igualdade política dos sexos.

Nos trabalhos da Comissão de Tutela, o Brasil defendeu a tese de que deve existir, nos territórios não-autônomos e sob tutela estreita correlação entre o desenvolvimento econômico e o progresso social, assinalando que é, hoje em dia, impossível conceber uma economia colonial em moldes clássicos, reduzidos os territórios a meros fornecedores de matérias primas de exportação, sem que os interesses dos seus habitantes sejam levados em conta. Salientou, ainda, a necessidade de fazer com que seja respeitada integralmente, no planejamento econômico, a primazia dos interesses dos habitantes, não se permitindo que existam situações em que um rápido progresso econômico não se reflita em melhoria do nível de vida dos habitantes nativos. A eficácia da atuação brasileira, êstes últimos anos, na Comissão de Informações sobre Territórios Não-Autônomos, cujo mandato foi renovado por mais três anos, foi plenamente reconhecida ao ser o Brasil reeleito, pela presente Assembléia Geral, para integrá-la.

A Comissão Jurídica discutiu êste ano exaustivamente a possibilidade de se adotar uma definição de agressão que sirva de guia aos órgãos das Nações

Unidas. O assunto é dos mais complexos e delicados. O Brasil manifestou a opinião do seu Govêrno contrária a uma tal definição, salientando, com autoridade, entre outros pontos, o perigo de cercear a liberdade de ação do Conselho de Segurança e da Assembléia Geral no funcionamento do sistema de defesa coletiva. O Brasil opôs-se também, neste momento, à criação de uma Côrte Criminal Internacional, outro problema de importância que ocupou a Comissão Jurídica, mas não se opôs a que o assunto continue a ser estudado, para ser resolvido mais tarde. A Comissão cuidou ainda dos métodos a serem empregados pela Organização no trato das questões jurídicas, de modificações do regimento interno da Assembléia e da responsabilidade dos Estados por danos causados a agentes das Nações Unidas, além de haver examinado o relatório da Comissão de Direito Internacional que está realizando a codificação de alguns tópicos de grande interêsse como por exemplo: Regime do Alto Mar, Águas Territoriais, Nacionalidade e Apatrídia. Por decisão da Comissão, a CDI passará a estudar igualmente a codificação dos princípios e normas relativos às relações e imunidades diplomáticas.

OS CASOS DE TUNÍSIA E MARROCOS

O Governo brasileiro vinha acompanhando com especial atenção e particular interesse o desenvolvimento do movimento nacionalista no Marrocos e na Tunísia, que, no correr do ano, tomara um surto impressionante.

De posse de instruções precisas, a Delegação do Brasil sustentou na VII Sessão a plena competência das Nações Unidas para tratar do assunto que fôra levado à Assembléia Geral por treze Estados-Membros, africanos e asiáticos. Afirmavam êstes que se havia criado na Tunísia e no Marrocos uma tensão perturbadora e perigosa, cuja origem se encontrava no fato de negar o Governo francês os supremos direitos de auto-determinação dos povos dos dois protetorados.

Consciente da legitimidade das aspirações nacionalistas tunisianas e marroquinas, assim como das dificuldades do Governo francês e tendo em mente os interesses gerais de paz e segurança na África do Norte, a Delegação do Brasil apresentou à Co-

missão Política dois projetos de resolução que, após debate sereno e elevado, receberam a aprovação da Comissão e da Assembléia, por uma esmagadora maioria, estando ausente a Delegação francesa, que não reconhecia competência às Nações Unidas para se ocupar dêsse assunto.

É com especial satisfação que assinalo a ótima repercussão obtida pelos discursos e declarações de membros da Delegação brasileira sôbre as duas questões, bem como o fato de que os dois projetos brasileiros, também assinados por dez outros países latino-americanos, foram integralmente aprovados pelo plenário em sua forma original. O êxito obtido em ambos os casos pode contar-se como uma verdadeira vitória da nossa diplomacia, pois que foi a vitória dos ideais da liberdade e conciliação do povo brasileiro.

A QUESTÃO DA ÁUSTRIA

Não foi motivo de menor satisfação e orgulho o êxito obtido pela Delegação do Brasil no caso da Áustria, questão esta, aliás, que fôra inscrita na ordem do dia da VII Assembléia Geral por iniciativa do Govêrno brasileiro.

Embora, pela Declaração de Moscou de 1943, os Governos dos Estados Unidos da América, do Reino Unido, da União Soviética e da França houvessem afirmado o firme propósito de restabelecer a liberdade, a independência e a integridade da Áustria, êste país continua ainda sob regime de ocupação pelas quatro Potências. Diante dessa situação humilhante e prejudicial em que se encontra o povo austríaco, o Brasil, inspirado pelo desejo de promover o integral restabelecimento da soberania austríaca, solicitou e obteve que a VII Assembléia Geral dirigisse um veemente apêlo às Quatro Potências no sentido de cumprirem, quanto antes, as suas promessas formais de 1943.

O projeto de resolução brasileiro, apresentado com o patrocínio do México, do Líbano e dos Países-

Baixos, foi aprovado, em sua forma original, por 53 votos, zero contra e duas abstenções.

As Delegações do bloco soviético sustentaram a incompetência das Nações Unidas para tratar do assunto, muito embora desejasse a Delegação brasileira que a Assembléia dirigisse apenas um apêlo às 4 Potências signatárias da Declaração de Moscou. As Delegações dos Estados Unidos da América, do Reino Unido e da França acolheram e apoiaram a iniciativa brasileira, juntamente com a grande maioria dos países representados na Assembléia. Os aplausos, que obteve o projeto de resolução brasileiro, representam sem dúvida uma afirmação dos ideais de solidariedade, justiça e liberdade do nosso povo.

VISITA AOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

De acôrdo com as determinações de Vossa Excelência, coube-me a honra de chefiar a Delegação do Brasil à VII Assembléia Geral das Nações Unidas, realizada na cidade de Nova York de 14 de outubro a 20 de dezembro. Em capítulo a parte, dei uma síntese de todos os trabalhos realizados pelos nossos representantes naquele concílio internacional, no qual tôdas as Resoluções por nós apresentadas — e de importante relêvo, como as relativas aos casos da Tunísia e Marrocos e Áustria — lograram compacta aprovação.

Cumpre-me dizer a Vossa Excelência que aproveitei a oportunidade para uma tomada de contato com os elementos da alta administração dos Estados Unidos da América, perante os quais defendi muitos dos pontos de vista relativos ao nosso desenvolvimento econômico, na forma do plano de assistência técnica e financiamento, que está sendo executado pela Comissão Mista. Já havendo sido realizadas, quando cheguei a Nova York, as eleições presiden-

ciais naquele país, busquei encontrar-me com os principais responsáveis pela nova administração norte-americana. Nesse sentido, tive a honra de ter sido recebido no dia 21 de novembro por Sua Excelência o Senhor General Dwight D. Eisenhower, Presidente eleito, ao qual apresentei os cumprimentos de Vossa Excelência pela sua vitória eleitoral e os seus votos por um feliz Governo. Do Senhor General Eisenhower ouvi as palavras de um firme interesse por um plano de cooperação com o Brasil e as expressões mais cordiais para com o nosso país e para com Vossa Excelência pessoalmente. Mais tarde entendi-me detidamente com o futuro Secretário de Estado, Senhor John Foster Dulles, a quem expus os pontos fundamentais da cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos da América, até agora realizados, e a fundada expectativa de que o futuro Governo ainda mais incrementasse êsses trabalhos. Do Senhor John Foster Dulles recebi igualmente seguranças de uma obra de interesse comum entre os nossos dois países. A ambas as entrevistas estive presente o nosso Embaixador em Washington, Senhor Walther Moreira Salles, e à última também o Embaixador João Carlos Muniz, Chefe da nossa Delegação Permanente perante as Nações Unidas.

VISITA A LIMA

Atendendo a um convite do Govêrno do Peru, em meu regresso dos Estados Unidos da América visitei a cidade de Lima com o fito não só de prestar uma homenagem àquela nação amiga, como de inaugurar a Avenida Afrânio de Melo Franco, justa homenagem prestada pela administração municipal lime-nha ao pranteado Chanceler brasileiro, que foi o árbitro na célebre questão de Letícia. Embora não tenha imprimido à minha visita um caráter oficial, por motivos que expliquei ao Govêrno da nação amiga, ali recebi as provas mais carinhosas de apreço pelo nosso país, inclusive na longa audiência que me concedeu o Senhor General Manuel A. Odria, o qual me honrou com um banquete a que estiveram presentes os membros do seu Govêrno, o corpo diplomático estrangeiro e a alta sociedade peruana, trocando eu com Sua Excelência discursos de fraternidade panamericana.

Na mesma ocasião, a Câmara dos Deputados do Peru homenageou o Deputado Afonso Arinos de Melo Franco, líder da União Democrática Nacional, o qual também comparecera àquela capital para assistir à homenagem prestada a seu eminente pai.

REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O PERU E CUBA

O Govêrno brasileiro, em intervenção amistosa junto às Chancelarias de Lima e de Havana, vinha procurando uma fórmula que tornasse possível o restabelecimento das relações diplomáticas entre o Peru e Cuba, cujo rompimento se verificara em 1949.

Em reunião efetuada no Itamaraty a 14 de julho, presentes o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e os Senhores Gabriel Landa e Felipe Tudela, Embaixadores, respectivamente, de Cuba e do Peru, foi assinada uma ata na qual se consignou o acôrdo restabelecendo as relações diplomáticas entre os dois países.

CRIAÇÃO DE MISSÕES DIPLOMÁTICAS EM JAKARTA, KABUL E REYKJAVIK

O Govêrno, atendendo a considerações e conveniências de ordem política e econômica, decidiu, simultâneamente com os Governos da Indonésia, Afganistão e Islândia, estabelecer relações diplomáticas entre o Brasil e os mencionados países, anuindo em criar, a título de reciprocidade, uma Embaixada em Jakarta, uma Legação em Kabul e, com ação exercida cumulativamente pela Missão brasileira em Oslo, uma Legação em Reykjavik.

ELEVAÇÃO À CATEGORIA DE EMBAIXADA DAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS DO BRASIL EM BELGRADO, VIENA E HAIA

Por iniciativa dos Governos iugoslavo, austríaco e neerlandês, recebida com agrado pelo Governo brasileiro, foram elevadas à categoria de Embaixada, em 1952, as Missões diplomáticas do Brasil em Belgrado, Viena e Haia.

A proposta da Iugoslávia, Áustria e Países-Baixos de elevar à categoria de Embaixada suas Missões diplomáticas no Rio de Janeiro, demonstrou o empenho desses países em fortalecer suas relações políticas, econômicas e culturais com o Brasil.

RECONHECIMENTO DOS NOVOS GOVERNOS DE CUBA E DA BOLÍVIA

Deposto, a 10 de março, o Governo constituído da República de Cuba, cuja Presidência era ocupada pelo Senhor Carlos Prio Socarrás, o Brasil reconheceu, a 22 do referido mês, o novo Governo cubano chefiado pelo General Fulgencio Batista, não sem antes se assegurar de que o mesmo mantinha a ordem interna e estava animado do propósito de cumprir os compromissos internacionais do país.

Tendo assumido o Governo da Bolívia o Senhor Victor Paz Estensoro, em virtude do movimento revolucionário de abril e maio que depôs a Junta Militar chefiada pelo General Hugo Ballivián, e certificando-se o Governo brasileiro de que o Governo boliviano se havia consolidado no poder, estava em condições de manter a paz pública e se comprometia a respeitar os compromissos internacionais firmados anteriormente, o Brasil reconheceu, a 2 de junho, o novo Governo da Bolívia.

A QUESTÃO DE LIMITES PERU-EQUADOR

Por solicitação do Govêrno argentino, reuniram-se no Palácio Itamaraty, a 17 de setembro, os representantes dos Estados Garantes do Protocolo de Paz, Amizade e Limites entre o Equador e o Peru, assinado no Rio de Janeiro a 29 de janeiro de 1942. Durante a reunião, presidida pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, os Garantes prosseguiram no exame dos problemas relativos à execução daquêle instrumento diplomático.

O Govêrno brasileiro confia em que, com o concurso dos demais Garantes — Argentina, Chile e Estados Unidos da América — se possa, em futuro próximo, induzir o Peru e o Equador a um entendimento direto.

ATOS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

Durante o ano de 1952, foram assinados, pelo Brasil, trinta e um atos internacionais, sendo vinte e sete atos bilaterais e quatro convenções multilaterais.

Para regulamentar suas relações de comércio, foram assinados Acórdos Administrativos com a Islândia, Itália, Grécia, Espanha, Tchecoslováquia, Japão, Polônia, Iugoslávia e, sôbre o mesmo assunto, prorrogados ou revistos Acordos assinados anteriormente com Portugal, Áustria, Uruguai, França e Venezuela.

Realizaram-se também modificações nos quadros de rotas anexos aos Acordos sôbre Transportes Aéreos, assinados com o Líbano e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Merecem referência especial os Acordos de Assistência Técnica firmados com a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e com os Estados Unidos da América.

Acordos Administrativos sôbre troca de correspondência diplomática em malas aéreas e comuns foram assinados com Honduras e Costa Rica.

Durante o ano, o Brasil ratificou e promulgou quinze atos internacionais, sendo onze bilaterais e quatro convenções multilaterais. Fazem jus a especial menção o Tratado de Paz com o Japão, assinado em São Francisco; os Tratados de Migração, assinados com a Itália e os Países Baixos; os Acordos sôbre Transportes Aéreos, com a Turquia, Líbano, Chile e Itália; os Acordos Econômicos e Comerciais com a Itália, Alemanha e Chile; as Convenções sôbre a concessão dos Direitos Civis da Mulher, sôbre a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, e sôbre a aplicação dos princípios do Direito de Organização e Negociação Colectiva.

O Brasil fêz-se representar em 142 Congressos, Conferências ou Reuniões Internacionais. Entretanto, a maioria absoluta dos representantes brasileiros foi designada "sem onus para o Tesouro Nacional" ou representou entidades nacionais, que não são pessoas de Direito Público. Sômente o caráter oficial do Congresso e a sua importância para o serviço público ou para a nossa cultura, determinaram a designação de representantes oficiais.

Cinco Congressos Internacionais realizaram-se no Brasil: o Congresso Interamericano de Estudantes, a V Conferência dos Estados da América membros da Organização Internacional do Trabalho, a VIII Assembléia da Comissão Interamericana de

Mulheres, o XII Congresso da União Internacional contra Tuberculose, e o II Congresso Americano de Medicina do Trabalho.

ATOS INTERNACIONAIS ASSINADOS PELO BRASIL

BRASIL-LÍBANO — Modificação do Acôrdo sôbre Transportes Aéreos, assinado no Rio de Janeiro, a 11 de janeiro de 1951. Concluída em Beirute, por troca de notas, a 28 de janeiro de 1952.

BRASIL-HONDURAS — Acôrdo administrativo para troca de correspondência diplomática, em malas especiais, por via aérea. Concluído em Tegucigalpa, por troca de notas, de 22-1-1952 (Brasil) e de 3-3-1952 (Honduras).

BRASIL-HONDURAS — Acôrdo administrativo para troca de correspondência em malas especiais. Concluído em Tegucigalpa, por troca de notas de 22-1-1952 (Brasil) e de 3-3-1952 (Honduras).

BRASIL-COSTA RICA — Acôrdo administrativo entre o Brasil e a Costa Rica, para a troca de correspondência diplomática, por via comum. Concluído em San José da Costa Rica, por troca de notas, datadas de 10 de setembro de 1951 (Brasil) e de 5 de fevereiro de 1952 (Costa Rica).

BRASIL-ISLÂNDIA — Ajuste Comercial, de natureza administrativa. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 30 de abril de 1952.

BRASIL-ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA — Acôrdo de Assistência Militar. Assinado no Rio de Janeiro a 15 de março de 1952.

BRASIL-PARAGUAI — Acôrdo para sistematizar as funções da Missão Cultural Brasileira em Assunção. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 31 de março de 1952.

BRASIL-SUPREMO COMANDO ALIADO-JAPÃO — Transferência ao Govêrno do Japão do Acôrdo Bancário e Financeiro. Assinado em Tóquio a 2 de abril de 1952.

BRASIL-PORTUGAL — Ajuste relativo às novas listas de mercadorias válidas de 1-1-1952 a 31-12-1952, para aplicação do Ajuste Comercial celebrado entre o Brasil e Portugal, no Rio de Janeiro a 9 de novembro de 1949. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 6 de maio de 1952.

BRASIL-DIVERSOS PAÍSES — Convenção Internacional para unificação de algumas regras relativas à competência civil em matéria de abordagem. Assinada *ad referendum*, em Bruxelas, a 10 de maio de 1952.

BRASIL-DIVERSOS PAÍSES — Convenção Internacional para unificação das regras relativas à competência penal em matéria de abordagem e outros incidentes de navegação. Assinada *ad referendum*, em Bruxelas, a 10 de maio de 1952.

BRASIL-DIVERSOS PAÍSES — Convenção Internacional para unificação de regras relativas à penhora conservatória de navios. Assinada *ad referendum*, em Bruxelas, a 10 de maio de 1952.

BRASIL-REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE — Acréscimo nos quadros de rotas aéreas entre o Brasil e a Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 27 de maio de 1952.

BRASIL-ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA — Acôrdo sôbre levantamento aero-fotográfico. Concluído no Rio de Janeiro por troca de notas, a 2 de junho de 1952.

BRASIL-ITÁLIA — Acôrdo Comercial e Lista de Mercadorias anexa. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 4 de junho de 1952.

BRASIL-GRÉCIA — Ajuste Comercial de natureza administrativa e Lista de Mercadorias anexa. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 6 de junho de 1952.

BRASIL-IUGOSLÁVIA — Acôrdo Comercial e Lista de Mercadorias anexa. Concluído no Rio de Janeiro por troca de notas, datadas de 11 de junho de 1952.

BRASIL-ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA — Acôrdo para estabelecer um programa cooperativo de educação rural. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, de 26-6-52 (Brasil) e de 19-6-1952 (Estados Unidos da América).

BRASIL-DIVERSOS PAÍSES — Convenção sôbre o Estatuto de Refugiados e Apátridas (adotado em Genebra por ocasião da Conferência de Plenipotenciários sôbre o Estatuto de Refugiados e Apátridas, de 1951). Assinado pelo Brasil a 15 de julho de 1952.

BRASIL-ÁUSTRIA — Prorrogação do prazo de validade das listas de mercadorias anexas ao Ajuste Comercial entre o Brasil e a Áustria, de 12 de maio de 1950. Concluído, por troca de notas, a 17 de julho de 1952.

BRASIL-ESPANHA — Ajuste Comercial, de natureza administrativa e Lista de Mercadorias anexa. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 24 de julho de 1952.

BRASIL-TCHECOSLOVÁQUIA — Ajuste Comercial de natureza administrativa e Lista de Mercadorias anexa. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 31 de julho de 1952.

BRASIL-ONU — Acôrdo relativo ao Seminário Latino-Americano de Prevenção contra o Crime e Tratamento de Delinqüentes, a ser realizado no Brasil. Assinado no Rio de Janeiro, a 4 de agosto de 1952.

BRASIL-URUGUAI — Prorrogação do prazo de vigência do Tratado de Comércio e Navegação, assinado em 1933. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 5 de setembro de 1952.

BRASIL-ONU — Acôrdo básico para a concessão de assistência técnica. Assinado em New York, a 11 de setembro de 1952.

BRASIL-JAPÃO — Ajustes Administrativos de Comércio e Pagamentos. Assinados no Rio de Janeiro, a 12 de setembro de 1952.

BRASIL-FRANÇA — Prorrogação do Ajuste Comercial de Compensação de 14-7-51. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 29 de setembro (Brasil) e 30 de setembro de 1952 (França).

BRASIL-VENEZUELA — Prorrogação do Modus Vivendi Comercial Brasil-Venezuela, de 1-10-936. Concluído em Caracas, por notas trocadas a 2 de outubro de 1952.

BRASIL-ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA — Acôrdo sobre o Programa de Assistência Técnica à Média e Pequena Indústria. Assinado no Rio de Janeiro, a 23 de outubro de 1952.

BRASIL-POLÔNIA — Ajuste Comercial de natureza administrativa e Lista de Mercadorias anexa. Assinado no Rio de Janeiro, a 24 de outubro de 1952 .

BRASIL-GRÃ-BRETANHA — Acôrdo Provisório para conceder isenção de direitos alfandegários aos funcionários consulares de carreira. Concluído, em Londres, por troca de notas, de 31 de outubro de 1952.

BRASIL-ÁUSTRIA — Renovação das Listas de Mercadorias do Ajuste Comercial Brasil-Áustria. Estabelecido a 20 de outubro de 1952, por troca de notas, no Rio de Janeiro.

ATOS INTERNACIONAIS RATIFICADOS PELO BRASIL

BRASIL-ITÁLIA — Acôrdo de Migração, assinado no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1950. Ratificado por Carta de 15 de janeiro de 1952.

BRASIL-PAÍSES-BAIXOS — Acôrdo de Imigração e Colonização, assinado no Rio de Janeiro, a 15 de dezembro de 1950. Troca dos Instrumentos de ratificação na Haia, a 23 de janeiro de 1952.

BRASIL-ITÁLIA — Acôrdo de Investimentos, assinado no Rio de Janeiro por troca de notas de 5 de julho de 1950. Ratificado por Carta de 12 de fevereiro de 1952.

BRASIL-DIVERSOS PAÍSES — Convenção sôbre concessão de direitos civis à mulher, assinada em Bogotá, por ocasião da IX Conferência Internacional Americana, a 2 de maio de 1948. Depósito do Instrumento de ratificação a 19 de março de 1952.

BRASIL-TURQUIA — Acôrdo sôbre Transportes Aéreos, assinado em Ancara, a 21 de setembro de 1950. Troca dos

Instrumentos de ratificação, em Ancara, a 7 de março de 1952.

BRASIL-DIVERSOS PAÍSES — Convenção para a prevenção e repressão do crime de Genocídio, assinada em Paris, por ocasião da 3ª Sessão da Assembléia Geral da ONU, a 9 de dezembro de 1948. Depósito do Instrumento de ratificação a 15 de abril de 1952.

BRASIL-LÍBANO — Acôrdio sobre Transportes Aéreos, assinado no Rio de Janeiro, a 11 de janeiro de 1951. Ratificado por Carta de 6 de maio de 1952.

BRASIL-DIVERSOS PAÍSES — Tratado de Paz com o Japão, firmado em São Francisco, a 8 de setembro de 1951. Ratificado por Carta de 6 de maio de 1952.

BRASIL-ALEMANHA — Ajuste Comercial e Protocolo anexo, assinado em Bonn, a 17 de agosto de 1951. Troca dos Instrumentos de ratificação, em Bonn, a 10 de maio de 1952.

BRASIL-CHILE — Protocolo adicional ao Tratado de Comércio e Navegação, firmado no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1943. Troca dos Instrumentos de ratificação em Santiago, a 28 de agosto de 1952.

BRASIL-CHILE — Convênio de Cooperação Econômica, firmado no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1947. Troca dos Instrumentos de ratificação, em Santiago, a 28 de agosto de 1952.

BRASIL-CHILE — Convênio de Trânsito de Passageiros e Turismo, firmado no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1947. Troca dos Instrumentos de ratificação, em Santiago, a 23 de agosto de 1952.

BRASIL-CHILE — Acôrdo sôbre Transportes Aéreos, firmado no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1947. Troca dos instrumentos de ratificação em Santiago, a 28 de agosto de 1952.

BRASIL-ITÁLIA — Acôrdo sôbre Transportes Aéreos Regulares, assinado em Roma, a 25 de janeiro de 1951. Troca dos Instrumentos de ratificação, no Rio de Janeiro, a 4 de setembro de 1952.

BRASIL-DIVERSOS PAÍSES — Convenção relativa à aplicação dos princípios do Direito de Organização e Negociação Coletiva, adotada em Genebra, a 1 de julho de 1952, por ocasião da 32ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Ratificada por Carta de 14 de outubro de 1952.

ATOS INTERNACIONAIS PROMULGADOS PELO BRASIL

BRASIL-DIVERSOS PAÍSES — Carta da Organização dos Estados Americanos, firmada em Bogotá, a 30 de abril de 1948. Promulgada pelo Decreto nº 30.554, de 14 de fevereiro de 1952 (*D.O.* de 19 de fevereiro de 1952).

BRASIL-PAÍSES-BAIXOS — Acôrdo de Imigração e Colonização, assinado no Rio de Janeiro, a 15 de dezembro de 1950. Promulgado pelo Decreto nº 30.692, de 29 de março de 1952. (*D.O.* de 3 de abril de 1952).

BRASIL-TURQUIA — Acôrdo sôbre Transportes Aéreos, assinado em Ancara, a 21 de setembro de 1950. Promulgado pelo Decreto nº 30.693, de 29 de março de 1952. (*D.O.* de 3 de abril de 1952).

BRASIL-DIVERSOS PAÍSES — Convenção para a prevenção e a repressão do crime do Genocídio, concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948. Promulgada pelo Decreto número 30.822, de 6 de maio de 1952. (D. O. de 9 de maio de 1952).

BRASIL-ITÁLIA — Acôrdo de Investimentos, concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 5 de julho de 1950. Promulgado pelo Decreto nº 30.823, de 7 de maio de 1952. (D.O. de 10 de maio de 1952).

BRASIL-ITÁLIA — Acôrdo de Migração, assinado no Rio de Janeiro a 5 de julho de 1950. Promulgado pelo Decreto nº 30.824, de 7 de maio de 1952. (D.O. de 16 de maio de 1952).

BRASIL-ALEMANHA — Ajuste Comercial e Protocolo anexo, assinado em Bonn (Alemanha), a 17 de agosto de 1950. Promulgado pelo Decreto nº 30.977, de 11 de junho de 1952. (D.O. de 17 de junho de 1952).

BRASIL-DIVERSOS PAÍSES — Tratado de Paz com o Japão firmado em São Francisco, a 8 de julho de 1951. Promulgado pelo Decreto nº 30.948, de 5 de junho de 1952. (D.O. de 23 de junho de 1952).

BRASIL-DIVERSOS PAÍSES — Protocolo de Annecy dos termos de adesão ao Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, assinado em Annecy, a 10 de outubro de 1949. Promulgado pelo Decreto nº 31.307, de 20 de agosto de 1952. (D.O. de 29 de agosto de 1952).

BRASIL-LÍBANO — Acôrdo sobre Transportes Aéreos, assinado no Rio de Janeiro, a 11 de janeiro de 1951. Pro-

mulgado pelo Decreto nº 31.343, de 27 de agosto de 1952. (D.O. de 29 de agosto de 1952).

BRASIL-ITÁLIA — Acôrdo sôbre Transportes Aéreos Regulares, assinado em Roma, a 25 de janeiro de 1951. Promulgado pelo Decreto nº 31.419, de 10 de setembro de 1952. (D.O. de 18 de setembro de 1952).

BRASIL-CHILE — Convênio de Cooperação Econômica, firmado no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1947. Promulgado pelo Decreto nº 31.536, de 3 de outubro de 1952. (D.O. de 10 de outubro de 1952).

BRASIL-CHILE — Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio e Navegação de 1 de março de 1943, firmado no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1947. Promulgado pelo Decreto nº 31.536, de 3 de outubro de 1952. (D.O. de 10 de outubro de 1952).

BRASIL-CHILE — Acôrdo sôbre Transportes Aéreos, firmado no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1947. Promulgado pelo Decreto nº 31.536, de 3 de outubro de 1952. (D.O. de 10 de outubro de 1952).

BRASIL-CHILE — Convênio de Trânsito de Passageiros e Turismo, firmado no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1947. Promulgado pelo Decreto nº 31.536, de 3 de outubro de 1952. (D.O. de 10 de outubro de 1952).

BRASIL-DIVERSOS PAÍSES — Convenção Interamericana sôbre a concessão de direitos civis da mulher, firmada em

Bogotá, a 2 de maio de 1948. Promulgada pelo Decreto nº 31.643, de 23 de outubro de 1952.

DECRETOS LEGISLATIVOS REFERENTES A ATOS INTERNACIONAIS

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, de 22 de janeiro de 1952.
Aprova o Acôrd de Investimentos, concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 5 de julho de 1950, entre o Brasil e a Itália (D.O. de 5 de fevereiro de 1952).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, de 22 de janeiro de 1952.
Aprova o Convênio de Pagamentos, concluído no Rio de Janeiro, a 14 de dezembro de 1949, entre o Brasil e o Uruguai. (D.O. de 5 de fevereiro de 1952).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, de 25 de março de 1952.
Aprova o Convênio de março de 1952. Aprova o Convênio de Trânsito de Passageiros e Turismo, assinado no Rio de Janeiro, de 4 de julho de 1947, entre o Brasil e o Chile. (D.O. de 4 de abril de 1952).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, de 25 de março de 1952.
Aprova o Acrdão sôbre Transportes Aéreos firmado no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1947, entre o Brasil e o Chile. (D.O. de 4 de abril de 1952).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, de 25 de março de 1952.
Aprova o Convênio de Cooperação Econômica, firmada no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1947, entre o Brasil e o Chile. (D.O. de 4 de abril de 1952).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, de 25 de março de 1952.
Aprova o Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio e Navegação, firmado no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1947, entre o Brasil e o Chile. (D.O. de 4 de abril de 1952).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, de 5 de maio de 1952.
Aprova o Tratado de Paz com o Japão, firmado em São Francisco, em 8 de setembro de 1951. (D.O. de 14 de maio de 1952).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, de 27 de agosto de 1952.
Aprova a Convenção relativa à aplicação dos princípios de Direito de Organização e de Negociação Colectiva, adotada em Genebra a 1 de julho de 1949, por ocasião da 32ª Sessão de Conferência Internacional do Trabalho. (D.O. de 21 de outubro de 1952).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 66, de 7 de novembro de 1952.
Aprova o Convênio entre o Governo brasileiro e a Repartição Sanitária Panamericana para a organização e o funcionamento, no Brasil, do Centro Panamericano de Febre Aftosa. (D.O. de 11 de novembro de 1952).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 80 — De 15 de dezembro de 1952. Aprova o Protocolo ao Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio, firmado pelo Brasil em Torquay, a 21 de abril de 1951. (D.C. de 16-12-1952).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 84 — De 18 de dezembro de 1952. Aprova o Acôrdo de Transportes Aéreos Regulares; firmado em Assunção a 26 de junho de 1951, entre o Brasil e a República do Chile. (D.C. de 20-12-1952).

DECRETOS EXECUTIVOS SÔBRE ATOS INTERNACIONAIS

Decreto nº 30.545, de 14 de fevereiro de 1952. Torna público a entrada em vigor da Carta da Organização dos

Estados Americanos (*Diário Oficial* de 19 de fevereiro de 1952).

REUNIÕES INTERNACIONAIS COM A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

IV Congresso Panamericano de Oftalmologia — Realizado no México, de 6 a 12 de janeiro. Delegação do Brasil: Professores Moacir E. Álvaro, Sesário de Andrade, Werther Duque Estrada e os Drs. Renato de Toledo, Rui Rolim, Mario Azambuja e o Dr. Nelson Moura Brasil do Amaral.

II Festival Cinematográfico Internacional de Punta del Este — Realizado de 10 a 31 de janeiro. Delegação do Brasil: Oswaldo Marques de Oliveira e Gustavo Nonemberg.

Reunião de Técnicos das Repúblicas Americanas em Direitos de Autor — Realizada em Washington de 15 a 26 de janeiro. Representante do Brasil: Professor Thiers Martins Moreira.

III Congresso Panamericano de Otorrinolaringologia e Broncoesofagologia — Realizado em Havana, de 20 a 24 de janeiro. Delegação do Brasil: Professor Raul David de Sanson, Drs. Ermiro Estevão de Lima, Carlos Rodrigues de Moraes, José A. de Carvalho Kós, Plínio de Matos Barreto, Artur de Sá Cavalcanti e Albuquerque e Artur Moura.

Reunião da Comissão Executiva e de Ligação da União Postal Universal — Realizada em Berna a 21 de janeiro. Representantes do Brasil, em caráter permanente: Alfredo Avelino Pinto Guimarães Júnior e Gilberto de Paula e Silva.

I Reunião do Comitê Plenário da Comissão Econômica para América Latina da ONU (CEPAL) — Realizada em Santiago do Chile de 10 a 15 de fevereiro — Delegação do

Brasil: Chefe — Embaixador C. de Freitas-Valle; Delegado substituto — Luiz Aranha Pereira; Assessores — Secretários Henrique Rodrigues Valle e João Baptista Pinheiro.

Comissão do Estatuto da Mulher, do Conselho Econômico e Social da ONU — Realizada em Genebra, de 24 de março a 4 de abril. Representante do Brasil: Dra. Berta Maria Lutz.

Conferência Internacional de Matérias Primas — Realizada em Washington em março de 1952. Delegação do Brasil: Irmack Carvalho do Amaral e Álvaro Barcelos Fagundes.

IV Reunião da Conferência Interamericana de Segurança Social — Realizada no México, de 24 de março a 8 de abril. Delegação do Brasil: Fernando Cavalcanti Martins Abelbeira, Chefe; Desidério Tibiriçá Beszedits, Fioravanti Alonso de Piero, Fernando de Andrade Ramos, Emilio de Souza Pereira, Manuel Bispo de Sales e Waldemar Marques, Delegados.

V Conferência Regional Latino-Americana da ONU — Realizada em La Paz, de 26 de março a 31 de março. Delegação do Brasil: Sra. Maria Luísa Moniz de Aragão, da Fundação Pio XII, Srs. Yvens de Freitas, Manuel Francisco Lopez Meireles, Manuel Pessoa de Mello Farias, Salomão Steinberg, Sra. Laura Jacobina Lacombe, Marino Besouchet, Agnelo Bergamini de Abreu, Sras. Cely Fonseca Martins, Clara Curtis e Maria Dolores Peregrino Lins.

IV Congresso Interamericano de Turismo — Realizado em Lima, de 12 a 20 de abril. Observador do Brasil: Conselheiro Waldemar de Araújo.

III Congresso Panamericano de Serviço Social — Realizado no México em abril. Representantes do Brasil: Senhores Brasília Machado Neto, Chefe; José da Silva Oliveira, Alaim de Almeida Carneiro, Lincoln de Freitas Filho, Sras. Maria Sebastiana da Silva Pereira e Cléa Coutinho.

XXX Feira Internacional — Realizada em Milão, de 12 a 29 de abril. Delegação do Brasil: A. C. de Miranda Neto, Virgílio Pires de Sá, Hesíodo de Queiroz Facó, Caio Machado, Aderbal Stresser e Themistocles Linhares.

VI Reunião Anual da Comissão Permanente do Asfalto — Realizada em Córdoba, de 15 a 19 de abril. Delegação do Brasil: Raimundo Izalo Vieira, Mário Brandi Pereira, Henrique Ernesto Greve, Arnaldo da Silva Monteiro Júnior e Ismael da Costa Pereira.

Reunião do Conselho Diretor do Instituto para a Unificação do Direito Privado — *Delegado do Brasil*: Embaixador Raul Fernandes representado pelo Embaixador Carlos Alves de Sousa.

Congresso Internacional de Oto-Neuro-Oftalmologia — Realizado em Lisboa, de 22 a 26 de abril — Representantes do Brasil: Dr. Nelson Moura Brasil do Amaral e Tanyra Carneiro Vargas.

Festival Internacional do Filme — Realizado em Cannes, de 23 de abril a 10 de maio. Delegação do Brasil: Danilo Ramires e Joaquim Menezes. Participaram também d'este certame os Srs. Hermano Duval Sérgio Ferreira e Vinícius de Moraes.

I Congresso Nacional de Medicina Tropical — Realizado em Lisboa, a 24 de abril. Representantes da Divisão de Or-

ganização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde: Arnaldo Tavares de Melo e Nilson dos Santos de Freitas Guimarães. Representantes do Serviço Nacional da Malária: Fernando Machado de Bustamante e René Guimarães Rachou.

IV Conferência da Repartição Hidrográfica Internacional — Realizada em Mônaco, em 29 de abril. Delegação do Brasil: Vice-Almirante Antônio Alves Câmara Júnior e Capitão-Tenente João Roberto Lessa de Aboim.

Congresso dos Autores de Filmes — Realizado em Cannes, de 1 a 3 de maio. Representantes do Brasil: Cônsul Vinicius de Moraes e Hermano Duval Sergio Ferreira.

Congresso de Gastroenterologia — Realizado em Atlantic City, de 2 a 5 de maio. Representante da Universidade de São Paulo: Dr. Plínio Bove.

Conferência Diplomática de Direito Marítimo -- Realizada em Bruxelas, de 2 a 10 de maio. Delegado do Brasil: Capitão de Mar e Guerra Antônio Carlos Raja Gabaglia.

V Assembléia Mundial de Saúde — Realizada em Genebra a 5 de maio. Delegação do Brasil: Professor Manoel José Ferreira, Chefe; Doutores Almir Godofredo de Almeida e Castro e Ernani de Paiva Ferreira Braga.

I Congresso Universitário Panamericano de Odontologia — Realizado em Buenos Aires, de 4 a 10 de maio. Representantes do Brasil: Enio Lima e Maria Luiza Vonhaehling Lima. Delegação da Federação Nacional dos Odontologistas: Roque Policiano Cruz, Mário Graziani, Francisco Guerrieri, Heitor José Pasquinelli, Eliziário Pimenta da Cunha, Luiz Stamatis, Odair Delgado Messias, Humberto Gondim, Antonio Fraga Rocha, Oswaldo Merquier, Frederico Carlos Eyer, Aristides Leite, Luiz Alberto de Souza Medeiros e

Senhora Maria Natália Eulálio da Cunha. Representantes do IPASE: Sebastião Ferreira da Silva e Antonio Bertão Junior. Wlademir de Souza Pereira, José Ferreira Pires, Aristides Leite, Francisco Simões de Oliveira, Evandro de Castro Rebelo, João Oliveira Samuel, Antonio Martelli, Cervantes Jardim, Cyro Andrade Silva, Francisco Degui, Augusto Tito de Oliveira Lemos.

Congresso de Municipalidades — Realizado em Nova York, no mês de maio. Representante do Brasil: Prefeito João Carlos Vital.

Congresso de Gastroenterologia — Realizado no México de 11 a 17 de maio. Representantes brasileiros: Dr. Plínio Bove, Professores Benedito Montenegro, Felício Cintra do Prado, Jaime Vignoli, Geraldo Siffert de Paula e Silva e Oswaldo Arantes Pereira.

III Jornada Panamericana de Gastroenterologia — Realizada no México, de 11 a 17 de maio. Representantes da Federação de Gastroenterologia: Professores Benedito Montenegro, Felício Cintra do Prado, Jayme Vignoli, Doutores Plínio Bove, Geraldo Siffert de Paula e Silva e Oswaldo Arantes Pereira.

II Congresso Luso-Espanhol de Farmácia — Realizado no Pôrto, de 11 a 18 de maio. Representante da Faculdade Nacional de Farmácia: Professor Mário Taveira.

III Sessão da Comissão Internacional do Arroz — Realizada em Bandung, de 12 a 16 de maio. Representante do Instituto Rio Grandense do Arroz, Dr. Álvaro Ornellas de Souza.

Reunião sobre a Arte no século XX — Realizada em Paris em maio. Representante do Brasil: José Lins do Rego Cavalcanti.

VI Congresso Internacional de Patologia Comparada. — Realizado em Madrid, de 4 a 11 de maio. Representante do Brasil: Dr. Eduardo Pinto de Vasconcelos Filho.

XXVI Salão de Alimentação — Realizado em Bruxelas em maio. Delegação: Senhores Caio Machado, Aderbal Stresser e Themistocles Linhares.

XIII Congresso da União Postal Universal — Realizado em Bruxelas, em 14 de maio. Delegados do Brasil: Alfredo Avelino Pinto Guimarães Júnior, Gilberto de Paula e Silva e Júlio Sanchez Perez.

VIII Congresso Internacional de Cirurgia — Realizado em Madrid, de 19 a 24 de maio. Delegação do Brasil: Professores Rodolfo de Freitas e Carlos Gama, Drs. Eurico Branco Ribeiro, Oscar Cintra Gordinho, Lauro Barros de Abreu, Elpídio Canabrava, Edison de Oliveira, Benjamim da Rocha Sales, Oswaldo Borges da Costa, Alfredo Alberto Pereira Monteiro, Hugo de Castro Pinheiro Guimarães e Humberto Barreto.

IX Congresso Internacional de Indústrias Agrícolas — Realizado em Roma, de 23 a 31 de maio. Delegação do Brasil: Dr. Antônio Carlos de Sales Filho, Deputados Carlos de Lima Cavalcanti e Cleoberto Leal, Senador Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, Josafth Macedo e Jaime Guimarães Fernandes.

II Conferência da Associação Nacional de Abastecimento d'Água — Realizada na Suécia em maio. Representante do Brasil: José de Carvalho Lopes.

Feira de Indústrias Britânicas — Realizada em Londres, em maio. Representante do Brasil: Professor Mauro Ribeiro Viegas.

XI Sessão Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão — Realizada em Roma, em maio. Delegação: José Garibaldi Dantas, Delegado; Joaquim Sampaio Vidal, Deodoro Ferrelli e Everaldo Dayrell de Lima, Assessores.

I Sessão da Associação Regional VI (Europa), da Organização Meteorológica Mundial — Realizada em 26 de maio. Representante do Brasil: Francisco Xavier Rodrigues.

XIV Congresso Internacional das Grandes Rêdes Elétricas — Realizado em Paris, de 28 de maio a 7 de junho. Delegação do Brasil: General José Pio Borges de Castro, Engenheiros Luiz Antonio de Mendonça Júnior, Zilmar Soares Mountaury, Tenente-Coronel Armando Dubois Ferreira e Sr. José Varonil de Albuquerque.

IV Sessão da Assembléia da Organização Internacional de Aviação Civil (ICAO) — Realizada em maio, em Montreal. Delegação do Brasil: Chefe — Coronel-Aviador Benjamin Manoel Amarante; delegado, Major-Aviador Teobaldo Antonio Knopp; Assessores, Secretário Paulo Padilha Vidal, Aylzio José de Moura Alves de Sousa e Newton Ferreira Campos.

Congresso Mundial da Assembléia de Rearmamento Moral — Realizado em Ilha de Mackinae (Michigan) de 29 de maio a 10 de julho. Representantes do Brasil: Francisco Dillon de Figueiredo, Galileu de Matos Pestana e como observador: Carlos Meissner Júnior.

XXXI Reunião da Comissão Internacional de Polícia Criminal — Realizada em junho em Estocolmo. Delegação do Brasil: Chefe, Hermes Cardoso Machado e assessores: Jorge Luiz Pastor de Oliveira, Guilherme Pires de Carvalho e Albuquerque, e João Amoroso Neto.

Seminário Especial sobre administração e planejamento de represas e outros projetos de irrigação — Realizado em Washington. Delegação brasileira: Francisco Saboia Albuquerque e José Guimarães Duque.

Jornada de Fisiologia — Realizada em Atlantic City. Delegação: Professor Jayme Vignoli, Catedrático da Faculdade Nacional de Odontologia.

Congressos da «International Bar Association» — Realizados em Madrid em junho. Representante do Brasil: Dr. Alberto Francisco Moreira.

Congresso Internacional da Associação Internacional para a Proteção da Propriedade Industrial — Realizado em Viena de 2 a 7 de junho de 1952. Delegação do Brasil: Srs. Oswaldo Carijó de Castro, Clóvis Costa Rodrigues e Ataliba Passos Lepage.

XV Sessão do Conselho da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas — Realizada em Roma, de 9 a 14 de junho. Delegação do Brasil: João Gonçalves de Souza, Chefe; Antônio Xavier da Rocha, Delegado substituto; Sec. João Batista Pinheiro, Assessor Técnico; e Maria de Lourdes Santana Borba, Auxiliar.

Congresso — Exposição Internacional de Técnicos em Saúde — Realizado em Paris, de 10 a 14 de junho.

I Sessão da Comissão Executiva do Comitê Provisório para os Movimentos Migratórios na Europa — Realizada em Washington, de 10 a 15 de junho. Delegação: Ministro Fernando Nilo de Alvarenga, Chefe; Deputado Ivete Vargas, Delegado; Secretário Celso Antônio de Sousa e Silva, Assessor.

II Festival Internacional do Filme — Realizado em Berlim, em julho — Representante do Brasil: Cônsul Vinicius de Moraes.

Congresso da Federação Internacional de Odontologia — Realizado em Londres, de 19 a 26 de julho. Delegado: Professor Antônio Campos de Oliveira.

XV Sessão de Conferências do Comitê e da Repartição Internacional de Documentação Militar — Realizada em Liège e Bruxelas, de 4 a 7 de junho. Delegação: Capitães de Fragata João Batista dos Santos e Achilles Neriano.

Mesa Redonda do Instituto Internacional das Ciências Administrativas — Realizada em Cassino de Kocke (Bélgica) de 5 a 9 de junho. Representante do Brasil: Dr. Arizio de Viana.

III Conferência Interamericana de Escotismo — Realizada em Havana, em junho. Delegado: Coronel Leo Borges Fortes.

Congresso da Sociedade Latina Otorrinolaringológica Realizada em Saragoza. Representante do Brasil: Raul David de Sanson.

Sessão anual do Instituto Internacional Americano de Proteção à Infância — Realizada em Montevideu, de 13 a 14 de junho. Delegado do Brasil: Professor Martagão Gesteira.

Congresso da Associação Internacional de Normalização — Realizada em Nova York, em junho. Representante do Brasil: Alberto Sinal Neves.

IV Congresso Luso-Hispânico de Obstetrícia e Ginecologia — Realizado no Pôrto, na segunda quinzena de junho. Representantes do Brasil: Dr. Otávio Rodrigues Lima e Dra. Clarice do Amaral Ferreira.

VI Congresso de Contabilidade — Realizado em Londres, em 16 de junho. Delegação: Francisco d'Auria, Chefe; Eduardo Sampaio Campos e José de la Mano, Delegados.

XVII Congresso da Confederação Internacional das Sociedades de Autores e Compositores — Realizado em Amsterdam, de 16 a 20 de junho. Delegação do Brasil: Raimundo Magalhães, Joracy Camargo, Lúcia Benedetti Magalhães, Afonso de Carvalho e João Castelo Branco de Almeida. Delegação da União Brasileira de Compositores: Oswaldo Santiago, Joracy Camargo, Manuel Cavalcanti e Jaime Baccari.

IV Sessão da Comissão Latino-Americana de Florestas e Produtos Florestais — Realizada em Buenos Aires, de 16 a 21 de junho. Delegação brasileira: Manuel Carneiro de Albuquerque Filho, Temóteo Franklin, Artur de Miranda Bastos, Pedro Sales dos Santos, Haroldo Edgard Strang.

VIII Reunião do Comitê Executivo da Associação Internacional de Segurança Social e I Reunião da Comissão Médico-Social da mesma Associação — Realizada em Genebra, de 25 de junho a 15 de julho. Representantes do Brasil: Homero de Almeida Sena e Rachel Pedro Moacir.

Simpósio Internacional sobre a relatividade dos sólidos — Realizado em Gotemburgo, em fins de junho. Representante do Brasil: Sr. Fritz Feigl.

XXXV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho — Realizada em junho em Genebra. Delegados: José de Segadas Viana, Ministro do Trabalho e Luiz Augusto do Rego Monteiro; Suplente: Alfredo Ewbank da Rocha Leão; Conselheiro: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Arnaldo Lopes Sussekind, Francisco Carlos de Castro Neves, Hermes Lima, Humberto Grande, Miguel Reale, Nelio Siegfried Wagner Battendieri, Pericles de Souza Monteiro, Valdo Carneiro Leão de Vasconcelos, Augusto de Ulhoa Reis, Joaquim Canuto Mendes de Almeida, José Artur da Frota Moreira, José Gonçalves de Andrade Figueira, Josué de Castro e Virgílio Pires de Sá.

I Congresso Hispano-Luso-Americano Penal e Penitenciário — Realizado em Madrid, de 6 a 11 de junho. Delegados: Drs. José Loureiro Júnior, Noé Azevedo, Mário Acioli, Lúcio Marques de Sousa, Eduardo Theiler e Francisco Alberto Moreira.

XXVI Exposição de Arte de Veneza — Realizada de 14 de junho a 19 de outubro — Delegação do Brasil: Francisco Matarazzo Sobrinho, Maria Martins Pereira de Souza, Niomar Moniz Sodré, André de Cavalcanti.

II Congresso Internacional de Fisiologia e Patologia de Reprodução de Animais Domésticos e de Inseminação — Realizado em Copenhague, de 7 a 11 de julho. Representante do Brasil: Antônio Mies Filho.

Conferência das Associações Ortopédicas dos Países de Língua Inglesa — Realizada em Londres em princípios de julho. Representante do Brasil: Doutor Coimbra Gonçalves, Médico da Prefeitura do D.F.

VI Congresso Latino-Americano de Cirurgia Plástica — Realizado em Assunção de 6 a 12 de julho de 1952. Delegação do Brasil: Dr. Antônio Prudente de Moraes, Dr. Ruy Reis, Dr. Raul Loeb, Dr. Alfredo Abraão, Dr. Luciano Calvia, Dr. Carlos C. Cortese, Dr. Antônio Costa Estima e Dr. Vitor Spina.

IV Assembléia Geral da Associação Internacional de Críticos de Arte — Realizado em Zurique, em julho. Representantes do Brasil: Mário Pedrosa, Mário Antônio Barata, Tomás de Santa Rosa Júnior e Antônio Bento de Araújo Lima.

I Congresso da Federação Internacional de Dietética — Realizado em Amsterdam, de 7 a 11 de julho. Delegação do Brasil: Dr. Josué de Castro, Dra. Isolina Becker de Segadas Viana, Firmina Sant'Ana, Dayse Furtado e J. J. Barbosa.

Cinquentenário da Dirigibilidade do Ar e Inauguração do Monumento a Alberto Santos Dumont — Realizado em Paris em julho. Delegação do Brasil: Ministro Nero Moura, Chefe; Deputado Dioclécio Duarte, Major Brigadeiro do Ar Ajalmar Vieira Mascarenhas, Tenente Coronel Aviador

Clovis Costa, Tenente-Coronel Aviador Lino Romualdo Teixeira, Secretário Lucillo Haddock Lobo, Major-Aviador Joel Miranda, Capitão-Aviador Antonio Henrique Alves dos Santos, José Garcia de Sousa, Artur Francisco Seixas dos Anjos, Senador Francisco A. Chateaubriand Bandeira de Mello, Paulo Bittencourt, Antonio Dumont Severo, Secretário Aluizio Napoleão de Freitas Rego e Secretário Alfredo de Pimentel Brandão.

XV Olimpíada — Realizada em Helsinki em julho. Observador do Brasil: Reinaldo Sodré Borges.

VI Congresso Internacional de Zootecnia — Realizado em Copenhague, de 9 a 14 de julho. Representantes do Brasil: Nelson Barcelos Maia, Argemiro de Oliveira, George Frederich Laun e Octavio Domingues.

I Congresso Latino de Educação Física — Realizado em Bordéus, de 10 a 20 de julho. Representantes do Brasil: Dr. João Peregrino da Rocha Fagundes Júnior e Coronel Caio Mário de Noronha Miranda.

I Congresso Internacional de Fumo — Realizado em El Salvador, de 12 a 22 de julho. Representantes do Brasil: Antônio de Arruda Câmara, Júlio Barroso Ramos e Artur Natividade Seabra.

Conferência Internacional de Música Folclórica — Realizada em Londres, de 14 a 19 de julho. Representante do Brasil: Senhor Renato Almeida.

XI Congresso da Federação Internacional de Odontologia — Realizado em Londres, de 19 a 26 de julho. Representantes do Brasil: Professor Antônio Campos de Oliveira, José Arruda e Ariovaldo Vulcano.

XVII Congresso Internacional de Arte Histórica — Realizado em Amsterdam, entre 23 e 31 de julho. Representante do Brasil: Professora Georgina de Albuquerque.

Congresso Internacional de Bioquímica — Realizado em Paris, de 21 a 27 de julho. Representante do Brasil: Professor Paulo da Silva Lacaz.

XVIII Conferência Internacional da Cruz Vermelha — Realizada em Toronto, de 23 de julho a 9 de agosto. Delegação do Brasil: Senador Vivaldo Palma Lima Filho e Deputado Aramis Taborda de Ataíde.

XXX Reunião de Consulta sobre Geografia do Instituto Panamericano de Geografia e História e XVII Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional — Realizados em Washington, de julho a agosto de 1952. Delegação do Brasil: Chefe — General de Brigada Djalma Poli Coelho; Delegados, Tenente Coronel Edmundo da Cunha, Professores Carlos Delgado de Carvalho, Josué Gastão de Castro, Jorge Zarur.

XXXVII Congresso Mundial de Esperanto — Realizado em Oslo, de 2 a 9 de agosto. Representante do Brasil: Professor João Batista de Mello e Sousa.

Congresso Internacional de Educação Física — Realizado em Helsínki de 5 a 8 de agosto de 1952. Observadores do Brasil: Alberto Latorre de Faria, Alfredo Colombo.

Seminário Internacional de Educadores — Realizado nos Países-Baixos, em agosto. Representantes do Brasil: Dulcie Kanitz Viana, Lúcia Marques Pinheiro e Luzia Contardo da Fonseca.

Festival Internacional do Filme — Realizado em Locarno em princípios de agosto. Representante do Brasil: Cônsul Vinicius de Moraes.

Conferência Intergovernamental para a Elaboração e Aprovação de uma Convenção Universal sobre os Direitos do Autor — Realizada em Genebra, de 18 de agosto a 6 de setembro. Delegado do Brasil: Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva.

XXX Congresso Internacional de Americanistas — Realizado em Cambridge de 18 a 23 de agosto. Delegados do Brasil: Professor Herbert Badus e Dr. Luís de Castro Faria. José Loureiro Fernandes, Representante da Universidade do Paraná.

VI Congresso Internacional de Pastagens — Realizado na Pensylvania de 17 a 23 de agosto. Representantes do Brasil: Agrônomo Biologista Darcy Rodrigues da Silva e Zootecnista João Barisson Villares.

II Convenção da União Pan-Americana de Associações de Engenheiro — Realizada em Nova Orleans, de 25 a 30 de agosto. Representantes do Brasil: Adolfo Morales de los Rios, Geraldo Ferreira Sampaio, Eugênio Nabuco de Araújo Júnior, Francisco Saturnino de Brito Filho, Antônio Alves de Noronha, Oscar Machado de Almeida, Luís Ribeiro Soares, Ciro Romano de Farina, Francisco de Azevedo, Severino Mariz, Eduardo Sampaio Sheldon, Raimundo Aguinaldo Raposo da Câmara, João Batista Bidart, Antônio Le Voci, Júlio Gonçalves, Ari Ferreira de Sousa, Mário Savelli, Maury de Freitas Julião, Antenor Sampaio de Freitas, João Carlos Cordeiro da Graça Filho, Darci P.

Cordeiro, Estevam Marinho, Eduardo Schmidt Monteiro de Castro, Álvaro Celso Uchôa Cavalcante, Jorge do Nascimento Silva, Sizenando Carneiro Leão, Comandante Aniceto Cruz Santos, Comandante Carlos Natividade, Antônio Carlos Marinho Nunes, Rafael Galvão, Alberto Mazzoni de Andrade, Alfredo Giglio, Rui da Rosa Borges.

IV Congresso da Associação Internacional de Pontes e Estruturas — Realizado em Londres e Cambridge, de 25 de agosto a 5 de setembro. Representante da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Professor Telemaco Hipólito de Macedo Van Langendonk.

IV Congresso Internacional de Hematologia — Realizado em Buenos Aires. Representantes do Instituto Butantan, de São Paulo: Drs. Gastão Rosenfeld e Linda Nahas.

XIII Mostra Internacional de Arte Cinematográfica — Realizada em Veneza, de 20 de agosto a 10 de setembro. Representantes do Brasil: Pedro Gouveia Filho, Cônsul Vinicius de Moraes.

Conferência Internacional dos Artistas — Promovida pela UNESCO em Veneza, de 22 a 28 de setembro. Representantes do Brasil: Dr. Lucio Costa e Cônsul Vinicius de Moraes.

XII Conferência da União Interparlamentar — Realizada em Berna, de 28 de agosto a 12 de setembro. Delegação do Brasil: Senadores Ismar de Góes Monteiro, Domingos Velasco, Hamilton de Lacerda Nogueira e Joaquim de Magalhães C. Barata; Deputados Adroaldo Mesquita da Costa, Luís Garcia, Mário Altino e Castolho Cabral; Senhores José Euvaldo Fontes Peixoto, Secretário e José Ribamar Martins

Castelo Branco; Senhor Vitor do Espírito Santo, jornalista.
Cid Buarque de Gusmão.

III Sessão da Comissão Especial para os Prisineiros de Guerra, da Organização das Nações Unidas — Realizada em Genebra, de agosto a setembro. Delegado do Brasil: Deputado Alfredo Farah.

IV Congresso Inter-Americano de Cardiologia — Realizado em Buenos Aires, de 31 de agosto a 7 de setembro. Delegados do Brasil: Professores Lafaiete Silveira Martins Rodrigues Pereira, Genival Londres e Edgard Magalhães Gomes.

IV Congresso Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas — Realizado em Viena, de 1 a 8 de setembro. Delegado do Brasil: Dr. Luís de Castro Faria.

Simpósios técnicos Comemorativos do Centenário da «American Society of Civil Engineers» — Realizados em Miami, de 3 a 13 de setembro. Delegação do Brasil: Adolfo Morales de los Rios, Geraldo Ferreira Sampaio, Eugênio Nabuco de Araújo Júnior, Francisco Saturnino de Brito Filho, Antônio Alves de Noronha, Oscar Machado de Almeida, Luiz Ribeiro Soares, Ciro Romano de Farina, Francisco de Azevedo, Severino Mariz, Eduardo Sampaio Sheldon, Raimundo Aguinaldo Raposo da Câmara, João Batista Bidart, Antônio Le Voici, Júlio Gonçalves, Ari Ferreira de Souza, Mário Savelli, Maury de Freitas Julião, Antenor Sampaio de Freitas, João Carlos Cordeiro da Graça Filho, Darcí P. Cordeiro, Estevam Marinho, Eduardo Schmidt Monteiro de Castro, Alvaro Celso Uchôa Cavalcanti, Jorge Nascimento Silva, Sizenando Carneiro Leão, Comandante Aniceto

Cruz Santos, Comandante Carlos Natividade, Antônio Carlos Marinho Nunes, Rafael Galvão, Alberto Mazzoni de Andrade, Alfredo Giglio, Rui da Rosa Borges.

Congresso da Aliança Internacional de Mulheres — Realizado em Nápoles, a 4 de setembro. Delegação do Brasil: Maria Sabina de Albuquerque e Diva de Miranda Moura, Delegadas; e Raquel Crotman Braune, Suplente.

VII Congresso Internacional e Exposição de Fotogrametria — Realizados em Washington e Dayton, de 4 a 16 de setembro. Delegados do Brasil: Engenheiro Megalvio da Silva Rodrigues e Armando Ribeiro Gonçalves.

I Congresso Internacional de Neuropatologia — Realizado em Roma, de 7 a 13 de setembro. Representantes do Brasil: Drs. José Alves Garcia, Maurício Campos de Medeiros e Valter Edgard Maffei.

XII Congresso Internacional de História da Medicina — Realizado em Nice, em setembro. Delegado do Brasil: Ivolino de Vasconcelos.

XIII Congresso Internacional de Horticultura — Realizado em Londres de 8 a 15 de setembro de 1952. Representante do Brasil: Ministro Jayme do Nascimento Brito.

XIX Sessão do Congresso Internacional de Geologia — Realizado em Argel, de 8 a 15 de setembro. Delegado do Brasil: Alberto Lamego Rodrigues. Representantes do Conselho Nacional de Pesquisas: Luciano Jacques Moraes, Wilhelm Kegel e Fernando Flavio Marques de Almeida.

Reunião do Comitê Executivo da Organização Meteorológica Mundial — Realizada em Genebra, de 9 a 30 de se-

tembro. Representantes do Brasil: Francisco Xavier Rodrigues de Sousa e Leandro Riedel Ratisbona.

Conferência para ultimar a Convenção de Roma sobre Danos causados por Aeronaves a Terceiros, na Superfície — Realizada em Roma, em setembro. Delegados do Brasil: Jaime Leonel, Trajano Furtado dos Reis e Antônio Paulo Moura.

Reunião do Conselho Executivo Internacional da Conferência Mundial de Energia — Realizada em Chicago, em setembro. Delegado do Brasil: Ciro Romano Farina.

XVI Congresso Internacional Feminista — Realizado em Nápoles, de 14 a 18 de setembro. Delegação do Brasil: Senhoras Duval de Miranda Moura, Presidente; Maria Sabina de Albuquerque, Maria Alexandrina Ferreira Chaves e Maria Eugênia Celso.

IV Conferência Hemisférica de Seguros — Realizada em Nova York, em setembro. Representante do Brasil: Paulo da Câmara.

Exposição de Aeronáutica — Realizada em Milão, em setembro. Delegado do Brasil: Brigadeiro Henrique Raimundo Dyott Fontenele.

Seminário Centro-americano de Crédito Agrícola — Realizado em Guatemala a 16 de setembro. Observador, Mário Loureiro Dias Costa.

II Reunião da Divisão de Estatística do Comitê de Transporte Aéreo — Realizada em Montreal a 16 de setembro. Representantes do Brasil: Eloi Pontes Teixeira e Benjamin Manuel Amarante.

Reunião da Associação Internacional de Ciências Políticas — Realizada na Haia, em setembro. Representante do Brasil: Temístocles Brandão Cavalcanti.

XXI Congresso Internacional de Habitações e Urbanismo — Realizado em Lisboa, de 21 a 27 de setembro. Representante do Brasil: Engenheiro Carmen Velasco Portinho.

IV Congresso de Hematologia — Realizado em Mar del Plata, de 21 a 27 de setembro. Representante do Brasil: Emanuel Rebelo.

Congresso Internacional de Finanças Públicas — Realizado em Lisboa, de 25 a 28 de setembro. Delegado: Dr. João Alves da Rocha Soares.

Simpósio sobre Sistema Nervoso Vegetativo — Realizado em Salzburgo em setembro. Delegados do Brasil: Drs. Maurício Campos de Medeiros e José Alves Garcia.

I Congresso Interamericano de Higiene — Realizado em Havana, de 27 de setembro a 1 de outubro. Delegação do Brasil: Dr. Mário Pinotti, Chefe; Professores Joaquim Martagão Gesteira, Manuel José Pereira Filho e Hamilcar Viena Martins; Drs. Adelmo de Mendonça e Silva, Frederico Adolfo Simões Barbosa, Leônidas de Melo Deane, Fernando Machado Bustamante, Afonso de Ligório Pinheiro Jofily, Henrique Maia Penido, Orlando José da Silva e Flamarion Afonso Costa, Delegados. E mais: José Rosemberg, Valter Ribeiro Sanchez, Ovidio Uutí, Tito Lopes da Silva, Carlos Bastos, Magarino Torres, Emanuel Dias.

Conferência Plenipotenciária Internacional de Telecomunicações — Realizada em Buenos Aires, a 1 de outubro.

Delegados do Brasil: Libero Osvaldo de Miranda, Chefe; Gessner Pompílio Pompeu de Barros, Edgard Saboia Ribeiro, Luís Vilaça Meyer, Alexandre da Costa Pinheiro, Amarílio Alves Teixeira, José Cláudio Beltrão Frederico, Gerardo de Campos Braga, Luís Gomes Ribeiro, Enéas Machado de Assis, Saint Clair da Cunha Lopes e José Jobim, Delegados; Paulo Esperidião Correia de Andrade, Valter Reininger, Roberto Gomes Tarlé Filho, Paulo Boesner e Osvaldo de Castro Lobo, Assessores.

VII Reunião das Partes Contratantes do Acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio — Realizada em Genebra a 2 de outubro. Delegação do Brasil: José de Carvalho e Sousa, Chefe; Cônsul Alfredo Teixeira Valadão, Delegado; Jaime Magrassi de Sá e Lúcia Marinho Pirajá, Assessores; Carmen Silvia Chermont de Castro Martins, Secretário.

Conferência da Associação de Portos e Baías do Japão — Realizado em Kobe de 9 a 11 de outubro de 1952. Observador do Brasil: Conselheiro Osvaldo Tavares.

Reunião da Academia Americana de Oftalmologia e Otorrinolaringologia — Realizada em Chicago de 12 a 17 de outubro. Representante do Brasil: Tenente Coronel Waldemar Salem.

VI Reunião Pan-americana de Consulta sobre Cartografia — Realizada em Ciudad Trujillo de 12 a 24 de outubro. Delegado do Brasil: Engenheiro Megalvio da Silva Rodrigues.

II Convenção Panamericana de Avaliações — Realizada em Santiago do Chile, de 12 a 29 de outubro de 1952. Delegação brasileira de engenheiros, chefiada pelo Doutor Helio

de Caires; Joaquim Rodrigues dos Santos Filho, Yanko Lima Verde Guimarães, João Ruy Canteiro, Manoel de Siqueira Ernani F. de Nogueira, Alberto Guebrin.

VII Assembléia Geral das Nações Unidas — Realizada em Nova York, a 14 de outubro. Delegação do Brasil: Presidente da Delegação Ministro João Neves da Fontoura; Vice-Presidente, Embaixador João Carlos Muniz; Delegados, Embaixador Gilberto Amado, Senador Georgino Avelino, Deputado Aloysio de Castro; Delegados Substitutos, Ministro Henrique de Souza Gomes, Ministro Aguiinaldo Boulitreau Fragoso, Professor Hermes Lima, Senhor Roberto Marinho e Senhor Ottolmy Strauch; Assessores, Secretário Luiz Leivas Bastian Pinto, Affonso Rodrigues Palmeiro, Carlos Alfredo Bernardes, João Augusto de Araujo Castro, Mozart Gurgel Valente Junior, Octavio Augusto Dias Carneiro, George Alvares Maciel, Ramiro Elisio Saraiva Guerreiro, Lauro Escorel Rodrigues de Moraes, Carlos Calero Rodrigues, Gilberto Francisco Renato Allard Chateaubriand Bandeira de Mello, Lauro Soutello Alves e Auxiliares: Arnaldo Parisot Dias Pereira, Sylvia Ribeiro Póvoas, Aurea Cabral Vianna.

VII Congresso Panamericano de Arquitetos — Realizado no México de 19 a 25 de outubro. Representantes brasileiros: Arquitetos Lygia Fernandes, Rubens de Almeida Serra, Nestor E. de Figueiredo.

I Congresso Ibero-Americano de Arquivos, Bibliotecas e Propriedade Intelectual — Realizado em Madrid, de 20 a 29 de outubro de 1952. Compareceram como Congressistas, Stael Alves Pequeno e Maria Lúcia Behring Coimbra como

representantes da Biblioteca do Itamaraty, Maria Regina do Valle, da Faculdade de Filosofia, Irene Menezes Doria, do Ministério do Trabalho, Bernadette da Silva Neves, da Escola de Biblioteconomia da Bahia, Maria Luiza Monteiro da Cunha, Lenira Fragarolli e Antonieta Ferras, de São Paulo, Josepha Navas Fontes, Bibliotecária Chefe do Instituto Butantan.

XXIII Convenção do «Pan-american Homeopethic Medical Congress» — Realizada em Miami de 20 a 26 de outubro. Delegação Brasileira: Drs. Manoel de Paiva Ramos, Presidente; Amaro Azevedo, Diretor Internacional, David Castro, Diretor Regional, Alfeu Araujo Flores, Adolpho Correia de Araujo, Dra. Poncianita Vollmer Ferreira, Elvira Pock, Idalba Leite de Oliveira, Maria Alice de Barros Azevedo, Deputado Fernando Ferrari, Delegados; Cilla B. Azevedo, Secretária; Regina de Paiva Ramos, Jornalista.

III Sessão da Assembléia da União Internacional para a Proteção da Natureza — Realizada em Bruxelas de 18 a 23 de outubro de 1952. Observador do Brasil: Doutor Oliverio Mario de Oliveira Pinto.

I Congresso Latino-americano de Obstetrícia e Ginecologia — Realizado em Buenos Aires de 26 a 30 de outubro. Delegação do Brasil: Drs. Lucas M. Machado (Belo Horizonte), Arnaldo de Moraes e Otavio Rodrigues Lima (Rio de Janeiro).

Congresso Extraordinário Pan-americano de Estradas de Rodagem — Realizado no México de 26 de outubro a 1º de novembro (O.E.A.). Delegação do Brasil: Engenheiro Luiz Ribeiro Soares, Presidente; Francisco Guimarães,

Paulo Aguiar, Gilberto Bueno Paim Pamplona, Jorge Azem, João Soares do Amaral Neto, Delegados; Semiramis Viana, Auxiliar.

Conselho Internacional de Registro de Frequências — Realizado em Genebra. Representante do Brasil: Ezequiel Martins da Silva.

IV Congresso Interamericano de Radiologia — Realizado no México de 2 a 8 de novembro. Delegação do Brasil: Drs. José Maria Cabello de Campos, Chefe; Marcelo de Lacerda Soares, Domingos Portela Lima, Milton Macedo Munhoz, Javert Barros, J. Pulcherio Filho, José Mesa Campos Filho, Adelaide Ribeiro, Gessy Correia e George Lapawa.

IV Conferência Mundial de Juristas — Realizada em Madrid e promovida pela «International Bar Association». Representantes do Brasil: Professor Arnaldo Medeiros e Doutor Eduardo Theiler.

VI Reunião Plenária do Conselho Interamericano de Comércio e Produção — Realizada em Lima de 13 a 18 de novembro. Delegação do Brasil: Deputado Dr. Euvaldo Lodi, Presidente; Doutor Brasílio Machado Neto, Sr. Edgard Teixeira Leite, Senhor Ernesto Barbosa Tomanik, Antônio Julio de Moraes, Osório da Rocha Diniz, Ruben Soares, Oswaldo Benjamin de Azevedo, Charles Edgard Moritz, Amin Lang Junior, Francisco Garcia Bastos, José Luís de Almeida Nogueira Porto, Ewaldo Correia Lima, Heitor Lima Rocha, Manoel Garcia Filho, Geraldo Mascarenhas, Plínio Cavalcanti Albuquerque, Antônio Arthur Ferraz, Antônio

Osmar Gomes, Luiz de Freitas, Aldo B. Franco Gueyr Amorim.

XXVI Sessão do Conselho da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura — Realizada em Roma de 17 a 28 de novembro de 1952. Delegação do Brasil: João Gonçalves de Souza, Chefe; Conselheiro-Comercial Antonio Xavier da Rocha, delegado substituto; Secretário João Baptista Pinheiro, assessor técnico; Rachel Biasoto Mano, auxiliar.

III Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária — Realizado em Buenos Aires de 19 a 30 de novembro de 1952. Observador do Brasil: Engenheiro Walter Rodenburg Ribeiro Sanches.

Conferência Técnica Latino Americana de Mão de Obra — Realizada em Lima de 1 a 13 de dezembro de 1952. Delegados do Brasil: Gastão de Moura Maia Filho e Stanislaw Fishlowtz. Octavio de Souza Bandeira, assessor.

VII Conferência Geral da ONU para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) — Realizada em Paris, de 12 de novembro a 10 de dezembro de 1952. Delegação do Brasil: Presidente — Paulo Berredo Carneiro; delegados — Manuel Bergstrom Lourenço Filho, Péricles Madureira de Pinho, Manuel Osório de Almeida, Maria Eugenia Celso Carneiro de Mendonça e Roberto Luiz Assumpção de Araujo.

V Reunião da «International Cancer Research Commission» — Realizada a 30 de dezembro de 1952 em Bombaim

— Observador do Brasil: Doutor Antonio Prudente Meirelles de Moraes.

REUNIÕES INTERNACIONAIS REALIZADAS NO BRASIL

Congresso Interamericano de Estudantes — Realizado no Rio de Janeiro de 25 de janeiro a 6 de fevereiro. Delegado do Brasil: Olavo Jardim Campos.

V Conferência dos Estados da América Membros da Organização Internacional do Trabalho — Realizada em Petrópolis, de 17 a 30 de abril. Delegação do Brasil: José de Segadas Viana, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio; Luís Augusto de Rêgo Monteiro, Procurador da Justiça do Trabalho e Membro da Comissão Permanente de Direito Social; Alfredo Ewbank da Rocha Leão, Waldyr Niemeyer, Geraldo Augusto de Faria Baptista, Arnaldo Lopes Sussekind, Nerio Siegrid Wagner Battendieri, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Oswaldo Carijó de Castro, Roque Vicente Ferrer, Miguel Reale, Péricles de Souza Monteiro, Evaristo de Moraes Filho, Péricles de Mello Carvalho.

VIII Assembléia da Comissão Interamericana de Mulheres — Realizada no Rio de Janeiro de 23 de julho a 8 de agosto. Delegação do Brasil: Maria Leontina Cardoso, Delegado titular; Romy Medeiros da Fonseca, Maria Francisca de Barros Barreto, Diva de Miranda Moura, Maria Amalia Arozo, Maria Sabina de Albuquerque, Ester Ferraz e Stela de Faro.

XII Congresso da União Internacional contra a Tuberculose e II Congresso do «American College of Chest Physicians» — Realizado no Rio de Janeiro de 24 a 30 de agosto. Delegação do Brasil: Professor Manuel de Abreu, Presidente; Deputado Dr. Luthero Vargas, Deputado Dr. Miguel Couto Filho, Professor Pereira Filho, Professor Reginaldo Fernandes, Dr. Ary Miranda, Professores Hugo Pinheiro Guimarães, Antônio Ybiapina, Alfonso Mac Dovell, Aloysio de Paula e Aresky Amorim.

II Congresso Americano de Medicina do Trabalho — Realizado no Rio de Janeiro de 20 a 28 de setembro. Representantes do Brasil: Drs. Tavares de Moura, Chefe, Gerson Sello Rocha (do Ministério da Justiça e Negócios Interiores), Pedro Poppe Gyrão (do Departamento Nacional de Saúde).

DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS

A Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 1.^a Divisão, com seus escritórios centrais em Belém do Pará, tem por incumbência os serviços de fronteira com as Guianas Francesa, Neerlandesa e Britânica, e com a Venezuela, a Colômbia e o Peru. O sector de trabalho da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 2.^a Divisão, abrange as fronteiras do Brasil com o Uruguai, Paraguai, Argentina e Bolívia.

Os interesses nacionais afetos a êsses serviços são consideráveis e se revestem da maior responsabilidade. No ano findo, as duas Comissões deram prosseguimento normal a seus trabalhos, nos diferentes sectores de nossas fronteiras, valendo mencionar o que a seguir se lê:

FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA

Em virtude de um Acôrdo, feito por via de notas reversais trocadas no Rio de Janeiro a 27 de agosto, ficou constituída a Comissão Mista de Inspeção e Caracterização da Fronteira Brasileiro-Colombiana,

com a incumbência específica de executar a inspeção da linha divisória que, partindo da desembocadura do Igarapé Santo Antônio (entre Tabatinga e Leticia), no Rio Solimões, segue ao encontro do Rio Japurá e, por êste e pelo Apapóris, até a foz do Taraira, com o fim de restaurar, se necessário, os marcos que materializam a dita linha, e, caso não fosse possível a restauração de tais marcos nos mesmos sítios em que foram erguidos, levantar outros que os substituam, sôbre a mesma linha, em lugar que julgar mais adequado, determinando as coordenadas geográficas dos novos pontos.

As Comissões brasileira e colombiana, em cumprimento dessas atribuições, encontraram-se em Leticia no dia 20 de setembro, constituindo, por ata lavrada no mesmo dia, a Comissão Mista. Logo após, iniciaram seus trabalhos: a linha Tabatinga-Apapóris foi devidamente inspecionada, com extensão dos trabalhos desde a desembocadura do Igarapé Santo Antônio, no Rio Solimões, até a foz do Taraira, no Rio Apapóris, tendo sido construídos os marcos necessários à caracterização eficiente da dita linha e executados os serviços técnicos complementares da atuação no terreno.

FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI

A demarcação de nossa fronteira com o Uruguai está concluída, restando apenas alguns trabalhos a serem executados no terreno.

Entre o marco XI-Grande, da Serrilhada, e a cidade de Livramento, a construção do corredor internacional vem sendo feita, tendo como eixo a linha de marcos. Na parte compreendida entre Livramento e o marco 49-Intermédio (Massoller), vem prevalecendo o velho corredor que intercepta frequentemente a linha demarcada, no seu traçado irregular, ora por dentro do Brasil, ora pelo Uruguai. A Comissão Mista aguarda a aprovação, por parte do Uruguai, da demarcação executada no trecho final da chamada linha sêca, para concluir a construção do corredor internacional. Outro trabalho a ser executado no terreno será a retificação do arroio Chuí, em pequeno trecho da parte em que o seu curso é divisor, eliminando-se um meandro que se formou e passou a cortar, em dois pontos, um outro lance, reto, da linha divisória.

FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI

Prosseguiu a demarcação na serra de Maracajú, em ponto muito afastado da base de operações que a Comissão mantém na cidade de Ponta Porã.

A extensão da linha demarcada, entre os vértices Caaverá e Jacaré foi de 33 kms., sendo construídos 56 marcos, satisfeita a condição de visibilidade de cada um em relação aos dois vizinhos. Os fechamentos angular e linear da poligonal de exploração foram bons, mantidos dentro dos limites estabelecidos para a tolerância. Os extremos da poligonal

(Caaverá e Jacareí) foram determinados por suas coordenadas geográficas e o levantamento altimétrico e planimétrico cobriu uma área de terreno de cerca de 30 km².

As asperezas da campanha foram superadas.

A Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 2.^a Divisão levou a ponta dos marcos a cerca de 50 quilômetros do Salto das Sete Quedas, na fronteira com o Paraguai.

ESTRADA DE FERRO CORUMBÁ-SANTA CRUZ DE LA SIERRA

Os trabalhos de construção da via permanente, bem como os de conservação da linha da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, a cargo da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, tiveram prosseguimento ininterrupto no decurso de 1952. É êsse um empreendimento de alto alcance político, econômico e social, ao qual o Govêrno brasileiro vem dando a mais solícita atenção, plenamente consciente dos inestimáveis resultados que essa ligação ferroviária trará para os dois países.

A extensão total da linha é de 650 quilômetros, dos quais foram construídos, até a presente data, 550 kms., a partir de Corumbá. Nos restantes 100 quilômetros, foram concluídos os serviços de terraplenagem numa extensão de 90 kms., restando, assim, apenas 10 kms. de terraplenagem a executar. Tôda a extensão de 550 kms. de linha construída está em tráfego privado. O trecho de 100 kms. em plataforma já concluída, aguarda o assentamento dos trilhos e a instalação da linha telegráfica. Assim, é de prever

que, no meado dêste ano, a ponta dos trilhos possa alcançar Santa Cruz de la Sierra.

O cruzamento do Rio Grande será feito por meio de uma barcaça, puxada por guincho elétrico, permitindo assim a travessia dos trilhos para a outra margem do rio.

Foram concluídas 40 obras de arte, em sua maioria provisórias, a fim de permitir o rápido avanço do assentamento da linha. O estoque disponível de trilhos foi fornecido pela Companhia Siderúrgica Nacional.

Atravessando a ferrovia uma região praticamente deserta, de quase nula densidade demográfica, faz-se mister a construção de numerosos edifícios para residência do pessoal permanente da estrada, tendo sido terminados, no ano próximo passado, oito edifícios de alvenaria, com a área coberta de 1.200 m^2 , prosseguindo-se a construção de mais cinco edifícios com a área coberta de 2.000 m^2 . As construções de madeira, em número de quarenta, perfazem a área coberta de 1.600 m^2 .

Foram, igualmente, realizados diversos outros serviços, como desmatamento ($1.200.000\text{ m}^2$), escavação em terra (200.000 m^3), e poços profundos (320 m).

As oficinas de locomoção, em Ladário e Roboré, além dos postos de reparações ao longo da linha, executaram serviços de conservação em 20 locomotivas, 22 autos de linha e 300 veículos diversos.

Foram feitas 70 reparações em locomotivas. Transportaram-se 1.100.000 volumes de carga, com um peso total de 90.200.000 quilos e 62.000 passageiros. Organizaram-se 300 trens de horário com o percurso de 60.000 kms.

COMISSÃO MISTA BRASILEIRO-BOLIVIANA DE ESTUDOS DE PETRÓLEO

Quanto ao Tratado sôbre pesquisa e aproveitamento do petróleo boliviano, firmado em 1938, foram trocadas com a Bolívia as Notas reversais de 17 de janeiro, que abriram passo ao início das perfurações dos poços de prova nas estruturas petrolíferas subandinas, prevendo o concurso econômico brasileiro.

Êsses instrumentos internacionais definiram as questões relativas aos limites das zonas de pesquisa, à organização de Sociedades Mistas para exploração comercial das jazidas, aos prazos de concessões e lavra, aos reembolsos das quantias adiantadas à Bolívia na construção da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra e aos estudos realizados naquela região por emprêsas estrangeiras, em períodos antecedentes à assinatura do Tratado de Petróleo.

Pelo menos 50 estruturas estão determinadas nos três milhões de hectares da área delimitada geograficamente para a exploração, com o concurso de capitais brasileiros e bolivianos, dentro do plano de

cooperação econômica em desenvolvimento com a Bolívia.

Ato conseqüente das Notas reversais citadas foi a entrega à Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Petróleo, em 7 de fevereiro, na cidade de La Paz, de estudos geológicos realizados por empresa estrangeira, pelo valor de US\$ 901.788,00, considerados como contribuição do Estado boliviano ao esforço comum dos dois países.

No momento atual, estão sendo ultimados estudos pedindo créditos para aquisição dos equipamentos de sondagens e abertura dos primeiros poços pioneiros.

PONTE INTERNACIONAL SÔBRE O RIO QUARAIM

A Ponte Internacional sôbre o Rio Quaraim, situada na fronteira brasileiro-uruguaia, era de propriedade de uma companhia particular e foi transferida, por venda, ao Govêrno do Uruguai. O Itamaraty trata, no momento, de firmar um Acôrdo em que fique estabelecida a propriedade do Brasil sôbre a parte da referida ponte encravada em território nacional.

LIGAÇÃO RODOVIÁRIA BRASIL- PARAGUAI

O Itamaraty retomou, no ano próximo passado, entendimentos com o Govêrno do Paraguai sôbre a construção de uma estrada de rodagem entre Coronel Oviedo e Presidente Franco, naquela República.

Essa rodovia, em conexão com a que liga Ponta Grossa à Foz do Iguaçu, em vias de acabamento, proporcionará uma saída para o Oceano Atlântico à área sudeste daquêlê país vizinho.

Os estudos e projetos já se acham adiantados. Dos 205 quilômetros totais, restam sòmente 70 quilômetros para que a diretriz alcance Pôrto Franco. Foram designados dois técnicos do Exêrcito brasileiro para atuar como Delegados na Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia, à qual foi confiada essa tarefa.

AÇÃO CULTURAL

O papel do Itamaraty em matéria cultural é múltiplice. E sua atividade não se limita em nossos dias ao trabalho pessoal do diplomata. É que, tendo sido ampliada a base de ação e, de outro lado, vendo-se o representante brasileiro, no exercício de sua mais precisa tarefa, prejudicado pelo pouco conhecimento antes reinante no exterior a respeito do Brasil, havia que adequar aquela atribuição às exigências criadas pelo desenvolvimento do país e às condições mundiais que os tempos sugeriam. Pois que a responsabilidade não descansa comodamente no que foi feito mas, sobretudo, no que cabe realizar.

Se os homens ainda pouco se conhecem, não é de estranhar que os povos se tenham ignorado tanto. Nem a escola, no surto que logrou durante este século e o passado, trouxe neste ponto um progresso definitivo. Porque o que a criança estuda deixa de se confirmar no acêrvo cultural do adulto quando as noções incutidas nos primeiros conhecimentos não são, na vida corrente, entretidas por um interesse de uma ou de outra ordem. Países próximos,

muitas vezes se ignoram de modo surpreendente. Não admira, por conseguinte, que o Brasil, na relativa incomunicabilidade em que viveu durante muito tempo até de seus vizinhos, se mantivesse como que despercebido no estrangeiro.

O sentido de unidade dos problemas humanos não fôra suficiente para alterar a situação. O considerável acréscimo do ensino em tôda a parte, a omnipresença do cinema e as aproximações ocasionadas pela aviação não haviam corrigido satisfatoriamente as deficiências do conhecimento a respeito do país.

Impunha-se ao Itamaraty, portanto, desenvolver, como desenvolveu, a ação informativa do Brasil no exterior. E em moldes realísticos.

PUBLICAÇÕES DE DIVULGAÇÃO

Durante muitos anos o manual "Brasil" foi, por assim dizer, a única obra informativa, aliás excelente, de que dispôs o Itamaraty. Editada em português e isso mesmo com um número insuficiente de exemplares, sòmente podia ter, no exterior, uma influência indireta. Havia, pois, que atender a dois problemas: o de alcançar imediatamente o público estrangeiro e o da tiragem. Adotou-se, então, a norma de fornecer aos milhares, às Missões diplomáticas e aos Consulados do país, para sua distribuição, a mesma obra, porém, em modelo reduzido e impressa em ale-

mão, espanhol, francês, inglês e italiano. Até agora, a maior edição foi a de 1952, em inglês, com 49.000 exemplares. Muito poderá ser feito, em matéria de divulgação no exterior, com cerca de 200.000 exemplares do tipo pequeno do livro "Brasil", distribuídos não só por intermédio das Repartições brasileiras mas também das empresas de transporte, agências de turismo e até de Universidades.

Uma pequena História do Brasil, publicada em inglês com a tiragem de 10.000 exemplares, teve tal êxito, que uma segunda edição inglesa de 30.000 exemplares já foi preparada para distribuição; outras em alemão e espanhol estão no prelo.

10.000 exemplares de um estudo sobre a nossa literatura foram impressos em inglês, estando a sair uma edição em alemão com 5.000 e uma terceira em espanhol com 30.000 exemplares.

Pareceu ao Itamaraty que, além dessas publicações de certa extensão, havia a conveniência de distribuir pequenos folhetos, nos cinco idiomas indicados e também em português, sobre os mais variados assuntos da vida brasileira, seus costumes, características, situação demográfica, questões econômicas, música, pintura, arquitetura e esporte. A accitação dos mesmos tem sido grande: já se está no caminho do segundo milhão de exemplares.

Outros trabalhos sôbre educação, questões sociais e cultura foram editados em várias línguas.

EDIÇÕES NO EXTERIOR

Do mesmo modo, havia que cuidar das edições, no exterior, de obras de autores brasileiros. O processo empregado foi o de encorajar as casas editoras, dando-lhes a garantia antecipada da aquisição de uma parte da tiragem. Para maior estímulo e a fim de evitar um baixo nível na qualidade, com frequência assumiu o Itamaraty a responsabilidade direta das traduções.

Livros sôbre o Brasil aparecem, lá fora, em escala crescente. Aos que são considerados úteis, é dado auxílio sem a preocupação de controlar. Parece provável que, com o tempo, não caberá ao Itamaraty mais do que uma pequena participação em casos muito especiais: será para felicitá-lo, pois, em tais condições, a confiança dos editores estrangeiros terá ido ao ponto ambicionado.

OUTRO MATERIAL EMPREGADO

Haviam sido editados alguns mapas com quadros estatísticos da população, produção e exportação do Brasil. Não se tratara de realizar um trabalho inexecutível no que diz respeito à cartografia e à estatística, tendo sido feito, com os elementos disponíveis, o que parecera prático. Pois bem, sua aceitação foi tal que em 1952 considerou-se acertado tirar

dêles 150.000 exemplares em seis edições, cada uma das quais com as legendas em um idioma determinado.

Mapas de parede, com maior apuro técnico, foram também distribuídos, mas em quantidade ainda reduzida.

No ano findo, não sòmente o Itamaraty continuou a trabalhar na organização de novas séries de fotografias, como também se equipou com aparelhos que aceleram consideravelmente a produção de cópias. A fim de enriquecer o estoque de fotografias de deztoito por vinte quatro centímetros, que nas Missões diplomáticas e Repartições consulares se destinam a ser facilitadas à imprensa para reprodução, foram preparadas duas novas coleções, uma relativa ao folclore e a outra à obra do Aleijadinho, cada série compreendendo cem fotografias distintas. O trabalho que desenvolve com as ampliações o Gabinete Fotográfico do Itamaraty, aumentou em escala geométrica.

Uma exposição de fotografias das obras de Aleijadinho, constituída de grandes reproduções em sépia, corre os países da América espanhola, onde não tem tido acolhimento menos favorável do que lhe foi dado ao ser apresentada no Palácio Itamaraty.

Atualmente estão sendo organizadas séries de grandes fotografias para a formação de seis exposições sôbre a arquitetura brasileira.

Foram e estão sendo utilizados, cada vez mais, os álbuns, não hesitando o Itamaraty em reservar-lhes uma parte importante dos seus recursos desti-

nados à obra, pròpriamente dita, de divulgação. A distribuição de diapositivos provou igualmente ser uma feliz iniciativa: cêrca de 10.000 vêm sendo colocados.

A distribuição de partituras e discos foi outra prática em que se persistiu, em vista dos resultados obtidos.

Quanto a filmes, o que se alcance daqui por diante dependerá mais dos produtores do que pròpriamente do empenho do Itamaraty.

BOLSAS DE ESTUDOS

As bolsas de estudos, inicialmente concedidas a estrangeiros que, além das facilidades de matrícula, gozavam livremente das vantagens que correspondem aos brasileiros nas nossas Universidades federais, de lotação linitada e algumas de alto custo por aluno, eram completadas com certa mesada até a formatura, em subsídio que está hoje abolido por falta de meios no caso de estudantes, cujo número, entretanto, aumentou, com a formação de uma corrente espontânea. Foi o subsídio reservado, então, para os professores, técnicos e profissionais de tòda ordem que vieram fazer um estágio de alguns meses no Brasil e que não poderiam dispensar auxílio financeiro para sua manutenção. E acresce que êsses bolsistas de mais alta graduação tanto trazem como levam contribuições culturais, realizando assim um intercâmbio no qual se perde a noção exata de quem serve e quem é servido, pois tanto se entrelaçam as conveniências

que, nos termos dos Acôrdos Culturais, os bolsistas ficam sob a responsabilidade do país visitado.

Entre os professores convidados pelo Itamaraty em 1952, figuraram os ocupantes, em seus países, de cadeiras de algum modo relacionadas com assuntos brasileiros.

PRÊMIO BRASIL

Nos meses de agosto e setembro o Itamaraty acolheu o primeiro grupo do "Prêmio Brasil", criado para anualmente proporcionar uma viagem ao Rio de Janeiro e aos Estados a quem, em cada nação da América, termine o curso secundário com as melhores qualificações.

Tendo transcorrido com êxito a visita dos primeiros premiados, foi decidido estender o "Prêmio" a países da Europa.

INSTITUTOS NO RIO DA PRATA

Três Professores enviou o Itamaraty ao Instituto Argentino-Brasileiro de Cultura, da cidade de Buenos Aires, no qual, desde anos, alguns funcionários da Embaixada e do Consulado Geral já se haviam encarregado de vários cursos. Um destes funcionários esteve em 1952 à testa da secção didática do Instituto, que muito auxílio ainda necessita, maior número de Professores e instalação mais apropriada. Os Cursos de Rosário funcionaram durante o ano com a regularidade de desejar.

O Instituto Uruguaio-Brasileiro de Cultura é uma entidade de reputação feita. Teve um bem escolhido grupo de Professores para atender aos seiscentos alunos inscritos e é de esperar que surtam os melhores efeitos as disposições tomadas para animá-lo de uma vida cultural que não se limite às aulas de rotina. A Missão de intelectuais que todos os anos vai à República Oriental foi desta vez sobremaneira feliz, não sòmente devido ao valor de seus membros mas também pelo fato de haver sido a visita preparada com cuidado e antecedência. Contribuíram para formar essa atmosfera favorável, a exposição do Aleijadinho, antes mencionada, e outra de dezesseis quadros de Portinari, facilitados pelo Primeiro Secretário da Embaixada do Brasil em Montevidéu.

Merece encômios a Missão Cultural permanente em Assunção, responsável pela secção didática do Instituto Paraguaio-Brasil. Bem chefiada e bem constituída, correspondeu plenamente à expectativa. Ao terminar o curso, o Catedrático de Filosofia da Universidade do Brasil, que dela faz parte, foi agraciado com o título de Doutor "honoris causa" pela Universidade de Assunção.

O Senhor Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, quando foi Embaixador no Paraguai, patrocinou a idéia de doarmos um novo edifício para sede da Escola Estados Unidos do Brasil, estabelecimento paraguaio de educação primária que há muitos anos funciona em Assunção. A iniciativa não teve o andamento que a decisão mani-

festada nas primeiras providências fazia imaginar. Passou por um longo período de pausa. Quando a Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores retomou o assunto, novos fatores ocorriam e ficou acordado com o Governo paraguaio que o Itamaraty faria construir não mais uma escola primária, mas um instituto secundário de preparação para a Faculdade de Filosofia. Para isso o Governo paraguaio pôs à disposição do Brasil o terreno necessário, no local destinado à Cidade Universitária. Graças ao concurso do Presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), que forneceu o plano de exigências pedagógicas, e ao da Prefeitura do Distrito Federal, cujo Chefe do Departamento de Urbanismo se prontificou a elaborar o projeto arquitetônico, será inaugurada a Cidade Universitária de Assunção com um edifício condigno do Brasil, em uma significativa consagração da amizade paraguaio-brasileira.

O Arquiteto e o Chefe da Divisão Cultural do Itamaraty foram no mês de novembro tomar parte na cerimônia, em Assunção, do lançamento da primeira pedra. Está prevista a conclusão das obras dentro de dois anos.

CADEIRAS DE ESTUDOS BRASILEIROS EM UNIVERSIDADES ESTRANGEIRAS

Ao Itamaraty pareceu chegado o momento de consolidar e estender o trabalho realizado por sua Divisão Cultural, criando cadeiras de Estudos Bra-

sileiros em Universidades da maior parte dos países americanos e em alguns da Europa. Houvesse surgido a idéia muito antes, ela teria sido aplicada em precariedade de condições; a situação, porém, passou por uma evolução favorável ao ponto de vista do Itamaraty.

Os trabalhos pequenos, editados pelo Ministério, têm sido, com a mais lisonjeira freqüência, divulgados em jornais e revistas. Os livros distribuídos têm dado lugar a numerosos estudos em todos os Continentes. As fotografias foram e estão reproduzidas como se havia pensado. As ampliações são exibidas na França, nos Estados Unidos da América, na Alemanha, na América latina e na própria África. E assim ocorre com todo o material.

À medida que tal esforço se desenvolvia, recebiam as Missões diplomáticas e as Repartições consulares apêlos de Universidades para que lhes mandassem professores encarregados de nelas ditar cursos brasileiros.

Funcionários ofereceram-se para facilitar pessoalmente o que, de outro modo, não estava ao alcance das verbas do Itamaraty.

Algumas cadeiras já existem e funcionam graças a êsse zêlo, tais as das Universidades de Boston e Panamá. Fôrça é reconhecer, entretanto, que essa é uma solução inadequada e as mais das vêzes perturbadora do serviço diplomático e consular.

Daí, a iniciativa de indagar se certas Universidades estariam dispostas a instituir uma cadeira de

Estudos Brasileiros, sem ônus para os respectivos países. Foram assim consultados o México, Portugal, Inglaterra, Itália, Espanha, Cuba, as nações da América do Sul em geral e a Universidade Católica de Washington. No Paraguai o Itamaraty é responsável pelo ensino de várias cadeiras de sua Faculdade de Filosofia, criada por meio da Missão Cultural mantida em Assunção. Foi também consultado o Uruguai, onde se poderá aproveitar alguns elementos do Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro.

Pois bem, a aquiescência de várias Universidades já chegou.

Na França, de onde pedem insistentemente ao Itamaraty a designação de professores e nos países em que o Ministério tem o apôio de Institutos, os cursos comportam vários lentes. Em outros lugares, tudo aconselha que se comece por um único intelectual, capaz de dar aulas de Literatura e de ministrar noções de História, Sociologia e Geografia Econômica do Brasil.

Uma cadeira, assim, instituída, no meio mais apropriado, deve ser um núcleo fecundo de difusão cultural. Na base dos resultados, caberá atentar para as exigências futuras, cuidando-se, desde já, enviar auxiliares, quando menos, para lecionar Português, em cursos universitários ou não.

PUBLICAÇÕES

O número de obras e trabalhos editados em 1952 pelo Serviço de Publicações do Ministério, foi de sessenta e um, com cinco mil seiscentas e quatro páginas e a tiragem global de sessenta e seis mil seiscentos e cinquenta exemplares.

Da relação abaixo constam não só as obras e trabalhos impressos durante o ano próximo findo, mas também as que se encontram em fase final de composição:

Publicações periódicas internas de caráter administrativo

Anuário para 1952 (379 págs.).

Manual de Serviço — 1952 (537 págs.).

Tabela Explicativa do Orçamento da Despesa do M. R. Ex. (17 págs.).

Relatório do M. R. Ex. de 1949 (400 págs.).

Listas Diplomáticas

12 — de janeiro a dezembro (1.056 págs.).

Listas do Corpo Consular Estrangeiro

Junho de 1952 (81 págs.).

Dezembro de 1952 (88 págs.).

Obras em idiomas estrangeiros

Amazonia green inferno or verdant paradise? Vianna Moog (8 págs.).

Das Wesen der Brasilianischen Literatur, Vianna Moog (106 págs.).

Die Brasilianische Geschichte — Ein Abriss, Maria A. de Alencastro Guimarães (68 págs.).

Coleção brasileira de autores argentinos

Recordação da Província, Domingo F. Sarmiento (308 páginas).

Dom Segundo Sombra, Ricardo Güiraldes (300 págs.).

Atos Internacionais

Nº 286 — Convenção Internacional para a regulamentação da pesca da baleia (28 págs.).

Nº 289 — Acôrdo Administrativo entre o Brasil e a República Dominicana para a troca de correspondência oficial em malas diplomáticas, por via aérea (12 págs.).

Nº 290 — Acôrdo Administrativo entre o Brasil e a Colômbia, para a troca de correspondência diplomática em malas especiais, e para a troca de correspondência oficial em malas diplomáticas, por via aérea (14 págs.).

Nº 291 — Acôrdo entre o Brasil e Portugal para a supressão de vistos em passaportes diplomáticos e especiais (8 págs.).

Nº 292 — Acôrdo entre o Brasil e a França sôbre isenção recíproca do impôsto de renda para empresas de navegação marítima e aérea (12 págs.).

Nº 293 — Acôrdo de imigração e colonização entre o Brasil e o Reino dos Países Baixos (32 págs.).

Nº 294 — Acôrdo sôbre transportes aéreos entre o Brasil e a Turquia (28 págs.).

Nº 295 — Acôrdo entre o Brasil e o Paraguai destinado a sistematizar as funções da Missão Cultural Brasileira em Assunção (10 págs.).

Nº 296 — Ajuste Comercial entr o Brasil e a Islândia (12 págs.).

Nº 297 — Ajuste relativo às novas listas de mercadorias válidas de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1952, para aplicação do ajuste comercial celebrado entre o Brasil e Portugal a 9 de novembro de 1949, no Rio de Janeiro (16 págs.).

Nº 298 — Acôrdo sôbre investimentos entre o Brasil e a Itália (16 págs.).

Nº 299 — Acôrdo de migração entre o Brasil e Itália (46 págs.).

Nº 300 — Ajuste comercial entre o Brasil e a Alemanha e protocolo anexo (40 págs.).

Nº 301 — Tratado de paz com o Japão (44 págs.).

Nº 302 — Acôrdo sôbre malas diplomáticas entre o Brasil e a Costa Rica (12 págs.).

Nº 303 — Protocolo de Annecy — Têrmos de adesão ao acôrdo geral sôbre tarifas aduaneiras e comércio (32 págs.).

Nº 304 — Acôrdo sôbre transportes aéreos entre o Brasil e o Líbano (24 págs.).

Nº 305 — Acôrdo sôbre transportes aéreos regulares entre o Brasil e a Itália (44 págs.).

Nº 306 — Acôrdo Administrativo para a troca de correspondência em malas especiais entre o Brasil e a Honduras (12 págs.).

Diversos

Programa do Vestibular do Instituto Rio Branco (31 págs.).

Anais do 1º Congresso Brasileiro de Folclore — I vol. (151 págs.).

Legislação do Instituto Rio Branco (70 págs.).

Anuário do Instituto Rio Branco — 1951 (74 págs.).

Programa da visita ao Brasil do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América (16 págs.).

Programa da visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria (16 págs.).

Programa da VIII Assembléia Interamericana de Mulheres (26 págs.).

Boletim do IBECC nº 3 (130 págs.).

Arquivo Histórico do Itamaraty (351 págs.).

Ata Final da IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos (78 págs.).

Índice Geral da Coleção de Atos Internacionais (129 páginas).

O Itamaraty em 1951 (64 págs.).

Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional — 9 e 10 (444 págs.).

Impressão de três capas (12 págs.).

Prática Consular, Mário Fernandes (106 págs.).

Índice da Organização dos Estados Americanos (OEA) (148 págs.).

Índice da ONU — FAO — OIT — UNESCO (76 páginas.).

Obras em andamento

«Cultura Brasileña», Fernando Azevedo.

A Arte Moderna no Brasil, em quatro idiomas.

Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional nº 11.

III Semana Folclórica.

Tratado sobre Nacionalidade, Ilmar Penna Marinho.

Museus do Brasil (em inglês), Heloisa Alberto Torres.

Anais do 1º Congresso Brasileiro de Folclore — 2º vol.

Anuário para 1953.

Bibliografia de História do Brasil.

Ato Internacional nº 308

Ato Internacional nº 309

Ato Internacional nº 310

Ato Internacional nº 311

Ato Internacional nº 312

Ato Internacional nº 313

Raízes ou Causas Históricas do Panamericanismo, Hildebrando Accioly.

Relatório do M. R. Ex. de 1952.

Ademais de dirigir a edição das obras e trabalhos mencionados, cuidou o Serviço de Publicações de quarenta encadernações especiais e, sobretudo, contribuiu com uma grande parte de sua verba para a restauração de obras raras da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores e para a publicação de boletins do "Serviço de Informações" intitulados *Itamaraty*.

Esse índice de produção, obtido no julgamento das requisições, na escolha do formato das obras e na dos tipos de suas letras e de seu papel, na armação das capas, na numeração dos sumários, na revisão exaustiva das provas e na supervisão da composição, paginação, impressão, encadernação e expedição, foi representado em mais de cinco obras por mês, ou seja, acima de uma por semana. Em boa parte isso se logrou devido a eficiência que hoje ostentam os serviços do Departamento de Imprensa Nacional, onde foram, quase todas, editadas.

DISTRIBUIÇÃO DE IMPRESSOS

O movimento da remessa, para as Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras, das publicações editadas pelo Ministério das Relações Exteriores, foi de 523.599 exemplares, entre obras gerais, relatórios, publicações periódicas e folhetos.

No último quinquênio esse movimento foi o seguinte:

	1948	1949	1950	1951	1952
Obras gerais	7.278	4.033	3.917	9.890	7.314
Relatórios do Ministério	523	410	213	94	374
Publicações periódicas ..	502	2.322	1.801	1.443	1.455
Folhetos	36.161	46.353	26.867	507.370	514.456

Outrossim, atendeu, em 1952, o Depósito de Impressos, a 2.219 pedidos de livros de direito, de história em geral e sobre questões sociais, recebidos de bibliotecas, instituições e universidades do país.

CERIMONIAL

Não se descuidou a Divisão do Cerimonial do Itamaraty de um programa de sistematização e planejamento de seus trabalhos.

Assim, foram iniciadas negociações, com diversos países, para a concessão aos Cônsules brasileiros no exterior, com base no critério da reciprocidade, de maiores privilégios e facilidades. No exercício de 1952, foram concluídos Acordos, por troca de notas, com o Japão e com a Grã-Bretanha, acêrca dessas concessões. Entre o Brasil e a "Food and Agriculture Organization" (FAO), foi assinado Acôrdo, equiparando os funcionários graduados daquela Organização aos diplomatas, para os fins de prerrogativas e facilidades. No momento o Ministério das Relações Exteriores vem elaborando uma norma padrão, segundo a qual as mesmas facilidades concedidas aos funcionários graduados da FAO possam abranger os diretores de outras organizações especializadas que funcionem no Brasil e sejam de real interêsse para o país. Estuda, ainda, uma atualização das normas para a venda de automóveis importados, com isenção de

direitos, pelos representantes estrangeiros, visando proteger o país contra um excessivo escoamento de divisas, para o que vem recolhendo informações sôbre a legislação estrangeira referente a isenções, prerrogativas e facilidades diplomáticas e consulares, de maneira a habilitar-se a solicitar, das Repartições fiscais, a aplicação justa e exata do critério da reciprocidade de tratamento.

VISITANTES ILUSTRES

Em 1952 visitaram oficialmente o Brasil dois Ministros de Estado das Relações Exteriores, o Senhor Dean Acheson, Secretário de Estado dos Estados Unidos da América e o Senhor Karl Gruber, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria.

O Senhor Dean Acheson, acompanhado de sua Senhora, do Senhor Edward G. Müller Jr., Secretário de Estado Assistente, da Senhora e Senhor Randolph A. Kidder, Chefe da Divisão de Assuntos Brasileiros do Departamento de Estado, e do Coronel Francis Williams, da Força Aérea do seu país, chegou ao Recife no dia 2 de julho, viajando no avião particular de Sua Excelência o Senhor Presidente dos Estados Unidos da América, sendo recebido pelo Senhor Governador Agamenon Magalhães, altas autoridades federais e estaduais, e pelo Ministro Décio H. de Moura e Secretário de Embaixada A. G. Regis Bittencourt, postos às ordens do visitante.

À tarde desse mesmo dia chegavam Suas Excelências ao aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro,

onde eram aguardadas pelo General A. Caiado de Castro, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, como representante do Chefe da Nação, Ministro de Estado das Relações Exteriores e Senhora João Neves da Fontoura, Ministro da Justiça e Negócios Interiores e Senhora Francisco Negrão de Lima, Embaixador dos Estados Unidos da América, Prefeito do Distrito Federal e Senhora João Carlos Vital, Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores e Senhora Mário de Pimentel Brandão, Senhora Ministro Décio de Moura, Chefe do Cerimonial do Itamaraty e Senhora Ministro A. Boulitreau Fragoso, e pela Senhora Aluysio G. Regis Bittencourt.

Foi organizado um programa de homenagens que se desenrolou com expressivas manifestações de apreço e simpatia por parte das autoridades e da sociedade brasileira. O ilustre homem público foi recebido, em audiência especial, por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, e visitou as Casas do Congresso.

Depois de visitar São Paulo, regressou para os Estados Unidos da América no dia 8 de julho.

A visita do Senhor Karl Gruber, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria, que viajou acompanhado de sua Senhora, teve lugar de 28 de julho a 6 de agosto, revestindo-se de brilho pelas homenagens oficiais e sociais que lhes foram prestadas.

Compareceram ao desembarque, o Chefe do Gabinete Militar da Presidência, General Caiado de

Castro, representando o Chefe da Nação, o Ministro de Estado das Relações Exteriores e Senhora João Neves da Fontoura, o Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores e Senhora Francisco Negrão de Lima, o Prefeito do Distrito Federal e Senhora João Carlos Vital, o Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores e Senhora Mário de Pimentel Brandão, o Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Áustria e Senhora Max Attems, o Chefe do Cerimonial e Senhora A. Bouli-treau Fragoso, o Primeiro Secretário A. B. L. Castelo Branco, Introdutor Diplomático, e o Secretário pôsto à disposição do visitante e Senhora Lucillo Haddock-Lobo.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria foi recebido pelo Senhor Presidente da República, pelo Senado Federal e Câmara dos Deputados.

Sua Excelência visitou São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Florianópolis.

Com a incumbência especial de fazer entrega ao Senhor Presidente da República do Colar da Ordem de Mohamed Ali, chegou ao Rio de Janeiro no dia 19 de junho, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, em Missão Especial, Sua Excelência e Senhor Mohamed Hussem Youssef Pacha, Sub-Chefe do Gabinete Civil de Sua Majestade o Rei Farouk I.

Em viagem de boa-vontade visitou o Brasil, de 10 a 14 de novembro, o Marquês de Reading, Sub-secretário Parlamentar da Grã-Bretanha para os Ne-

gócios Estrangeiros. Durante sua estada, foi recebido por Sua Excelência o Senhor Presidente da República e Casas do Congresso, tendo podido aquilatar, pelas manifestações protocolares e sociais que lhe foram prestadas, o aprêço que o Govêrno e a sociedade brasileira lhe dedicam.

Em visitas de estudos e de cortezia vieram ao Brasil, em 1952, inúmeras outras personalidades estrangeiras, que receberam das autoridades nacionais tôdas as atenções a que faziam jús. Figuraram entre elas :

Sua Excelência o Senhor Alberto Lleras Camargo, Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos;

Sua Excelência o Deputado Francesco Maria Dominedó, Sub-Secretário dos Negócios Estrangeiros da Itália;

Sua Excelência o Senhor Ministro Paul Ruegger, Presidente da Cruz Vermelha Internacional;

Sua Excelência o Senhor Pierre Montel, Ministro da Aeronáutica da França que, a convite do Ministro da Aeronáutica do Brasil, veio assistir às comemorações da Semana da Asa ;

Sua Excelência o Senhor Paul Reynaud, ex-Primeiro Ministro da França ;

Sua Excelência o Senhor Deputado Edouard Bonnefous, do Parlamento francês.

CORTEZIA INTERNACIONAL

O Brasil fêz-se representar por Embaixadas Especiais nas solenidades da comemoração do Cinquênario da Independência de Cuba e posses dos Presidentes da República Dominicana, do Panamá, do Equador, do Chile e do México.

Para as solenidades comemorativas do Cinquênario da Independência de Cuba foram designados os Senhores Major-Brigadeiro Vasco Alves Secco, Chefe; Manuel César de Góes Monteiro, Embaixador Extraordinário; Aguinaldo Boulitreau Fragoso, Ministro em Missão Especial; Nivaldo Carneiro Teles Ferreira, Primeiro Secretário em Missão Especial e Rui Barbosa de Miranda e Silva, Secretário em Missão Especial.

A Missão Especial à posse do Presidente da República Dominicana foi integrada pelos Senhores Embaixador Gastão Paranhos do Rio Branco, Chefe da Missão; Paulo Germano Hasslocher, Embaixador Extraordinário; Aguinaldo Boulitreau Fragoso, Ministro em Missão Especial; Aldo de Freitas, Secretário em Missão Especial.

Chefiada pelo Embaixador Oscar Correia, em Missão Especial, e constituída pelos Senhores Lauro de Andrade Müller, como Ministro Plenipotenciário em Missão Especial; João Gracie Lampreia, como Primeiro Secretário em Missão Especial e Coronel Mário de Barros Cavalcanti, como Adido Militar, foi a Quito a Embaixada Especial para as solenidades da posse do Presidente do Equador.

Para a Embaixada Especial à posse do Presidente do Panamá, foram nomeados os Senhores Caio de Melo Franco, Embaixador em Missão Especial; João Emílio Ribeiro, Ministro em Missão Especial; Murilo Octacema de Figueiredo Pessoa, Segundo Secretário e Osvaldo Barreto e Silva, Terceiro Secretário.

Para representarem o Presidente da República e o Governo brasileiro na posse do Presidente do Chile, foram designados os Senhores Vice-Presidente da República João Café Filho, Chefe da Missão Especial; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário Cyro de Freitas-Valle; Rosalina Coelho Lisboa Larragoiti, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário; Adido Naval Capitão de Fragata João do Fonseca Ribeiro; Adidos Militares: Coronel Armando Cattani, Coronel Sérgio Bezerra Marinho; Adidos de Aeronáutica: Coronel Aviador Gabriel Grun Moss, Tenente-Coronel Aviador Paulo Sobral Ribeiro Gonçalves, Tenente-Coronel Aviador Attila Gomes Ribeiro e Major Aviador Deoclécio Lima de Siqueira; Conselheiros: Henrique Rodrigues do Valle

e Doutor Raymundo de Brito; Primeiros Secretários: Paulo Rio Branco Nabuco de Gouvêa e Ozéas Martins.

Finalmente, para a posse do Presidente do México foi nomeado o Senhor Deputado Nereu Ramos, Presidente da Câmara dos Deputados, como Chefe da Missão Especial, integrando-a os Senhores Orlando Leite Ribeiro, Embaixador em Missão Especial; Adolpho Cardoso de Alencastro Guimarães, Embaixador em Missão Especial; Adalgisa Neri Fontes, Ministro Plenipotenciário em Missão Especial; Antônio Borges Leal Castelo Branco, Conselheiro; Manoel de Teffé, Conselheiro; Ary Machado Pavão, Primeiro Secretário; Carlos Brasil de Araújo, Primeiro Secretário; José Carlos de Sousa Palhares, Segundo Secretário e Joaquim de Almeida Serra, Segundo Secretário.

HOMENAGENS NO ITAMARATY

Durante o ano de 1952, foram oferecidos almoços de despedida, no Palácio Itamaraty, aos seguintes Chefes de Missão:

Sua Excelência o Senhor José Rojas y Moreno, Conde de Casa Rojas, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Espanha;

Sua Excelência o Senhor Tito Gutierrez Alfaro, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Venezuela;

Sua Excelência o Senhor Osvaldo Vial, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Chile;

Sua Excelência o Senhor Doutor Rajko Djermanovic, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Iugoslávia;

Sua Excelência o Senhor Doutor José Luís de Aguilar León, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Guatemala;

Sua Excelência o Senhor Paul Economou-Gouras, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Grécia.

Ainda ofereceu o Itamaraty banquetes, almoços e recepções às seguintes personalidades:

Suas Excelências o Embaixador do Egito em Missão Especial e Senhora Youssef Pacha;

Suas Excelências o Secretário de Estado dos Estados Unidos da América e Senhora Dean Acheson;

Suas Excelências o Ministro das Relações Exteriores da Áustria e Senhora Karl Gruber;

Senhor Paul Ruegger, Presidente da Cruz Vermelha Internacional;

Participantes do simpósio sobre técnicas em pesquisa física, realizada no Rio de Janeiro;

Senhor Paul Reynaud;

Sua Excelência o Sub-Secretário de Estado da Itália, Deputado F. M. Dominedó;

Doutor Alberto Lleras Camargo, Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos;

Representante da «Federation of Womens's Club»;

Delegados à Assembléia da Comissão Interamericana de Mulheres;

Sua Excelência o Embaixador Hugh Gibson;

Sua Excelência o Deputado Edouard Bonnefous;

Suas Excelências o Secretário de Saúde Pública e Assistência Social da Venezuela e Senhora Soulés Baldó;

Delegados à XII Conferência da União Internacional contra a Tuberculose e do II Congresso Internacional do American College of Chest Physicians;

Médicos portugueses que tomaram parte nas «Jornadas Médicas luso-brasileiras»;

Sua Excelência o Senhor Pierre Montel, Ministro da Aeronáutica da França.

Foram outrossim homenageados com almoços e jantares:

Senhor Kenareth Iverson;

Missão Cultural portuguesa que visitou o Brasil por ocasião da viagem inaugural do transatlântico português «Vera Cruz»;

Sua Excelência o Deputado Alfonso Campos, do Chile;

Alunos do Instituto Rio Branco, por ocasião do encerramento do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata;

Missão de jornalistas suíços que visitaram o Brasil;

Senhor J. Burke Knapp;

Missão de banqueiros suíços, em viagem oficial ao Brasil;

Missão Econômica da Áustria que visitou o Brasil a convite do Governo brasileiro;

Congressistas, Membros das Comissões de Relações Exteriores do Senado e de Diplomacia da Câmara dos Deputados.

PERSONALIDADES AGRACIADAS COM A ORDEM NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL

A Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul agraciou em 1952 as seguintes personalidades estrangeiras:

Sua Excelência o Senhor Doutor Rajko Djermanovic, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Iugoslávia ..	GRÃ-CRUZ	11- 1-52
Senhor Arthur José Gomes Barbosa, Diretor da Câmara de Comércio Portuguesa do Brasil	OFICIAL	23- 1-52
Sua Excelência o Senhor Doutor Alberto Virreira Paccieri, Embaixador da Bolívia no Brasil	GRÃ-CRUZ	11- 2-52
Major Kenneth Howard McCrimmon, Consultor da Light and Power e suas Companhias Associadas	COMENDADOR	21- 2-52
Senhor Luís Cubillos, Conselheiro Comercial da Embaixada do Chile. (Promoção)	COMENDADOR	5- 3-52
Doutor Eugenio Bonardelli, Conselheiro de Emigração da Embaixada da Itália ..	COMENDADOR	10- 3-52
Sua Excelência o Senhor Doutor José Luís Aguilar de León, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Guatemala	GRÃ-CRUZ	26- 3-52
Sua Excelência o General Francisco Higino Craveiro Lopes, Presidente da República Portuguesa	GRANDE COLAR	27- 3-52

Senhor Nicola Moroso, Funcionário da Seção dos Negócios Estrangeiros da Chancelaria do Grão-Mestrado da Ordem Soberana e Militar de Malta	CAVALEIRO	1- 4-52
Professor Renato Rossi, Administrador Geral do Grão-Mestrado da Ordem Soberana e Militar de Malta	OFICIAL	1- 4-52
Sua Excelência o Conde Luciano Cattaneo di Sedrano, Secretário da Chancelaria da Ordem Soberana e Militar de Malta	OFICIAL	1- 4-52
Sua Excelência o Marquês Alessandro Pallavicino, Conselheiro da Seção de Negócios Estrangeiros da Chancelaria do Grão-Mestrado da Ordem Soberana e Militar de Malta	OFICIAL	1- 4-52
Sua Excelência o Marquês Oberto Pallavicini, Mestre de Cerimônias da Ordem Soberana e Militar de Malta	OFICIAL	1- 4-52
Sua Excelência o Barão Gidacchino Malfatti di Montetretto, Conselheiro da Legação da Ordem Soberana e Militar de Malta junto à Santa Sé	OFICIAL	1- 4-52
Sua Excelência Frei Giuseppe Taccone di Sitàziano, Venerando Bailio da Ordem Soberana e Militar de Malta	COMENDADOR	1- 4-52
Sua Excelência o Príncipe Rufo Ruffo della Scaletta Bailio, Presidente da Associação dos Cavaleiros Italianos da Ordem Soberana e Militar de Malta	COMENDADOR	1- 4-52
Don Angelo de Mojana di Cologna, Cavaleiro da Ordem Soberana e Militar de Malta	COMENDADOR	1- 4-52
Frei Michele Antonio Adamovich de Csepin, Cavaleiro da Ordem Soberana e Militar de Malta	COMENDADOR	1- 4-52
Frei Raimondo del Balzo di Presenzano, Comendador da Ordem Soberana e Militar de Malta	COMENDADOR	1- 4-52
Sua Excelência o Marquês Louis Rangoni-Machiavelli, Bailio-Chanceler da Ordem Soberana e Militar de Malta	GRANDE OFICIAL	1- 4-52

Excelentíssima Senhora Dona Maria Eva Duarte de Perón	GRÃ-CRUZ	17- 4-52
Sua Excelência o Senhor Paul Ramadier, Deputado e antigo Presidente do Conselho da França	GRÃ-CRUZ	24- 4-52
Sua Excelência o Senhor José Rojas y Moreno, Conde de Casa Rojas, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Espanha	GRÃ-CRUZ	14- 5-52
Doutor Edouard Escarra	OFICIAL	22- 5-52
Sua Excelência o Senhor Manuel Tello, Ministro das Relações Exteriores do México	GRÃ-CRUZ	22- 5-52
Senhor Erik Fischer, Conselheiro da Legação da Dinamarca	COMENDADOR	22- 5-52
Senhor Gholan Hossein Ebtehaj, Deputado ao Parlamento iraniano	COMENDADOR	22- 5-52
Reverendo Padre Carlo Rossi, S.J., Presidente da «University of San Francisco». (Promoção)	COMENDADOR	22- 5-52
Senhora Margueritte Long	CAVALEIRO	22- 5-52
Sua Excelência o Senhor Miguel Alemán Valdez, Presidente da República dos Estados Unidos Mexicanos	GRÃ-CRUZ	22- 5-52
Sua Excelência o Senhor Otilio Ulate Blanco, Presidente da República de Costa Rica	GRÃ-CRUZ	22- 5-52
Sua Excelência o Senhor Embaixador René Lépervanche Parparcén, Representante da Venezuela junto à Organização dos Estados Americanos	GRÃ-CRUZ	22- 5-52
Senhor William V. Moscatelli, Diretor-Gerente da «Standard Brands of Brazil, Inc.»	OFICIAL	31- 5-52
Senhor Richar Stewart Nosworth, Presidente da Câmara Brasileira de Comércio e Negócios Econômicos da Grã-Bretanha	COMENDADOR	31- 5-52
Professor Alfred Agache	COMENDADOR	31- 5-52
Senhora Dona Thereze Trefuel	CAVALEIRO	31- 5-52
Professor William Drumm Johnston Junior	OFICIAL	31- 5-52

Senhor Erik Gersdorff Korsgaard, Conselheiro de Legação da Dinamarca	COMENDADOR	31- 5-52
Senhora Dona Maria Luisa Arnold, Diretora Social dos Conselhos Hispano e Luso-Brasileiro em «Canning House» ..	OFICIAL	31- 5-52
Senhor Sven Erhard Dithmer	OFICIAL	4- 6-52
Sua Excelência o Senhor Mohamed Hassan Youssef Pacha, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Sua Majestade o Rei do Egito, em Missão Especial ao Brasil	GRÃ-CRUZ	16- 6-52
Sua Excelência o Senhor Tenente-Coronel Jacobo Arbenz Gusmán, Presidente da República de Guatemala	GRÃ-CRUZ	18- 6-52
Senhor Hector Velarde (Promoção)	COMENDADOR	18- 6-52
Senhor Paul Jean Teyssier, Diretor do Serviço de Bolsas e Intercâmbios de Estudantes das Relações Culturais do Quai d'Orsay	OFICIAL	18- 6-52
Sua Excelência o Senhor Doutor Manuel Galich, Ministro das Relações Exteriores de Guatemala	GRÃ-CRUZ	18- 6-52
Senhor Germán de Erasquin Olabarrieta, Presidente da Câmara de Comércio, Indústria e Navegação Hispano-Brasileira, em Barcelona	OFICIAL	18- 6-52
Professor Jacques Duvaux	COMENDADOR	18- 6-52
Senhor José Yazigi	CAVALEIRO	18- 6-52
Senhor Francisco Condeminas Mascaró, Primeiro Presidente da Câmara de Comércio, Indústria e Navegação Hispano-Brasileira, em Barcelona	CAVALEIRO	26- 6-52
Sua Excelência Reverendíssima o Monsenhor Valerio Valeri, Arcebispo titular de Efeso	GRÃ-CRUZ	26- 6-52
Sua Excelência Reverendíssima o Monsenhor José de Castro, Protonotário Apostólico de Sua Santidade o Papa Pio XII	COMENDADOR	26- 6-52
Senhor Aquilino Ribeiro, escritor português	COMENDADOR	4- 7-52
Sua Excelência o Senhor Ake Gartz, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Finlândia	GRÃ-CRUZ	4- 7-52

Senhor Knud Gylling, Conselheiro Comercial da Legação da Dinamarca no Brasil....	COMENDADOR	4- 7-52
Senhor Maurice Seynave, Adido à Embaixada da Bélgica no Brasil	CAVALEIRO	16- 7-52
Sua Excelência o Senhor Embaixador Pedro de Prat y Soutzo, Marquês de Prat de Nantouillet. (Promoção)	GRÃ-CRUZ	16- 7-52
Sua Excelência o Senhor Ministro Claude de Boisanger, Diretor do Departamento da América do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França	GRANDE OFICIAL	17- 7-52
Senhor Paul Coirre, Presidente do Conselho Municipal de Paris	COMENDADOR	17- 7-52
Senhor Leon Brasseur, Chefe da Divisão da América Latina do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França	COMENDADOR	17- 7-52
Senhor Paul Blanc, Secretário Geral do «Comitê Santos Dumont»	OFICIAL	17- 7-52
Senhor René Lemaire, Secretário Geral da Aviação Civil e Comercial da França .	OFICIAL	17- 7-52
Senhor Ives Barton, Diretor do Gabinete do Ministro da Aeronáutica da França	OFICIAL	17- 7-52
Senhor Charles Dollfus, Conservador do Museu do Ar da França	OFICIAL	17- 7-52
Senhor Didier Daurat, Chefe do Centro de Orly da Air- France	OFICIAL	17- 7-52
Senhor Francis de Noyelle, Membro do «Comitê Santos Dumont»	CAVALEIRO	17- 7-52
Senhor Alexis de Belinko, Chefe do Serviço de Imprensa da Air-France	CAVALEIRO	17- 7-52
Senhor Doutor Carlos Cecilio Nunes Góes Mota, Secretário da Procuradoria Geral da República Portuguesa	OFICIAL	21- 7-52
Sua Excelência o Senhor Ministro Fouad Bey Ammoun, Diretor Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Líbano	GRANDE OFICIAL	21- 7-52
Senhor Georges Bey Haimari, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Senhor Presidente da República do Líbano	GRANDE OFICIAL	21- 7-52

Senhor Izzet Bey Khorchid, Chefe do Cerimonial do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Libano	COMENDADOR	21- 7-52
Sua Excelência o Senhor Karl Gruber, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria	GRÃ-CRUZ	29- 7-52
Sua Eminência D. Juan Gualberto de Guevara, Arcebispo de Lima	GRÃ-CRUZ	31- 7-52
Sua Excelência o Embaixador Victor Andrés Belaúnde, Chefe da Delegação do Peru junto à Organização das Nações Unidas. (Promoção)	GRÃ-CRUZ	31- 7-52
Senhor Jorge Escobari, Primeiro Secretário da Embaixada da Bolívia no Brasil ..	OFICIAL	31- 7-52
Senhor Carl W. Ackermann, Deão da Universidade de Columbia	COMENDADOR	6- 8-52
Senhor Robert Vignon, Governador da Guiana Francesa	OFICIAL	6- 8-52
Capitão Harry Noble Sadler, Comandante do navio «Brasil» da Moore Mac-Cormack»	COMENDADOR	6- 8-52
Senhor Cyril Winton Nave, Vice-Presidente da «Atlantic Refining Co. of Brasil»	OFICIAL	7- 8-52
Senhor Pierre Allain, Presidente Diretor Geral da «Société Sucreries Brésiliennes»	OFICIAL	7- 8-52
Visconde Carlos de Laguiche	OFICIAL	16- 8-52
Professor Isidor I. Rabi	COMENDADOR	18- 8-52
Sua Excelência o Senhor Embaixador Carlos Azúcar Chávez, Sub-Secretário das Relações Exteriores de El Salvador ..	GRÃ-CRUZ	21- 8-52
Sua Excelência o Senhor Ministro Roberto Molina y Morales, Segundo Chefe do Departamento do Protocolo de El Salvador	GRANDE OFICIAL	21 -8-52
Senhor Ministro Conselheiro Alfredo Martinéz Moreno, Chefe do Departamento de Organismos e Conferências Internacionais e Publicações de El Salvador ..	GRANDE OFICIAL	21 -8-52
Senhor José Viera-Gallo Baraona, Diretor do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores do Chile	COMENDADOR	23- 8-52

Senhor Olegario Russi M., Secretário Geral do Departamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores do Chile	CAVALEIRO	23- 8-52
Sua Excelência o Conde Stanislas Pecci, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Ordem Soberana e Militar de Malta junto à Santa Sé	GRÃ-CRUZ	25- 8-52
Sua Excelência Frei Antonio Hercolani Fava Simonetti, Venerando Bailio da Ordem Soberana e Militar de Malta		
Lugar Tenente do Grande Magistério ..	GRÃ-CRUZ	25- 8-52
Sua Excelência o Senhor Paul Reynad ..	GRÃ-CRUZ	27- 8-52
Capitão Doutor Fernando Camino Cestero ..	CAVALEIRO	27- 8-52
Sua Excelência o Senhor Virgilio Dias Ordoñez, Secretário de Estado das Relações Exteriores e Culto da República Dominicana	GRÃ-CRUZ	27- 8-52
Sua Excelência o Senhor Manuel A. Peña Battle, antigo Secretário de Estado das Relações Exteriores e Culto da República Dominicana	GRÃ-CRUZ	27- 8-52
Sua Excelência o Senhor Edouard Bonnefous	GRANDE OFICIAL	27- 8-52
Sua Excelência o Senhor Doutor Tito Gutierrez Alfaro, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Venezuela ..	GRÃ-CRUZ	27- 8-52
Sua Excelência o Senhor General Hector Bienvenido Trujillo Molino, Presidente da República Dominicana	GRÃ-CRUZ	27- 8-52
Sua Excelência o Senhor Hector Alberto Geron	GRÃ-CRUZ	4- 9-52
Senhor Alf Syrdahl, Secretário Comercial da Legação da Noruega no Brasil ...	CAVALEIRO	4- 9-52
Senhor Svend Aage Kock-Petersen, Diretor da firma F.L. Smidth & Co.	OFICIAL	8- 9-52
Sua Excelência o Barão Volrath von Maltzan, Chefe do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores da República Federal da Alemanha Ocidental	GRÃ-CRUZ	8- 9-52

Senhor Alexander Martin Wellington, Superintendente Geral da São Paulo Railway	OFICIAL	8- 9-52
Senhor Louis André Gabreau	OFICIAL	12- 9-52
Senhora Condessa Marina Regoli Crespi .	OFICIAL	15- 9-52
Professor Maurice Halperin, Diretor e Professor do Departamento de Estudos Regionais Latino-Americanos da Universidade de Boston	OFICIAL	17- 9-52
Senhor Jorge Taberna Latassa, Segundo Secretário da Embaixada da Espanha no Brasil	CAVALEIRO	17- 9-52
Senhor Giovanni Giovannini, Secretário do Gabinete do Maestro de Camera de Sua Santidade o Papa Pio XII. (Promoção)	COMENDADOR	2-10-52
Sua Excelência o Senhor Guillermo Sevilla Sacasa, Embaixador da República da Nicarágua nos Estados Unidos da América	GRÃ-CRUZ	2-10-52
Senhor Jean Forjeau, Secretário Geral da Presidência da República da França ..	COMENDADOR	8-10-52
Sua Majestade Haakon VII, Rei da Noruega	GRÃ-CRUZ	9 -10-52
Sua Excelência o Senhor Ricardo Rivera Schreiber, Ministro das Relações Exteriores do Peru	GRÃ-CRUZ	15-10-52
Senhor José Manuel Ramirez Gaston, Conselheiro Municipal de Lima	COMENDADOR	15-10-52
Senhor José Vicente Larrabure Price, Diretor do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores do Peru	GRANDE OFICIAL	23-10-52
Senhor Eduardo Dibós Dammert, Alcaide de Lima	GRANDE OFICIAL	23-10-52
Senhor Carlos Ortiz de Zevallos y Paz Soudán, Sub-Diretor do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores do Peru	COMENDADOR	23-10-52
Senhor Mariano Rodriguez de Rivas, Diretor do Museu Romântico, de Madrid	COMENDADOR	23-10-52
Senhora Helen Rogers Reid, Presidente do «New York Herald Tribune»	OFICIAL	23-10-52
Senhor J. S. Biesheuvel, Secretário da Federação Agrícola Neerlandesa	CAVALEIRO	23-10-52
Professor G.P.S. Occhialini	COMENDADOR	23-10-52

Major Carlos Alberto Quiroz, do Exército do Equador	OFICIAL	23-10-52
Irmão Conon (Thibon Dominique Marius), da Província Marista do Brasil Setentrional	OFICIAL	23-10-52
Irmão Claudio Regis (Robert Jean Pierre Auguste), da Província Marista do Brasil Setentrional	OFICIAL	23-10-52
Irmão Alderad (Ludovic Jallat), da Província Marista do Brasil Setentrional	OFICIAL	23-10-52
Irmão Paulo Domingos (Oddes Marie Henri Gustave), da Província Marista do Brasil Setentrional	OFICIAL	23-10-52
Irmão Aloisio (Louis Galidie), da Casa Provincial em Mendes	OFICIAL	23-10-52
Senhor Herbert Lionel Matthews, do «New York Times»	OFICIAL	23-10-52
Senhor Antonio José Lucio Paredes, Terceiro Secretário da Embaixada do Equador	CAVALEIRO	23-10-52
Professor Ignacio Chavez	COMENDADOR	23-10-52
Sua Excelência o Senhor Doutor Antonio Villalobos, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do México	GRÃ-CRUZ	23-10-52
Sua Excelência o Senhor Doutor Victor Boettner, Ministro da Educação do Paraguai ..	GRÃ-CRUZ	23-10-52
Sua Excelência o Senhor Doutor Angel Florentin Peña, Ministro da Agricultura e Pecuária do Paraguai	GRÃ-CRUZ	23-10-52
Coronel Doutor Gustavo González, Chefe do Serviço de Clínica Médica do Hospital Central Militar, do Paraguai. (Promoção)	GRANDE OFICIAL	23-10-52
Senhor Doutor Carlos Raul Peña, Presidente da Honrável Câmara de Representantes do Paraguai	GRANDE OFICIAL	23-10-52
Senhor Luiz Forjaz Trigueiros, escritor português	OFICIAL	23-10-52
Senhora Argentina Diaz Lozano, Secretária do Museu Nacional e Redatora de El Imparcial, da Guatemala	CAVALEIRO	29-10-52

Senhor Henrique Chaluleu Gálvez, Secretário da Faculdade de Humanidades da Universidade de São Carlos, na Guatemala	OFICIAL	29-10-52
Senhor Juan Mayorca Franco, Deputado ao Congresso Nacional da Guatemala ..	COMENDADOR	29-10-52
Sua Excelência o Senhor Embaixador Humberto García Galvez, Introdutor de Diplomatas do Ministério das Relações Exteriores da Guatemala	GRÃ-CRUZ	29-10-52
Sua Excelência o Senhor Oswaldo Vial, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Chile no Brasil	GRÃ-CRUZ	29-10-52
Sua Excelência o Senhor Doutor Hussein Chawky, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Egito	GRÃ-CRUZ	31-10-52
Senhor Leon Charles Denivelle, Professor no Conservatório Nacional de Artes e Ofícios, de Paris	COMENDADOR	1-11-52
Sua Excelência o Senhor Major General Charles Love Mullins Jr., Chefe da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos	GRÃ-CRUZ	20-11-52
Senhor Doutor Felice Ghionda, Segundo Secretário da Embaixada da Itália	CAVALEIRO	26-11-52
Sua Eminência Reverendíssima Cardeal Antônio Caggiano, Bispo de Rosário	GRÃ-CRUZ	26-11-52
Sua Majestade Haakon VII, Rei da Noruega	GRANDE COLAR	1º-12-52
Sua Excelência o Senhor Juan Manuel Peña Prado, Presidente da Câmara dos Deputados do Peru	GRÃ-CRUZ	1º-12-52
Senhor Rex Crawford, Professor de Sociologia da Universidade de Pensylvania	OFICIAL	17-12-52
Professor Alexander Marchant, Presidente do Instituto de Estudos Brasileiros da «Vanderbilt University»	OFICIAL	17-12-52
Senhor François Lugeon, Cônsul honorário do Brasil em Lausanne, Suíça	COMENDADOR	17-12-52
Senhor Charles-Elzear Bourgain, Engenheiro da «Cie. du Chemin de Fer Metropolitain», de Paris	OFICIAL	17-12-52

Senhor John Joseph Hyland, Presidente da «Control Instrument Company Inc.» ...	OFICIAL	17-12-52
Senhor Juan Uribe-Holguin, Ministro das Relações Exteriores da Colômbia	GRÃ-CRUZ	17-12-52
Sua Excelência o Senhor Embaixador Al- fredo Vásquez Carrizosa, Secretário Geral do Ministério das Relações Ex- teriores da Colômbia	GRÃ-CRUZ	17-12-52
Sua Excelência o Senhor Ministro Miguel de Germán-Ribón, Diretor Geral do Pro- tocolo do Ministério das Relações Exte- riores da Colômbia	GRANDE OFICIAL	17-12-52
Senhor Ismael R. Echegaray Correa, Ofi- cial Maior da Câmara dos Deputados e do Congresso do Peru	OFICIAL	17-12-52
Sua Excelência o Senhor Doutor Carlos Raul Peña, Presidente da Câmara de Representantes do Paraguai	GRÃ-CRUZ	23-12-52

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)

Continuou o Brasil, durante o ano findo, em sua já tradicional política de apôio às atividades da Organização Internacional do Trabalho.

A fim de debater problemas de interêsse comum, no âmbito continental, reuniram-se, em Quitandinha, no mês de abril, os Estados americanos membros da OIT. A Delegação do Brasil esteve assim constituída: José Segadas Vianna, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio; Luiz Augusto do Rêgo Monteiro, Procurador da Justiça do Trabalho e Membro da Comissão Permanente de Direito Social; Alfredo Ewbank da Rocha Leão, Waldyr Niemeyer, Geraldo Augusto de Faria Baptista, Arnaldo Lopes Sussekind, Nério Siegrid Wagner Battendieri, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Oswaldo Carijó de Castro, Roque Vicente Ferrer, Miguel Reale, Péricles de Souza Monteiro, Evaristo de Moraes Filho, Péricles de Mello Carvalho. Nessa ocasião, foram estudadas diversas sugestões para estabelecer uma melhor colaboração entre os países americanos, no sector do Trabalho e da Assistência Social.

Para representar o Brasil junto ao Conselho de Administração da OIT foi designado o Embaixador José Roberto de Macedo Soares, e, por ocasião da 35ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, instalada em Genebra a 4 de junho, enviou o Governo brasileiro a seguinte Delegação: Chefe, José de Segadas Vianna, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio; Sub-chefe, Luiz Augusto do Rego Monteiro; Delegados, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Alfredo Ewbank da Rocha Leão, Arnaldo Lopes Sussekind, Arthur Braga Rodrigues Pires, Euvaldo Loddi, Francisco de Andrade Castro Neves, Hermes Lima, Humberto Grande, José Gomes Talarico, Joviano Araujo, Miguel Reale, Nério Siegfred Wagner Battendieri, Paulo Baeta Neves, Pericles de Sousa Monteiro e Waldo Carneiro Leão de Vasconcellos.

Durante os trabalhos da 35ª Sessão da Conferência, que foram presididos pelo Chefe da Delegação do Brasil, os representantes brasileiros salientaram o desenvolvimento atingido, em nosso país, pela legislação de assistência social e amparo ao trabalhador.

No decorrer do ano findo, recebeu o Brasil a visita de diversos representantes da OIT, cumprindo notar, entre outros, os nomes dos Senhores Jeff Rens, Diretor-Geral adjunto, e Francis C. Blanchard, Sub-chefe do Departamento de Mão-de-Obra daquela Organização.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA A ALIMENTAÇÃO E A
AGRICULTURA
(FAO)

A 4 de janeiro o Governo brasileiro recebeu, do Diretor Geral interino da FAO, a informação de que o Brasil fôra eleito para o Comitê de Relações com Organismos Internacionais, do Conselho da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Para Delegado brasileiro no aludido Comitê foi indicado o Senhor Antônio Xavier da Rocha, Conselheiro Comercial em Roma.

Consultado sôbre se desejaria receber da FAO novos técnicos para a realização em 1952 do plano de trabalho do Ministério da Agricultura, o Brasil declinou do oferecimento, por se contentar o referido Ministério com os especialistas regularmente enviados pela mesma Organização, como decorrência do Acôrdo básico celebrado em 11 de abril de 1951.

Por intermédio da Legação do Brasil em San José da Costa Rica, foi pedido o apôio do Governo

brasileiro à candidatura daquele país a membro do Conselho da FAO no lugar que, segundo distribuição geográfica, caberia à América Central durante a reunião realizada em Roma, no mês de novembro.

Segundo decisão da VI Sessão da Conferência da FAO, fôra sugerida a realização de um certame no Brasil destinado a continuar o trabalho iniciado em 1950, na reunião de Turrialba, com referência a problemas de pecuária na América. Em resposta, o Ministério da Agricultura optou pela realização da conferência em S. Paulo, onde teve lugar entre 8 e 19 de dezembro próximo passado. Os estudos a respeito foram confiados ao Doutor João Soares Veiga, Diretor da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de S. Paulo.

O Governo brasileiro foi consultado sôbre a possibilidade de ser posto em vigor, no Brasil, o "Acôrdo para a Fundação de um Conselho Latino-Americano de Pesca", firmado em Lima, a 22 de setembro de 1951, e, consoante a atual política de compressão de despesas, ficou aguardando fôsse precisado o montante da contribuição brasileira para as despesas previstas no convênio.

Realizou-se, no país, o levantamento da estatística da importação, exportação e produção agrícola do Brasil ("food balance sheets") correspondente ao ano de 1951.

Instalou-se a 17 de novembro, em Roma, a XVI Sessão do Conselho da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. A Delegação brasileira foi chefiada pelo Doutor João Gonçalves de Souza, representante permanente do Brasil no Conselho daquela Organização.

Segundo dados ali divulgados, o Brasil, no ano de 1952, foi beneficiado, através do "Programa Ampliado de Assistência Técnica" da referida Agência Especializada, com serviços num montante de US\$ 290.000,00, fora as contribuições do país, em moeda nacional, para a realização dos trabalhos respectivos, que incluem, entre outros: estudos de exploração florestal da Amazônia; análise e classificação de solos; estudos sobre política agrária, e vinda de técnicos para assistência aos programas do Ministério da Agricultura visando a expansão da produção de alimentos.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS)

Para prosseguir no intercâmbio que mantém com a Organização Mundial de Saúde, consubstanciado em troca de informações e na execução de planos de assistência técnica, o Governo brasileiro, a pedido da referida Organização, tomou providências para a aceitação dos novos modelos de atestado de vacina e uso dos mesmos pelas Repartições de Saúde Pública do Brasil, a partir de 1º de outubro próximo passado.

Foram inscritos, por outro lado, nos quadros de peritos em gripe e doenças parasitológicas daquela Organização, os médicos brasileiros José Guilherme Lacorte e J. L. Pedreira de Freitas.

A OMS, criada por iniciativa da Delegação do Brasil à Conferência de São Francisco, realizou sua V Assembléia de maio a junho último, em Genebra. Nessa ocasião, o Brasil foi eleito para o Conselho Executivo da Organização, nele sendo representado pelo Professor Manoel José Ferreira.

O Senhor Waldemar S. Sá Antunes, Diretor do Serviço Nacional de Febre Amarela, prestou esclarecimentos à Organização Mundial de Saúde sobre a inexistência de zonas de receptividade de febre amarela, no Brasil, salientando que “graças à campanha que se desenvolve em todo o território nacional, desde 1931, contra o “*Aedes aegypti*”, este transmissor urbano da febre amarela já se acha em fase final de consolidação da sua erradicação e que, pelo mesmo motivo, não possui o Brasil áreas endêmicas de febre amarela, face à definição do Regulamento Sanitário Internacional”.

FUNDO INTERNACIONAL DE SOCORRO À INFÂNCIA (FISI)

Aos Estados do nordeste do Brasil, flagelados pela sêca, foram prestados em 1952 muitos serviços pelo FISI com a alimentação supletiva, maternidades, materiais cirúrgicos de puericultura, postos ambulantes de assistência à maternidade e à infância, e grandes carregamentos de leite em pó.

Correspondendo a êste esforço do FISI, junto ao qual estamos representados pelo Senhor Cleantho Leite, resolveu o Brasil aumentar ainda mais suas contribuições para o mesmo, passando de Cr\$ 2.444.000,00 em 1951, inclusive as quotas pagas pelos Estados, a Cr\$ 6.490.000,00 em 1952.

O Diretor Executivo do Fundo Internacional de Socôrro à Infância, em ofício ao Govêrno brasileiro, salientou o apôio prestado pelo Brasil à Resolução da VI Sessão da Assembléia Geral que diz da necessidade urgente de serem fornecidos ao FISI os meios imprescindíveis para que êle continue, sem

interrupção, seu trabalho em benefício das crianças em todo o mundo, e manifestou a esperança de que o Governo brasileiro patrocinasse uma campanha para reunir contribuições de particulares. Esse anelo foi apoiado pelo Governo brasileiro, realizando-se nova colecta por ocasião da Campanha Nacional da Criança. O estabelecimento de Comissões Nacionais para o FISI compostas de organizações representativas nacionais, foi objeto de estudos por parte do Ministério da Educação e Saúde.

Durante o mês de outubro, efetuaram-se em Nova York reuniões do Comitê de Programa e do Conselho de Administração do Fundo Internacional de Socorro à Infância, às quais compareceu, na qualidade de Representante interino do Governo brasileiro, o Senhor Flammarion Costa.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO)

Torna-se evidente que, com o conhecimento progressivo dos problemas tratados pela UNESCO e o sentimento de sua utilidade, as relações entre tal Organização e o Brasil tenderão a se estreitar proveitosamente para o futuro.

No ano de 1952, o Brasil fez-se representar na Conferência Intergovernamental sobre o Direito do Autor, que se realizou em Genebra, de 18 de agosto a 26 de setembro, tendo sido designado Delegado o Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva, que já tivera representação na Conferência Internacional de Bruxelas, de 1948, para a revisão da Convenção de Berna sobre Propriedade Literária, Científica e Artística.

De 22 a 28 de setembro, realizou-se em Veneza, na ilha de S. Giorgio Maggiore, a Conferência Internacional dos Artistas, promovida pela

UNESCO, fazendo-se o Brasil representar pelos Delegados Professor Lucio Costa e Cônsul Vinicius de Moraes, cabendo ao primeiro ser escolhido como Relator da secção de Arquitetura. O certame, que teve a distinguí-lo a presença de alguns dos maiores artistas modernos, deu ao Brasil posição de relêvo ao incluir o nome do Maestro Heitor Villa Lobos no seu Comitê de Honra.

Para a VII Conferência Geral da UNESCO, realizada em Paris de 12 de novembro a 10 de dezembro, foi designada a seguinte Delegação, sob a presidência do Senhor Paulo E. Berrêdo Carneiro, Delegado do Brasil junto à UNESCO: Professor Miguel Osorio de Almeida; Senhora Maria Eugênia Celso Carneiro de Mendonça; Professor Péricles Madureira de Pinho; Professor Dante Costa e Padre Carlos Leoncio da Silva, funcionando como Assessor o Senhor Tomás Santa Rosa e Secretário Geral o Senhor Roberto Assumpção de Araujo, Secretário da Embaixada do Brasil em Paris.

Cumprе citar, como parte da Agenda: 1) História Científica e Cultural da Humanidade; 2) Educação de Base, Alimentação e Higiene das Populações Rurais; 3) Educação de Base das Populações Operárias e 4) Centro Bibliográfico para a América Latina. No tocante a este último ponto, acha-se o Brasil empenhado em fazer-se sede do Centro Bibliográfico, contando para isso com a ajuda do Conselho Nacional de Pesquisas e da Fundação Getúlio

Vargas, iniciativa que, uma vez concretizada, poderá trazer benefícios no campo cultural ao estimular o gosto da pesquisa.

Nos dois dias imediatamente anteriores e posteriores à referida Conferência, realizou-se a IV Reunião dos Representantes das Comissões Nacionais da UNESCO, comparecendo pelo Brasil o Professor Dante Costa.

No que se refere a bolsas de estudo, remeteu o Governo brasileiro o nome de três candidatos como concorrentes a uma bolsa instituída pelo Governo holandês sob o patrocínio da UNESCO, para aperfeiçoamento no campo das Ciências Exatas, Tecnologia e Museus ou Serviço de Documentação e Bibliotecas. A título pessoal, o Coronel Gerardo de Campos Braga, representante do Ministério da Guerra junto à Comissão Técnica de Rádio, foi indicado para participar, como perito em televisão, de uma reunião promovida pela UNESCO em Paris, no sentido de estudar o emprêgo da televisão como instrumento de difusão de educação e cultura.

Empenhou-se o Brasil no estudo das possibilidades de criação de uma Associação Internacional de Artistas Plásticos, proposta pela UNESCO, havendo também, no decorrer de 1952, articulado pedidos de assistência técnica do maior interesse.

O referido ano, no tocante às atividades da UNESCO no Brasil, teve a distinguí-lo a visita do técnico em educação daquela Organização, Se-

nhor Willard Beatty, que veio ao país estudar a possibilidade de instalação de um Centro de Educação Rural, nos moldes do que a UNESCO instalou no México, ou seja o Centro de Patzcuaro, de âmbito latino americano. O Centro Brasileiro, caso se efetive, terá âmbito nacional, mas é parecer das autoridades competentes que será de grande utilidade dentro dos atuais programas de melhoramento do nível educacional das populações rurais brasileiras.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE MATÉRIAS PRIMAS (CIMP)

O consumo industrial de matérias primas aumentou consideravelmente no mundo, superando a capacidade de produção das fontes atualmente conhecidas. Com o objetivo de se procurar uma solução para a conseqüente crise de materiais escassos, foi convocada no ano de 1951, em Washington, a Conferência Internacional de Matérias Primas (CIMP).

Acha-se representado o Brasil na sua Comissão Central e em cinco de seus Comitês de Produtos Especiais, isto é, nos Comitês do Enxôfre, do Manganês-Níquel-Cobalto, do Algodão e Linters, do Tungstênio e Molibdênio, e do Papel e Polpa de Madeira.

Como critério básico para as estimativas das necessidades de cada país, foi adotada naquela Conferência, no seio da qual as nações européias representam a maioria, a tese de seu consumo histórico

em períodos determinados. Ora, o Govêrno brasileiro, em virtude da escassês de divisas, restringira as importações, e, conseqüentemente, ficaram as quotas atribuídas ao Brasil, tomando-se como base as nossas importações de matérias primas durante os períodos considerados, muito aquêem das necessidades nacionais.

O Itamaraty vem de esclarecer a Conferência sôbre os motivos que, àquela época, determinaram o baixo consumo no país dos citados materiais, para obter o reconhecimento da tese de que os suprimentos devem levar em conta não o consumo histórico mas sim o desenvolvimento econômico dos países, em face da sua expansão industrial.

Por outro lado, já existia nos Estados Unidos da América, antes da convocação da CIMP, um amplo sistema de contrôle da utilização de materiais escassos, tanto para uso interno quanto para a exportação. Nesse plano, figuram, além das matérias primas incluídas no contrôle da CIMP cêrca de quinhentos e cinqüenta artigos de comércio internacional, cuja distribuição é fixada unilateralmente pelas autoridades norte-americanas, tomando-se como base as disponibilidades daquêle país e as justificativas das necessidades de cada área importadora, devidamente documentadas perante o Escritório de Comércio Internacional (Office of International Trade).

Como na CIMP, o critério escolhido pelas autoridades norte-americanas para a distribuição das

quotas baseou-se no consumo histórico de importações procedentes dos Estados Unidos da América, bem como na melhor justificativa das necessidades comparadas de cada país, apresentadas ao referido escritório de Comércio Internacional.

Os esforços do Itamaraty têm sido sempre dirigidos no sentido de obtermos do "Office of International Trade", além de maior quota daquelas matérias primas, prioridade para projetos e assistência especial de suprimento para bens de produção considerados essenciais ao desenvolvimento econômico do Brasil.

ACÔRDO GERAL SÔBRE TARIFAS ADUAN- NEIRAS E COMÉRCIO (GATT)

O Brasil, na qualidade de membro do Acôordo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio, instrumento de política comercial internacional para trinta e quatro países, participou, no decorrer de 1952, de várias reuniões promovidas por essa entidade, bem como aceitou, em definitivo, compromissos assumidos "ad-referendum" por suas Delegações em anos anteriores.

Nos meses de fevereiro, agosto e outubro, reuniu-se em Genebra o Comitê "ad-hoc" para a Agenda e Assuntos Internacionais, tendo o Brasil participado dessas reuniões. Foram ali debatidos, entre outros, os seguintes tópicos: intensificação de restrições à importação por parte da França e do Reino Unido, adesão do Japão ao GATT e estabelecimento da Agenda para a próxima reunião das Partes Contratantes.

No período de 2 de outubro a 12 de novembro, realizou-se em Genebra a VII Reunião das Partes

Contratantes, com a presença de vinte e oito países e de observadores de várias entidades, tais como a Organização das Nações Unidas, União Européia de Pagamentos e Fundo Monetário Internacional. O Brasil enviou uma Delegação que participou, ativamente, dos trabalhos das subcomissões designadas para analisar resoluções da Câmara Internacional de Comércio, restrições à importação em razão do desnível em balanças de pagamento, redução de níveis tarifários e a comunidade européia do aço e carvão (Plano Schumann).

Defendeu em plenário e logrou a anuência das Partes Contratantes à sua proposta de que a Presidência do Comitê Interino de Coordenação dos Acôrdos relativos a Produtos de Base fôsse rotativa, o que ensejará, além da modificação do "statu-quo" existente, inteiramente favorável aos países consumidores, a possibilidade de designar-se para presidir aquele Comitê uma personalidade de um país essencialmente produtor e exportador de matérias primas.

Obteve, também, prorrogação de prazo para a aceitação do Protocolo de Torquay até 31 de dezembro de 1952, bem como para a aprovação do Projeto de Lei n.º 483, de 1950, que visa a terminar com a discriminação, vedada pelo GATT, existente contra alguns produtos estrangeiros, na atual legislação do impôsto sôbre consumo.

Foi promulgado em agosto, por Vossa Excelência, o Protocolo de Annecy sôbre os termos de

adesão de novos países ao GATT e, também, as negociações tarifárias realizadas naquela cidade em 1949.

Em outubro, houve Mensagem do Executivo ao Legislativo, em que era encarecida a necessidade da aprovação do Protocolo de Torquay, para a qual conseguiram as Delegações do Brasil à VI e VII Reuniões do GATT dilatação do prazo inicialmente acordado.

CONSELHO INTERNACIONAL DO TRIGO

Entre 17 de abril e 9 de maio do ano próximo findo, realizou-se em Londres a VIII Sessão do Conselho Internacional do Trigo, órgão administrador do Acôrdo Internacional do Trigo, assinado pelo Brasil em 23 de março de 1949, na cidade de Washington.

O principal objetivo dessa reunião foi o estudo das bases de renovação do Ajuste, de conformidade com o relatório elaborado por uma comissão especial. O texto atual deverá vigorar até julho de 1953, estando porém previsto que, no máximo, até 31 de julho, o Conselho enviará, aos países membros, suas recomendações relativas à renovação do convênio.

Na VIII Sessão foram estudadas e assentadas diretivas sôbre vários aspectos do problema, surgindo, entretanto, no tocante aos preços por que deverão realizar-se as transações no regime do Acôrdo, se renovado, divergências entre os grupos de exportadores e importadores. Decidiu, então, o Conselho adiar o exame da questão dos preços para data a ser fixada por ocasião da futura reunião.

Em 21 de abril o Conselho interrompeu os trabalhos da sua VIII Sessão, a fim de considerar o pedido apresentado pela Austrália para a redução de suas "quantidades garantidas" no ano-agrícola 1951-1952, de 88,7 milhões de "bushells" para 72 milhões, em consequência da escassez de sua safra. As duas reuniões consagradas ao exame dêsse assunto e realizadas em 21 de abril e 9 de maio, constituíram uma sessão especial, ou seja, a IX Sessão. Entre as duas datas assinaladas, o Canadá, a Espanha, a Alemanha e a África do Sul apresentaram oferecimentos, o primeiro para o aumento de sua contribuição, e os demais, para a redução de suas quotas de importação. Como êsses oferecimentos não bastassem para cobrir, inteiramente, o "deficit" australiano, foi o Comitê Executivo do Conselho autorizado a continuar a examinar a maneira de solucionar a questão, de modo que se evitasse a redução "pro rata" prevista no Convênio, para tais casos.

Entre os dias 1 e 3 de julho de 1952, realizou-se em Londres a X Sessão do Conselho Internacional do Trigo. Procedeu-se, nessa oportunidade, à escolha dos novos membros do Comitê Executivo daquele órgão, tendo sido eleitos o Benelux, a Itália, a Índia, a Grécia, a Nova Zelândia, o México e o Reino Unido.

O Conselho adiantou o exame de vários pontos relativos à renovação do convênio, e adotou resoluções consubstanciando normas de ação para o ano-

agrícola que se iniciaria em 1 de agosto, o último de vigência do Acôrdo, e que se estenderá até 31 de julho de 1953.

Cumprindo a determinação tomada quando da VIII Sessão, fixou o Conselho a data de realização da segunda parte da mesma, que, consoante essa deliberação, será 12 de janeiro de 1953. Foi aceito o convite do Govêrno americano para que essa reunião se verificasse em Washington.

De todos êsses trabalhos participou ativamente o Brasil.

CONSELHO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR

O Brasil fêz-se representar na reunião do Conselho Internacional do Açúcar em 23 e 24 de junho de 1952, e, bem assim, na reunião do seu Comitê Especial, de 30 de setembro a 3 de outubro últimos, que analisou a posição estatística do produto.

Tanto a reunião do Conselho pleno, quanto a do Comitê Especial se preocuparam particularmente com a situação que atravessa o mercado mundial de açúcar, caracterizada por considerável "superavit" da produção exportável sobre o consumo, fator êste que tem elevado a níveis excepcionais os estoques nos países exportadores.

Em vista de tal situação, o Comitê Especial aprovou um projeto de resolução, solicitando ao Secretário Geral das Nações Unidas a convocação de uma nova Conferência Internacional do Açúcar, a realizar-se em Londres a 14 de abril dêste ano.

O Itamaraty seguiu coordenando os estudos para a participação do Brasil nessa Conferência, e fêz-se igualmente representar na reunião preparatória do Conselho Internacional, realizada em Londres a 24 de novembro.

COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL PARA AS MIGRAÇÕES DA EUROPA (CIME)

Esse organismo internacional tem origem na Organização Internacional dos Refugiados (IRO), criada no após-guerra para atender aos movimentos de população na Europa, quer fôssem deslocados da 2.^a conflagração ou refugiados da guerra de 1914.

Em 1.^o de fevereiro de 1952, consideradas as modificações havidas no campo das atividades migratórias internacionais e cessada a crise, foi a IRO extinta e, em seu lugar, para orientar os problemas gerais dos deslocamentos inter-continentais e facilitar o transporte dos imigrantes, criou-se o Comitê Provisório Intergovernamental para os Movimentos Migratórios da Europa, órgão que nasceu para enfrentar uma fase inicial de experiências. Recentemente, em outubro de 1952, durante a 4.^a Reunião do PICMME, a instituição foi confirmada como útil, face aos resultados que apresentou. Entretanto, a denominação foi transformada; agora, retirado o

caráter de transitoriedade, passou a chamar-se Comitê Intergovernamental para as Migrações da Europa (CIME).

No transcorrer de 1952, foram realizadas quatro reuniões ordinárias do CIME: a primeira em Nápoles, quando se firmaram as finalidades da entidade e os meios necessários à consecução de seus objetivos; a segunda em Bruxelas, ocasião em que a Delegação do Brasil fez valer sua opinião no sentido de maiores cuidados aos países imigrantistas e, quase sempre, pouco desenvolvidos; a terceira em Washington, quando a Delegação brasileira orientou as atenções da assembléia para o aspecto fixo e restrito do desempenho do Comitê, indicando, de outra feita, a assistência técnica e financeira como sectores explorados, que exigiam maiores desvêlos; e, finalmente, a quarta na cidade de Genebra, em que, estudando o curso anterior das soluções encontradas e, em vista das conclusões favoráveis, foi assegurada a continuidade dos trabalhos e modificada a denominação da organização.

O Delegado Permanente do Brasil junto ao Comitê Intergovernamental para as Migrações da Europa é o Ministro Fernando Nilo de Alvarenga, Presidente do Conselho de Imigração e Colonização que, de outra parte, é também seu Vice-Presidente.

Para 1952, a quota de imigrantes atribuída ao Brasil alcançou a cifra de 18.000 emigrantes, sobretudo italianos e holandeses. Já para 1953, a Delega-

ção brasileira conseguiu elevar aqueles números para 23.000, devendo ser mais volumosas as correntes de italianos, holandeses, gregos e alemães.

Qualitativamente, o Brasil receberá imigrantes para o meio rural e centros industriais. Do primeiro grupo, os alienígenas pertencem às classes de colonos, principalmente para o café, e colonizadores para os Núcleos Agro-pecuários do Sul. O segundo tipo fixa-se, preferentemente, no Rio e São Paulo.

COMISSÃO DE POPULAÇÃO

O Governo brasileiro concordou com a realização, no ano em curso de 1953 e em local ainda não escolhido, de uma Conferência Mundial de População, onde espera que sejam discutidas as possibilidades de auxílio financeiro à imigração e colonização.

COMISSÃO SOCIAL DO CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL

Em maio realizou-se a VIII Sessão da Comissão Social do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, ocasião em que foram debatidos problemas referentes aos serviços de bem-estar social, reabilitação de pessoas fisicamente incapacitadas e assistência à família e à infância. O Brasil participou dos trabalhos através de seu representante na Comissão Social, Senhor Clodomir Vianna Moog. A próxima reunião foi marcada para o dia 16 de março de 1953.

ORGANIZAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL (OACI)

Com a participação do Brasil, realizou-se em princípios de janeiro a reunião do Sub-Comitê Varsóvia, destinada a rever a Convenção sobre a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional (Convenção de Varsóvia).

Em fins de maio e princípios de junho foi efetuada a VI Sessão da Assembléia da OACI, reunião na qual o Brasil foi eleito para a Vice-Presidência.

Realizou-se, em setembro e outubro findo, a Conferência de Finalização da Convenção de Responsabilidade por prejuízos causados a terceiros à superfície (Convenção de Roma). O Brasil compareceu.

ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL

(OMM)

Foi designado para representar o Brasil na 1ª Sessão da Associação Regional Européia da Organização Meteorológica Mundial, em Zurique, o Senhor Francisco Xavier Rodrigues de Souza, Diretor do Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura..

O Governo brasileiro recebeu ofício da OMM sôbre a quantia a ser paga para o primeiro exercício financeiro da referida entidade. A contribuição seria de 4.914 dólares, correspondentes a uma contribuição para o primeiro exercício financeiro de 5.016 dólares, mais uma quota para o Fundo de Despesas Correntes, de 351 dólares, deduzido o saldo de 453 dólares da contribuição paga à Organização em 1950-51.

COMISSÃO CONSULTIVA PARA OS ASSUN- TOS ADMINISTRATIVOS E ORÇAMENTÁRIOS

Durante o ano de 1952, realizou-se em Nova York a II, a III e a IV Sessões Ordinárias da Comissão de Finanças e Administração das Nações Unidas. Dentre os temas tratados nessas reuniões cumpre salientar o Regulamento do Pessoal das Nações Unidas, o Orçamento Consolidado das Nações Unidas e Agências Especializadas, o Regulamento Financeiro para a Agência de Reconstrução da Coréia, bem como questões de coordenação entre a ONU e as Agências Especializadas e a concentração de recursos governamentais à disposição dos Organismos Internacionais.

O Brasil, cujo mandato na Comissão terminou a 31 de dezembro de 1952, fêz-se representar nas mencionadas reuniões pelo Senhor Olyntho Pinto Machado.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS

AMERICANOS

(OEA)

Fiel aos princípios da solidariedade de todas as nações da América, pelos quais tem lutado no campo internacional com uma coerência que é fruto de sua exemplar tradição de liberalismo, procurou o Brasil não apenas favorecer mas também estimular, no curso de 1952, uma série de medidas tendentes a efetivar programas básicos previstos e a dispor o país em posição de maior prestígio dentro da OEA.

Assim é que, entre as iniciativas do Govêrno brasileiro junto à Organização, no referido ano, cumpre mencionar a proposta de fazer o Brasil país-sede do Centro de Ensino de Estatística Econômica e Financeira, projeto para o qual foram elaboradas as bases gerais das facilidades que, no caso, seriam concedidas. Outrossim, participou o Brasil ativamente do programa de cooperação técnica, propagado pela OEA, no tocante ao projeto relativo ao Centro de Treinamento para Avaliação de Re-

curso Naturais, havendo manifestado ao Conselho Interamericano Econômico e Social seu interesse na instalação do CTARN em território nacional, mediante o oferecimento de várias facilidades.

Interessado em conhecer as instalações do Centro Panamericano de Febre Aftosa e o Instituto Oswaldo Cruz, e em efetuar uma visita ao Estado de São Paulo, esteve no Brasil o Embaixador Alberto Lleras Camargo, Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos. A visita do ilustre hóspede prendeu-se também ao projeto de criação de um Centro Nacional da OEA e à concretização dos entendimentos iniciais sobre o assunto entre o Governo brasileiro e a União Panamericana.

O ano de 1952 teve também a dar-lhe relêvo, do ponto de vista da atuação do Brasil na OEA, a instalação no México do Comitê de Ação Cultural, órgão permanente do Conselho Interamericano Cultural, pois o Brasil foi eleito para ocupar um dos cinco lugares daquele Comitê, devendo ser ali representado pelo Senhor C. Vianna Moog.

Em sessão protocolar do Conselho da OEA realizada a 18 de novembro, o Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil foi homenageado, por ocasião de sua ida aos Estados Unidos da América para participar dos trabalhos da VII Assembleia Geral da ONU, sendo saudado nessa ocasião pelo Presidente do Conselho, Embaixador John

C. Dreier, daquele país. Na resposta, sugerí a ampliação das responsabilidades do Conselho da OEA.

Cumpriu o Brasil seus compromissos, relativamente às contribuições do exercício de 1952, para com o Instituto Panamericano de Geografia e História e a Repartição Sanitária Panamericana, havendo também autorizado a abertura de créditos especiais para pagamento de contribuições atrasadas àquela Repartição e ao Instituto Internacional Americano de Proteção à Infância.

COMISSÃO ECONÔMICA DA ONU PARA A AMÉRICA LATINA

O Brasil fêz-se representar na reunião do Comitê Plenário da Comissão Econômica da ONU para a América Latina (CEPAL), realizada em fevereiro de 1952, na cidade de Santiago do Chile. Foram examinados diversos aspectos da economia latino-americana de interesse para o Brasil, entre os quais a produção e a distribuição de papel para imprensa e os estudos sobre celulose.

A fim de coordenar os preparativos para o V Período de Sessões da CEPAL, a ser realizado no Rio de Janeiro, em abril de 1953 em curso, foi organizada uma Comissão, que tem mantido contacto com o Secretariado da CEPAL e com órgãos da administração pública e entidades privadas.

Fêz-se também representar o Brasil no Seminário sobre Crédito Agrícola da CEPAL, realizado em setembro do ano próximo passado, na capital da Guatemala.

O Brasil esteve, igualmente, representado na Reunião Siderúrgica da CEPAL, levada a efeito em

Bogotá, Colômbia, em outubro do ano findo, por técnicos da Companhia Siderúrgica Nacional e da Companhia Aços Especiais de Itabira, que previamente se reuniram no Ministério das Relações Exteriores, para a necessária coordenação dos pontos de vista a serem defendidos.

ATIVIDADES ECONÔMICO-COMERCIAIS

As disposições legais atribuem ao Itamaraty duas espécies amplas de tarefas, no que diz respeito ao sector econômico e comercial: as de conexão com os órgãos de economia, finanças e comércio brasileiros e as de formulação da política econômica, financeira e comercial do Brasil, cuja execução "é de sua competência exclusiva no plano internacional".

Há, portanto, uma categoria de trabalhos de negociação diplomática, ao lado de outras, de pesquisa técnica.

A necessidade de proceder de modo consecutivo e ordenado à execução dos trabalhos dêse último tipo, levou ao estabelecimento, dentro da sua Divisão Econômica, em 1950, da "Secção de Pesquisas Econômicas" e, para a constituírem, à requisição de funcionários especializados de alguns Ministérios e outros órgãos da Administração. Tem cabido, desde então, ao grupo de funcionários assim organizado, o preparo das bases para a formulação de diretrizes da política econômica do país. Trata-se, porém, de atividade informativa preliminar, essencialmente téc-

nica, destinada a fundamentar os estudos sôbre os problemas que mediata ou imediatamente possam projetar-se no quadro geral da política econômica brasileira. Nessa segunda etapa são, então, utilizados os serviços do pessoal do Itamaraty, cabendo-lhe não só a apreciação global dos estudos econômicos procedidos na mencionada Secção de Pesquisas Econômicas, como a adaptação dêsses trabalhos às praxes regulamentares e o preparo das instruções e comunicações que neles se fundamentem.

ACORDOS COMERCIAIS

No decorrer do ano de 1952 foram examinadas as bases de intercâmbios comerciais e assinados Acordos com a Espanha, Grécia, Islândia, Itália, Iugoslávia, Japão e Polônia. Igualmente foram então negociadas novas listas de mercadorias, que passaram a fazer parte integrante dos Ajustes comerciais firmados com a Áustria, Portugal, Tchecoslováquia e França.

Relativamente a cada um dos países com os quais o Brasil mantém Ajuste, foram amplamente debatidos, no seio da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais do Ministério das Relações Exteriores, em audiências públicas e pelos grupos negociadores brasileiros e estrangeiros, os aspectos específicos da composição do intercâmbio comercial.

O Itamaraty, na negociação de convênios, procurou efetivar uma política selectiva, a fim de tornar possível ao país um maior suprimento de bens de produção e a redução paralela de bens de consumo imediato, não essenciais ou supérfluos, e garantir a colocação, nos mercados externos, dos excedentes

exportáveis, principalmente daqueles cujos preços são considerados elevados em relação às cotações vigentes no mercado internacional. Outrossim, para dar continuidade ao disciplinamento das trocas comerciais, procurou elevar ao máximo a diversificação do comércio exterior, incentivando o intercâmbio direto com os pequenos países e assegurando, assim, as alternativas de mercados.

Embora coerente com a estrutura econômica de cada uma das nações com as quais realizou o Brasil Ajustes comerciais, a orientação seguida foi, todavia, em linhas gerais, uniforme.

Os quadros abaixo revelam a estrutura dos Acordos assinados ou renovados pelo Brasil no ano próximo findo, grupando-se, na importação, os produtos essenciais e de relativa essencialidade, de um lado e os considerados supérfluos, do outro, tendo sido destacados, na exportação, os produtos de fácil escoamento para os mercados externos e os de difícil colocação nesses mesmos mercados, em consequência da disparidade de preços:

Países	IMPORTAÇÃO		
	EM CR\$ 1.000		
	Total pre- visto	Prod. essenciais e de relativa essencialidade	Prod. su- pérfluos
Itália	1.070.200	1.043.000	27.200
Japão	670.000	663.600	6.400
Áustria (novas listas)	363.200	362.600	600
Tchecoslováquia (no- vas listas)	324.000	323.800	200

Portugal (nov. listas)	220.000	124.000	96.000
França (novas listas)	2.578.000	2.502.400	75.600
Espanha	200.000	169.400	30.600
Polônia	132.000	132.000	—
Iugoslávia	90.000	87.000	3.000
Grécia	42.400	31.600	10.800
Islândia	28.000	28.000	—
Total	5.717.800	5.467.400	250.440

EXPORTAÇÃO

EM CR\$ 1.000

Países	Total previsto	Prod. de fácil escoamento	Prod. de difícil escoamento
Itália	1.394.820	896.040	498.800
Japão	712.000	668.000	44.000
Áustria (novas listas)	372.600	339.800	32.800
Tchecoslováquia (novas listas)	300.000	143.000	157.000
Portugal (nov. listas)	220.000	157.000	63.000
França (novas listas)	2.641.000	2.289.000	352.000
Espanha	200.000	134.000	66.000
Polônia	132.000	94.400	37.600
Iugoslávia	90.000	34.000	56.000
Grécia	42.400	33.000	9.400
Islândia	28.000	22.400	5.600
Total	6.132.820	4.810.640	1.322.200

O exame comparativo das cifras relativas aos Acordos comerciais negociados em 1952 revela acentuado "superavit" do total previsto das exportações brasileiras em confronto com o das importações.

O montante da importação de produtos essenciais e de relativa essencialidade representa 95,6% do valor geral negociado, restando 4,4% para os produtos supérfluos que serviram de contrapartida à exportação dos excedentes gravosos brasileiros.

A tolerância para a inclusão de produtos supérfluos encontra plena justificativa na forte tradição da importação brasileira, como também na necessidade de ser evitada a criação de clima favorável para o desenvolvimento, no país, de indústrias de bens de consumo supérfluos.

A cifra relativa ao total das exportações previstas nos Acordos vigentes é de Cr\$ 8.502.840.000,00. Quanto às importações disciplinadas nos referidos Ajustes, perfazem o total de Cr\$ 8.047.800.000,00.

É bem verdade que, na execução dos Acordos, observou-se forte desequilíbrio na balança de pagamentos, resultante da concessão de licenças de importação que objetivaram atender a crescentes reclamos do parque industrial brasileiro. Não é menos certo, porém, que, ao transmitirem, insistentemente, os Governos estrangeiros, seu empenho em continuar fornecendo produtos ao Brasil, a pesar das proclamadas dificuldades cambiais, traduziram, com isso, sua confiança na estrutura econômica de nosso país, cuja característica fundamental é o intensivo surto de desenvolvimento econômico.

POLÍTICA DE PREÇOS-TETO

Em princípios de julho de 1952, por ocasião da visita que fez ao Brasil o Senhor Dean Acheson, Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, foi abordado, entre outros assuntos, o sistema de preços-teto vigente naquele país.

Os trabalhos elaborados pelo Itamaraty, que serviram de base para a troca de pontos de vista, ressaltaram a inconsistência dos argumentos que precederam à instituição do preço-teto para o café e para o cacau, destacando também a influência do sistema sobre as cotações daqueles produtos, suas repercussões na economia brasileira e, em particular, seus reflexos negativos sobre a formação da receita cambial do país.

GRUPO MISTO DE PROBLEMAS DE SUPRI- MENTOS DE EMERGÊNCIA (GRUMI)

Com o objetivo de combater situação angustiosa que enfrentaram as indústrias nacionais, foi criado, por força da Resolução XVI da IV Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, em 1951, o "Grupo Misto de Problemas de Suprimentos de Emergência" (GRUMI), constituído, na sua Secção Brasileira, de representantes do Itamaraty, membros da Missão diplomática dos Estados Unidos da América acreditada no Rio de Janeiro, e de funcionários da Carteira de Exportação e da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil.

Compete ao Grupo Misto:

- 1) Averiguar as necessidades essenciais da economia brasileira de produtos escassos a serem importados dos Estados Unidos da América e propôr recomendação a elas concernentes;

2) Examinar conjuntamente medidas que facilitem a exportação para os Estados Unidos da América de produtos brasileiros necessários à economia norte-americana;

3) Atuar como uma agência de consulta contínua, dentro do espírito da Resolução XVI da IV Reunião de Consulta;

4) Fazer recomendações para melhorar a operação dos sistemas de controle da exportação e prioridades adotadas pelos dois países.

Além das funções antes mencionadas, passou a Secção Brasileira do GRUMI a incumbir-se, em 1952, de orientar os trabalhos da Delegação brasileira junto à CIMP, bem como promover o rateio das quotas de suprimentos concedidos ao Brasil e controlar os licenciamentos das importações dos produtos escassos.

Dando cumprimento a seus trabalhos, o Grupo Misto remeteu à Missão diplomática do Brasil em Washington cerca de cinquenta relatórios sobre as necessidades nacionais daqueles produtos escassos.

COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Desde as suas primeiras reuniões, a Comissão procurou definir os principais problemas de que deveria cuidar no desempenho das funções a ela confiadas. O principal dêles, de solução tardia, dada a sua própria natureza, foi o do levantamento das necessidades brasileiras no que se refere a assistência técnica, o qual se impunha não só para a formulação dos pedidos, mas também para o estabelecimento de prioridade dos mesmos: nesse sentido, a Comissão adotou uma divisão dos assuntos relacionados com o desenvolvimento econômico em três campos maiores de atividades, o da produção, o dos transportes e energia e o da educação e saúde, subdivididos em sectores para que fôsse estudadas as necessidades específicas em cada um dêles, a fim de permitir a elaboração de um plano sistemático dentro do qual seriam formulados os pedidos de assistência técnica.

Outros e numerosos assuntos de sua competência reclamavam, porém, o imediato desvêlo da

Comissão, que logo traçou um programa de trabalho para atender aos seguintes itens: a) formulação de pedidos isolados de assistência técnica, mediante solicitação de organismos públicos ou privados, enquanto era aguardada a elaboração do referido plano geral das necessidades brasileiras; b) preparo e assinatura de Acordos internacionais, necessários para a obtenção de auxílio técnico das agências especializadas da ONU; c) aproveitamento imediato das oportunidades oferecidas pela ONU em bolsas de estudos; d) pagamento das contribuições brasileiras aos programas de assistência técnica da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos; e) estudo e aproveitamento do Programa de cooperação técnica desta última Organização; f) criação das Comissões Regionais de Assistência Técnica e divulgação da natureza e possibilidades oferecidas pelos respectivos programas, de maneira a interessar nêles tôdas as unidades da Federação.

Foi assim que a Comissão encaminhou à ONU pedidos de assistência técnica para a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (um especialista que se incumbisse da reforma de seus serviços administrativos), para a Prefeitura do Distrito Federal (um técnico em estabilização de solos e revestimentos de rodovias e um técnico em instalações e arquivos de micro-filmes), para a Associação de Assistência à Criança Defeituosa de São Paulo (um técnico em organização e direção de um Instituto destinado a

crianças defeituosas), para o Serviço de Trânsito do Departamento Federal de Segurança Pública (técnicos em operações de tráfego), para o Ministério da Agricultura (um técnico em cultivo e industrialização do Sisal e um técnico holandês na cultura da "batatinha"), para a Escola Superior de Agricultura da Universidade de São Paulo (um técnico em sericultura), para o Instituto Joaquim Nabuco, de Recife (um técnico em habitações rurais), para a Comissão Nacional de Folclore (aparelhos de gravação do som e de filmagem em côr para registro de material folclórico), para o Departamento Nacional da Criança do Ministério da Educação e Saúde (um técnico da Organização Mundial de Saúde que se incumbisse do exame dos aspectos médicos do programa do FISI no nordeste e um fisioterapeuta), para o Museu Nacional (orientadores técnicos em ecologia e antropologia, bôlsas de estudos para aperfeiçoamento de pessoal brasileiro nessas especialidades e equipamento para trabalho de campo), e, finalmente, para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI (quinze técnicos de ensino industrial). Outrossim, a Comissão entrou em contacto com a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), a fim de ser enviado ao Brasil um especialista encarregado de assisti-la no levantamento de um quadro do pessoal técnico brasileiro.

Dependendo a prestação de assistência técnica por parte das Agências Especializadas da ONU, da assinatura de Acordos básicos entre os Governos

interessados e a Agência respectiva, e de Acordos suplementares entre esta e as entidades diretamente beneficiadas pela assistência, foram preparados pela Comissão e assinados a 7 de março três Acordos suplementares com o mencionado organismo internacional. Os dois Acordos básicos e os sete suplementares que já se encontram em execução, importaram na vinda ao Brasil de seis professores, todos de reputação mundial; na concessão de dez bôlsas de estudo no estrangeiro a técnicos brasileiros e no fornecimento de equipamento científico do valor de US\$ 15.000,00, perfazendo o total de 115.000 dólares essa contribuição ao Brasil.

A Organização Mundial de Saúde vem oferecendo, de outra parte, bôlsas a médicos brasileiros que se distinguiram em trabalhos relacionados com a saúde pública. Dezenove médicos já utilizaram as referidas bôlsas, cujo valor total é calculado em . . . US\$ 50.000,00.

Examinou a Comissão, além do mais, o programa de cooperação técnica da Organização dos Estados Americanos, que se concretiza na criação de centros de estudo sôbre diversos assuntos relativos ao desenvolvimento econômico dos países do Continente. A fim de pleitear a instalação de alguns centros no Brasil, entrou a Comissão em contacto com os órgãos interessados daquela Organização, já tendo conseguido a localização, no Brasil, do Centro Panamericano de Combate à Febre Aftosa.

Reconhecendo que uma das dificuldades à utilização das oportunidades oferecidas pelos programas de assistência técnica é o desconhecimento desse sistema de cooperação internacional, procurou a Comissão divulgá-las. Com o mesmo propósito e visando dar alcance nacional à participação do Brasil nos programas de assistência técnica, a Comissão cogitou de promover a criação de órgãos similares nos Estados, que ficaram incumbidos do preparo de projetos de interesse imediato para as respectivas regiões.

Como resultado prático da Assistência Técnica entre o Brasil e as Nações Unidas, convém citar a realização, em janeiro de 1953 em curso, do Seminário Latino-Americano de Serviço Social Rural.

COMISSÃO CONSULTIVA DO TRIGO

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores tem colaborado, estreitamente, com a Comissão Consultiva do Trigo, fornecendo-lhe os serviços de seu secretariado, e, assim sendo, as atividades da referida Comissão se englobam entre as suas, devendo, portanto, constar dêste relatório.

Elaborou a Comissão o esquema de compras de trigo nos Estados Unidos da América, e, posteriormente, através de gestões promovidas pelo Itamaraty, foi possível obter o compromisso de entregas nas bases requeridas, garantindo-se, por êsse modo, a importação da tonelagem estimada necessária ao consumo do país durante o ano de 1952.

No intuito de estudar possibilidades de diversificação dos mercados supridores, com possível vantagem de ordem cambial, recomendou a Comissão o envio de técnico do Ministério da Agricultura à Turquia para averiguar condições de um entendimento imediato em tôrno das sobras exportáveis de trigo em grão daquele país, ou de negociações visando a aquisição dos excedentes turcos de futuras

safras. As conclusões do observador brasileiro não indicaram a conveniência de concertar-se, desde logo, qualquer operação. Dados posteriores fornecidos pessoalmente por funcionário do Governo turco, em visita não oficial ao Brasil, confirmaram as observações do enviado brasileiro. Os elementos colhidos, entretanto, servirão de base para a consideração oportuna do assunto.

A Comissão vem elaborando um projeto de decreto para regular a importação da farinha de trigo. É que a entrada desse sub-produto no território nacional tem sido objeto de controvérsias em virtude dos inúmeros aspectos que o problema envolve, tais como a solução para a produção dos demais derivados do grão e as dificuldades de transporte dos derivados para as regiões afastadas; para dirimir essa controvérsia, abalçou-se a Comissão ao estudo da matéria, cuidando elaborar um texto que regule definitivamente o assunto.

Quanto ao programa de compras de trigo, vale acrescentar que, em vista da premente necessidade do abastecimento, as mesmas levaram o país a desenvolver um grande esforço financeiro, dado que as aquisições do produto se deslocaram para a área do dólar. No desejo de amenizar as dificuldades de ordem cambial daí decorrentes, inaugurou a Comissão novo sistema de compras do cereal, consistente na realização de tomadas de preços para fornecimento de trigo, em quantidades previstas para o consumo, durante espaço determinado de tempo. Valendo-se

das disposições de lei que autorizam à Comissão Federal de Abastecimento e Preços a proceder à concorrências e tomadas de preços, vem a Comissão selecionando, desde junho, através daquele órgão, ofertas do fornecimento de trigo. Tal processo de seleção tem garantido aquisição de trigo pelos menores preços, dada a emulação que se estabelece entre os fornecedores interessados.

Para melhor execução do sistema recomendou a Comissão que as aquisições passassem a ser feitas pelo Banco do Brasil, que ficou incumbido de revender o trigo aos moinhos por preços que permitam manter estável o valor fixado para a farinha de trigo. E a fim de que tôdas as quedas transitórias nas cotações internacionais pudessem ser aproveitadas pelos órgãos públicos e não beneficiassem apenas os importadores, abriu-se no Banco do Brasil conta especial em que são contabilizadas as importâncias resultantes das diferenças entre preços de aquisição do cereal e preços de revenda aos moinhos. O fundo assim criado e sôbre cuja aplicação a Comissão aguarda o pronunciamento dos órgãos interessados, atinge a aproximadamente 150 milhões de cruzeiros, em quatro operações realizadas.

Vê-se, portanto, que a Comissão formulou uma política para as compras brasileiras de trigo e uma política de estabilização dos preços da farinha do trigo e do pão, que resultou na criação de reservas monetárias em cruzeiros.

A execução dessas tarefas levou a Comissão a multiplicar suas atividades, sem que para tal sofresse qualquer alteração em seu secretariado, quer no que se refere a pessoal quer a material, continuando a dispor apenas dos serviços de funcionários da Divisão Econômica do Ministério das Relações Exteriores.

COMISSÃO DE EXPORTAÇÃO DE MATERIAIS ESTRATÉGICOS (CEME)

A Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos (CEME), criada no Ministério das Relações Exteriores, tem como principais funções supervisionar a venda de materiais estratégicos ao exterior e, em caráter consultivo, sugerir a Vossa Excelência linhas gerais de orientação da política nacional brasileira em relação a êsses materiais.

Desde sua instalação, em abril, até 31 de dezembro de 1952, a CEME realizou dezoito sessões. Já tratou da política de exportação e industrialização do berilo, aprovou diversos contratos e licenças de exportação e está concluindo a elaboração de uma classificação e definição de materiais estratégicos. Entre os assuntos em estudo, destacam-se: normas para fomentar a industrialização de minérios estratégicos no Brasil, e elementos para uma política nacional do lítio.

POLÍTICA AÉREA

Foram ratificados e promulgados os Acordos Aéreos com o Chile, Itália, Líbano e Turquia, aguardando a aprovação pelo Legislativo os Ajustes com a Argentina, Espanha e Paraguai. Achrom-se em negociações Acordos semelhantes com o Canadá, Colômbia, Uruguai e Venezuela, e, em estudos, encontra-se o ato internacional com o México.

O Acôrdo Aéreo Brasileiro-Boliviano ainda não foi submetido à aprovação do Congresso em virtude da redação truncada de seu art. VI; nesse sentido, já foram firmadas em La Paz as notas interpretativas e aclaratórias da redação daquêlê artigo.

Com o propósito de estender novas linhas aéreas para assim acompanhar o desenvolvimento da aviação comercial brasileira, foram propostos aditamentos aos Quadros de Rotas dos Acordos firmados com a Argentina (rota através do território argentino Uruguaiana-Assunção), França (rota Belém-Caiena e vice-versa), Paraguai (rota Uruguaiana-Assunção e vice-versa) e Grã-Bretanha (rota Manaus-

Georgetown e vice-versa), o último dos quais já foi aceito.

Foi também sugerida e aceita pelo Govêrno es-panhol uma modificação no Quadro de rotas do Ajuste aéreo firmado com a Espanha, tendo sido solicitado e concedido, outrossim, o levantamento de restrição imposta a uma Companhia brasileira quanto ao transporte de passageiros embarcados em Madrid e que se destinam às cidades além de Roma.

Em vista de estar ainda em fase de negociações o Acôrdo Aéreo Brasil-Venezuela, o Govêrno brasileiro solicitou autorização ao Govêrno venezuelano para a concessão, a uma emprêsa do país, de uma freqüência semanal na rota Maiquetia-Boa Vista, o que foi concedido.

ACÔRDO DE ASSISTÊNCIA MILITAR BRASIL-ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Nos últimos dias de 1951, o Govêrno dos Estados Unidos da América propôs ao Govêrno brasileiro a celebração de um acôrdo de assistência militar recíproca, destinado a assegurar a defesa do Hemisfério Ocidental. Com a prévia autorização de Vossa Excelência dei início imediatamente às negociações, que se prolongaram por mais de dois meses, com a participação de conselheiros civis e militares de ambos os lados. Estabelecido finalmente o texto, e aprovado por Vossa Excelência, foi o acôrdo assinado nesta capital, a 15 de março de 1952.

O Acôrdo não constitue pròpriamente obra nova; é antes um desenvolvimento prático de princípios e obrigações estabelecidas em outros atos internacionais em que o Brasil e os Estados Unidos da América são partes: Carta das Nações Unidas, Tratado do Rio de Janeiro e Carta de Bogotá, além das recomendações da IV Reunião de Consulta dos

Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos. O que na verdade o distingue de outros atos semelhantes, assinados pelo Brasil, é o fato de virmos a receber fundos votados pelo Congresso americano, para fins especificados no texto. Segundo o Acôrdo, receberemos fornecimentos e assistência técnica e econômica para o desenvolvimento da capacidade defensiva nacional, para a defesa do Continente Americano e, conseqüentemente, do Mundo Livre. Essa gradação, aliás, fôra estabelecida por Vossa Excelência no seu discurso às Forças Armadas quando da passagem do ano de 1951 para 1952. Em contrapartida, o Govêrno brasileiro se compromete a participar de operações importantes para a defesa do Continente e a fornecer ao Govêrno dos Estados Unidos da América, em bases comerciais normais, e nas condições a serem acordadas com o Govêrno brasileiro, em cada caso, certas matérias-primas essenciais, dentro das exigências das leis brasileiras e sob o contrôle das autoridades competentes brasileiras.

Além de não nos impor obrigações novas, o Acôrdo nos beneficiará grandemente no campo de fornecimentos militares e de desenvolvimento econômico. Não tenho poupado esforços para esclarecer a opinião pública e os ilustres membros do Congresso Nacional sôbre a verdadeira significação do Ato Internacional e suas reais finalidades, seja por meio de entrevistas à imprensa, seja por meio de

reuniões com líderes e políticos brasileiros, seja por explicações verbais e escritas aos membros do Legislativo. Não obstante, o Acôrdo ainda se encontra na Câmara dos Deputados, de cuja sabedoria e espírito público a Nação aguarda uma decisão conveniente aos seus superiores interesses, no plano da defesa militar.

SERVIÇO CONSULAR

Durante o ano de 1952, a Secretaria de Estado expediu setenta cartas patentes a Cônsules brasileiros de carreira, privativos e honorários. Foram também expedidos quatorze títulos de nomeação de Vice-Cônsules honorários e Agentes consulares.

As modificações havidas na organização consular brasileira foram numerosas. Oito Consulados de carreira foram criados: os de Munique, Dusseldorf, Jacarta, Casablanca, Tanger, Palermo, Veneza e Hong Kong. Dois Consulados privativos: os de Iquitos e Rocha, Nove Consulados honorários: em Jacksonville, Pireu, Palma de Malorca, La Plata, Aruba, Welington, Stuttgart, Hanover e Colônia. As supressões de Repartições consulares, cuja existência por um ou outro motivo já não se justificava, foram também numerosas: a do Consulado de carreira em Wellington, a do Consulado privativo em Castillos e a dos Consulados honorários em Iquitos, Savannah, Port-Arthur e Caracas. Além disso, foram elevados a Consulado Geral, o Consulado de carreira em Marselha e a Consulado honorário, o Vice-Consulado honorário em Melbourne.

No que diz respeito à jurisdição consular, cabe assinalar as modificações introduzidas na dos Consulados de carreira de São Francisco e Los Angeles e na dos Consulados honorários de Singapura, Sydney, Basileia e Melbourne. Igualmente no correr do ano de 1952 foi completamente transformada a jurisdição das Repartições consulares da Alemanha e da Itália. Nesse sector é digna também de menção a modificação introduzida no texto do artigo 4.º do Regulamento para o Serviço Consular Honorário do Brasil. Esse artigo determinava que a jurisdição das Repartições honorárias estava limitada à cidade de sua sede. O parágrafo único que o Decreto n.º 30.510, de 7 de fevereiro de 1952, fez acrescentar, declara : "Excepcionalmente, por conveniência de serviço, essa jurisdição poderá ser estendida a uma ou mais divisões administrativas do território em que estiverem situadas as Repartições consulares honorárias".

CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

Foram concedidos, durante o ano de 1952, cinquenta e três exequaturs a novos Cônsules e trinta e sete reconhecimentos provisórios.

As Listas do Corpo Consular Estrangeiro acreditado no Brasil foram publicadas dentro dos prazos estabelecidos. Na sua primeira edição, atualizada até o dia 30 de junho, uma inovação foi introduzida. Trata-se da inclusão dos endereços de todas as

Repartições consulares com sede no país, coisa que se fez pela primeira vez, pois, nas listas dos anos anteriores, apenas constavam os endereços dos Consulados que funcionam na Capital Federal.

Os Consulados estrangeiros criados durante o ano de 1952 foram os seguintes: Alemanha, um Consulado Geral em São Paulo e Consulados no Recife e em Pôrto Alegre; Estados Unidos da América, Agências consulares em Belo Horizonte e Curitiba; Áustria, elevação a Consulado Geral Honorário do Consulado honorário que mantinha em São Paulo e criação de um Vice-Consulado em Joaçaba; Espanha, criação de um Vice-Consulado honorário em Rio Grande; Japão, criação de um Consulado Geral em São Paulo; e, finalmente, Líbano, criação de um Vice-Consulado honorário em Fortaleza.

No mesmo ano, foram extintas as seguintes Repartições consulares estrangeiras : Consulado honorário de Israel no Distrito Federal e Consulado de carreira da Polônia em Curitiba.

ALISTAMENTO MILITAR DE BRASILEIROS RESIDENTES NO EXTERIOR

O sector de alistamento militar de brasileiros residentes no exterior teve, no decorrer do ano de 1952, um aumento considerável de serviço. O volume de correspondência com a Diretoria do Recrutamento do Ministério da Guerra e com as Missões diplomáticas e Consulados encarregados do alistamento no

exterior superou, de muito, o número de avisos e despachos expedidos no ano de 1951.

A Diretoria de Recrutamento submeteu, no correr de 1952, à aprovação da Secretaria de Estado um projeto de instruções sobre serviço militar destinado às Repartições brasileiras que, no exterior, colaboram com o serviço de alistamento. Depois de cuidadoso exame por parte do Itamaraty, foram as referidas instruções julgadas de grande utilidade para a perfeita execução da Lei de Serviço Militar.

O ano de 1952 assinalou ainda a expiração do Acôrdo sobre Serviço Militar entre o Brasil e a Grã-Bretanha, celebrado por troca de notas em outubro de 1945. Naquele Acôrdo declarava-se que sua expiração se daria um ano após a assinatura do Tratado de Paz com o Japão, isto é, até setembro de 1952 próximo passado. Considerando o grande número de brasileiros filhos de cidadãos britânicos que viajam à Grã-Bretanha a estudos e são ali convocados a prestar serviço militar, é de esperar-se que nos próximos anos surjam processos de perda de nacionalidade, desde que se verifique que êsses brasileiros tenham se incorporado às fileiras sem coação por parte do Govêrno britânico.

Cabe esperar que o Decreto n.º 1.585, baixado em 28 de março de 1952, venha simplificar bastante o trabalho das Repartições no exterior e da própria Secretaria de Estado no que diz respeito a alistamento militar. Aquele decreto estabelece que, todos os indivíduos convocados que se encontrem no exte-

rior, se devem apresentar à Repartição mais próxima a sua residência a fim de solicitar o adiamento da convocação. Esse adiamento será renovado anualmente, mediante nova solicitação aos Consulados, até que o interessado complete 30 anos ou até seu regresso ao Brasil.

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores é a intermediária entre o Ministério da Guerra e as Repartições consulares no que se refere a importações de produtos químicos, armas e munições. No ano de 1952, verificou-se uma certa diminuição no volume das licenças, em comparação com o movimento do ano de 1951.

Aumentou, porém, o número de firmas apresentadas para reconhecimento, no correr do ano de 1952, isto é, 24.489, contra 21.079 no ano de 1951. O valor total da arrecadação resultante de reconhecimentos de firmas subiu a Cr\$ 85.710,50.

Quanto ao movimento de expedição de guias para recolhimento do sêlo ouro, foi, no ano de 1952, quase o duplo, em volume, do que se verificara no ano anterior, pois as quantias arrecadadas chegaram à cifra de Cr\$ 131.404,86.

REPATRIAÇÕES

Passado o período do após-guerra, em que o Itamaraty teve de defrontar-se com o problema das repatriações em massa, principalmente de brasileiros que se encontravam, durante o conflito, na Alema-

nha e na Itália, e cujas despesas, naturalmente, montaram a elevadas cifras, a idéia que passou a dirigir a ação da sua Divisão Consular neste sector foi a de procurar reduzir ao mínimo as repatriações por conta do Tesouro Nacional. Uma das providências adotadas para atingir tal objetivo foi a de transferir para a competência exclusiva dos Representantes diplomáticos e consulares do Brasil no exterior a apreciação de todos os pedidos de repatriação. A estes representantes é que cabe decidir acêrca da conveniência e justiça não só dos casos surgidos em sua jurisdição, como daqueles apresentados diretamente à Secretaria de Estado. E' lógico que, dependendo cada repatriação da requisição da passagem, os funcionários no exterior é que estão habilitados a julgar da possibilidade de fazê-la. Por outro lado, só o contacto pessoal com o candidato à repatriação pode fornecer os elementos de apreciação suficiente acêrca da justiça dos casos surgidos e ordem de prioridade a ser obedecida para o embarque.

Todavia, nem tôdas as repatriações se podem fazer sem ônus para o Tesouro. Não são muitos os países que contam com navegação para o Brasil e muitas das companhias que mantêm tal linha não dispõem de navios com regalias de paquete. Por outro lado, a cota fornecida, de duas passagens gratuitas em cada viagem, é muitas vêzes absolutamente insuficiente para atender a todos os casos justos que se apresentam. Em certos países, como a Espanha

e a Itália, o número de pessoas a repatriar é muitas vezes superior ao de passagens disponíveis. Em tais situações, os Cônsules organizam rigorosas listas de prioridade e os candidatos ficam aguardando, às vezes, meses e anos, até que chegue sua ocasião de embarcar.

Considerando esses fatos, acredita o Itamaraty ser de toda a conveniência que se restabeleça, no próximo Orçamento, a verba de repatriações. Evidentemente, essa verba não se aplicaria a todos os indivíduos que desejassem repatriação, indiscriminadamente, nem às centenas de indivíduos de dupla-nacionalidade que, na Itália, sobretudo, inscrevem-se nas listas organizadas pelos Consulados do Brasil. Essa verba seria reservada para os casos excepcionais que algumas vezes surgem em países de onde a repatriação não pode ser feita sem ônus para o Tesouro. No ano de 1952, alguns desses casos foram solucionados por meio de autorização de saque ao chefe do posto; mas essas despesas, por falta de dotação especial, tiveram de ser cobertas pela verba reservada do Ministério.

INSPEÇÃO CONSULAR

Por Decreto de 21 de Maio de 1952, foi designado o Senhor Mário de Deus Fernandes, Cônsul Geral aposentado, para inspecionar os Consulados

Privativos instalados nas fronteiras com a República Argentina e República Oriental do Uruguai.

Essa inspeção periódica não tem por objetivo único a visitação das Chancelarias e o exame dos trabalhos ali executados. A situação especial em que se encontram aquelas Repartições consulares, em zonas fronteiriças, requer dos seus titulares ação e atividade que se relacionam com fatos anormais, algumas vezes divulgados por informações telegráficas que discrepam da realidade, mas sempre acompanhados com vivo interêsse pela opinião pública nacional.

Atento a tais circunstâncias, o Itamaraty mantém, com o maior desvêlo, um serviço de instruções àqueles funcionários, que a inspeção consular revigora, esclarece se necessário, e verifica a sua execução.

O bom resultado dessa vigilância foi agora plenamente sentido pelo Inspetor Consular, que comunicou ao Itamaraty haver recebido das autoridades argentinas e uruguaias que visitou, inclusive Chefes de guarnições militares, as mais expressivas manifestações de apreço e amizade ao Brasil e o acolhimento mais franco e cavalheiresco, com inequívocas provas de retribuição ao sentimento de boa vizinhança do Governo brasileiro, sempre presente no trato dos seus Agentes consulares e na obra comum de harmonia das populações fronteiriças.

Foram inspecionados os seguintes Consulados:

Rep. Argentina: — Paso de Los Libres, Alvear, Santo Tomé, Posadas, Monte Caseros e Corrientes.

Rep. Oriental do Uruguai: — Rocha, Melo, Rivera, Artigas, Rio Branco, Paissandú, Salto e Bela União.

INCIDENTES DE FRONTEIRA

Desde os últimos meses de 1951 e, sobretudo, a partir de janeiro do ano em revista, certos trechos da fronteira do Brasil com a Argentina, a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai vinham sendo teatro de incidentes, alguns dos quais culminando na morte de cidadãos do país. O Governo brasileiro determinou, oportunamente, a abertura de inquérito pelas autoridades competentes, a fim de habilitar-se a julgar da necessidade de tomar providências de caráter diplomático em torno de cada caso.

As investigações policiais levadas a efeito revelaram ser o contrabando a origem comum de quase todos êsses incidentes. Em alguns deles, entretanto, o inquérito policial brasileiro, embora apontasse o contrabando como a sua causa primordial, apurou ter havido abuso de autoridade por parte de gendarmes argentinos. Fundado, então, nas conclusões anexas aos respectivos processos, o Governo brasileiro, nos casos em que julgou essa medida cabível, formulou protestos perante o Governo argentino contra a turbulência e contra a violação do território

nacional praticadas por seus gendarmes na perseguição de criminosos. Atendendo aos protestos brasileiros, o Governo da República vizinha ordenou a abertura de inquérito para determinação de responsabilidades e punição dos culpados.

Ao compreender que o escasso policiamento do lado brasileiro era uma das causas principais desses atritos, o Ministério das Relações Exteriores sugeriu aos Ministérios da Guerra, da Marinha e da Justiça a adoção de medidas de emergência, tais como o envio de destacamentos às zonas mais expostas, para reforçar o patrulhamento das fronteiras nacionais. Essas medidas produziram alguns resultados, tendo diminuído, de alguns meses a esta parte, a frequência de tão deploráveis fatos.

PASSAPORTES

O Ministério das Relações Exteriores faz parte da organização imigratória brasileira, que é atualmente descentralizada. O Chefe da sua Divisão de Passaportes é membro nato do Conselho de Imigração e Colonização, órgão superior da política imigratória, composto de representantes de todos os Ministérios e Repartições ligadas ao assunto.

Os vistos permanentes concedidos pelas Missões diplomáticas encarregadas de serviço consular e pelos Consulados de carreira referem-se à imigração espontânea e obedecem à legislação em vigor. Há, no entanto, casos específicos que dependem de autorização da Secretaria de Estado ou do Conselho de Imigração e Colonização. Durante os oito primeiros meses do ano de 1952 foram concedidos vistos permanentes conforme especificado a seguir:

Janeiro	5.833
Fevereiro	5.320
Março	7.372
Abril	8.015
Maió	6.592

Junho	6.723
Julho	5.987
Agosto	5.410
Total	51.252

Quanto ao sexo:

Masculino	33.979
Feminino	16.596
Não especificados	677
Total	51.252

Quanto à idade:

Menores de 1 ano	686
Entre 1 e 9 anos	5.864
Entre 10 e 21 anos	8.676
Entre 22 e 31 anos	17.595
Entre 32 e 41 anos	9.372
Entre 42 e 51 anos	4.474
Entre 52 e 61 anos	2.470
Maiores de 62 anos	1.151
Não especificados	964
Total	51.252

Quanto à nacionalidade:

Portuguêses	30.507
Espanhóis	6.069
Italianos	5.946
Apátridas e indefinidas	2.103

Alemães	1.655
Libaneses	1.060
Americanos	695
Gregos	596
Japoneses	365
Austriacos	327
Britânicos	304
Franceses	185
Sírios	167
Holandeses	149
Dinamarqueses	100
Argentinos	97
Húngaros	92
Suíços	92
Russos	74
Tchecoslovacos	69
Iugoslavos	64
Canadenses	59
Jordanos	57
Poloneses	54
Belgas	50
Paraguaios	47
Romenos	38
Suecos	32
Finlandeses	22
Turcos	20
Uruguaios	19
Noruegueses	15

Chineses	14
Egípcios	14
Panamenhos	12
Mexicanos	10
Bolivianos	9
Israelenses	9
Lituanos	9
Iranianos	8
Chilenos	6
Indianos	5
Irlandeses	5
Colombianos	4
Cubanos	3
Luxemburgueses	3
Guatemaltecos	2
Peruanos	2
Venezuelanos	2
Australianos	1
Búlgaros	1
Equatorianos	1
Iraqueanos	1
Letãos	1
Dominicanos	1
Total	51.252

Por êsses algarismos pode-se apreciar o incremento da imigração espontânea. Em 1950 essa cifra era apenas de 35.000 pessoas; em oito meses, apenas, de 1952, só a imigração portuguesa atingiu o total de 30.507 indivíduos.

Tem sido recomendado às Repartições no exterior que facilitem a vinda de imigrantes espontâneos. Por outro lado, procura-se evitar qualquer restrição à chamada de parentes próximos, com o fim de ser mantida a unidade da família, o que possibilita maior estabilidade do alienígena e mais fácil assimilação ao meio nacional.

Com a criação do Comitê Intergovernamental para as Migrações da Europa ficou assegurada a realização dos Acordos com a Itália e com a Holanda, no que tange ao financiamento do transporte de famílias.

A fim de restringir, na medida do possível, a concessão de passaportes especiais, a Secretaria de Estado propôs modificação do Regulamento de Passaportes em vigor, por força do Decreto número 3.345, de 30 de novembro de 1938, modificado pelo Decreto n.º 21.106, de 10 de maio de 1946.

PESSOAL

Entre funcionários e extranumerários, graduados e subalternos, homens e mulheres, remunerados e honorários, conta o Ministério das Relações Exteriores, no Brasil e no exterior, apenas com 1.365 servidores, dos quais 610 estão lotados na Secretaria de Estado. A êsse reduzidíssimo pessoal se deve o funcionamento do complicado mecanismo que promove as relações do Brasil com o mundo, e que é constituído pela Secretaria de Estado, 30 Embaixadas, 22 Legações, 17 Delegações junto a organismos internacionais, 21 Consulados Gerais, 42 Consulados, 21 Consulados privativos e 62 Consulados e Vice-Consulados honorários. São, para aquêle punhado de servidores, 215 postos na primeira linha de defesa dos interesses nacionais, empenhados na missão de instituir, manter e incentivar não só as relações de amizade e de mútuo respeito entre o Brasil e os povos civilizados mas também o seu intercâmbio político, econômico e cultural.

Ora, isso acontece precisamente quando os problemas modernos apresentam uma convivência acen-

tuada com a política internacional. E se é certo que hoje uma nova idéia de cooperação completa e uniformiza as linhas diretrizes de todos os Estados, cuja vida de relação se intensificou célere e enormemente, não é menos verdade que tem, então, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil a necessidade de melhor aparelhar-se para enfrentar as questões daí oriundas.

De outra parte, há a dizer que a própria política exterior da nação não tendo ficado jungida a uma consciência formal e estática dos sistemas americano e mundial, aumentou, em consequência, o número de Estados que desejam manter ou acrescentar relações diplomáticas com o Brasil, houve maior participação nossa em organismos internacionais, estendeu-se a áreas novas o comércio exterior brasileiro e, enfim, cresceu o prestígio internacional do país.

Esperava, portanto, o Ministério das Relações Exteriores que o ano de 1952 trouxesse consigo a projetada reorganização da sua Secretaria de Estado e a reforma do seu quadro de servidores. Não lhe tendo sido possível, ainda, realizá-las, perduram, agravados, os problemas de base que vêm ameaçando a tradicional eficiência do Itamaraty.

Não obstante, prosseguiu-se na expansão da rede de Missões diplomáticas e Repartições consulares, para melhor atender à crescente projeção político-econômica do Brasil no plano internacional. Assim, concordou-se em elevar à categoria de Em-

baixada as Legações na Iugoslávia, na Áustria e nos Países-Baixos; anuiu-se em trocar representantes diplomáticos com a Indonésia e o Afganistão; para melhor servir às conveniências do comércio e à proteção dos interesses nacionais no exterior, foram abertos Consulados de carreira em Tanger, Casablanca, Palermo, Veneza, Munique, Jacarta e Hong-Kong; ascendeu-se o de Marselha a Consulado Geral; foram criados Consulados honorários em Wellington, Chittagong, Basiléia, Stuttgart, Bayonne, Palma de Mallorca e La Plata e estabeleceu-se um Consulado Privativo em Iquitos.

Novos encargos e responsabilidades daí resultaram. E como medida de emergência, visando minorar os males que a falta de pessoal causa ao funcionamento dos órgãos do Itamaraty, solicitou-se ao Legislativo uma pequena ampliação das três classes inferiores da carreira de Diplomata, mais cinco cargos de Conselheiro Comercial e recursos financeiros para admitir uns poucos auxiliares executivos de nível elevado.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Houve necessidade de promover, no curso de 1952, a abertura de seis processos administrativos, sendo que um dos inquéritos ainda está em andamento.

REFORMA DOS SERVIÇOS E DOS QUADROS DO ITAMARATY

A necessidade de uma reforma do Ministério das Relações Exteriores — que fôra assinalada, com invulgar acuidade, por Vossa Excelência, no discurso de Niterói, pronunciado durante a campanha eleitoral — constituiu um de meus primeiros cuidados ao assumir a pasta. No próprio discurso de posse, afirmei que “o Itamaraty se tem ampliado, mas de maneira empírica, com o fito de atender às necessidades mais prementes de cada dia. Esse acréscimo, por acúmulo e gradual distensão de um núcleo magnífico, mas primitivamente diminuto, tende a acarretar, por obra do tempo, fricções ou descoordenação no funcionamento e conseqüente perda no rendimento. Daí urgir um renovamento que evite a rarefação, além de certo limite, das admiráveis tradições da Casa de Rio-Branco”.

E tal propósito, felizmente, não ficou limitado às palavras de um discurso, pois, dias mais tarde, pude confiar a um numeroso grupo de funcionários

da carreira de Diplomata — de Embaixadores a Cônsules de 3.^a — a tarefa de concatenar planos e idéias, que serviriam de ponto de partida à elaboração do projeto de lei de reestruturação dos serviços e quadros de pessoal do Itamaraty. Em julho de 1951, o referido grupo de trabalho apresentou-me seu relatório e sugestões. Em Portaria de agosto de 1951, determinei a criação da Comissão de Organização e Métodos de Trabalho, constituída pelo Ministro Alencastro Guimarães e pelos Secretários Borges da Fonseca e Azeredo da Silveira, sob a presidência do primeiro, incumbida de preparar o texto do projeto de lei de reforma do Itamaraty.

A Comissão de Organização e Métodos de Trabalho, de posse das conclusões do grupo-de-trabalho e depois de receber sugestões de todos os funcionários da Casa (Circular n.º 1.269, de 4 de setembro de 1951, aos funcionários da Secretaria de Estado, das Missões diplomáticas, das Delegações junto à Organismos Internacionais e dos Consulados de carreira), apresentou-me, em 22 de maio de 1952, um projeto geral de reforma, com substanciais modificações às leis vigentes (Decretos-leis ns. 9.121 e 9.202, de 1946). O citado projeto era acompanhado de um Memorandum explicativo dos objetivos visados pela reforma, de um organograma da nova estrutura projetada, de um plano de ampliação dos atuais quadros do pessoal do Ministério e de um estudo de lotação na Secretaria de Estado e nas Repartições no exterior.

Tal projeto geral não foi, porém, por mim considerado obra concluída, pois, dentro do mesmo espírito democrático que presidira sua elaboração na Casa, decidi submetê-lo também a pessoas alheias ao Itamaraty, para que estas lhe acrescentassem pontos de vista novos, escoimados de possíveis deformações profissionais, dando-lhe um âmbito verdadeiramente nacional.

Foi, assim, criada, em julho de 1952, a Comissão de Estudos e Elaboração final do Projeto de Reforma do Ministério das Relações Exteriores, constituída pelos Senhores Ministro Vasco Leitão da Cunha, General Osvaldo Cordeiro de Farias, Doutores Arízio de Viana, San Tiago Dantas, Hermes Lima e Rômulo de Almeida e Secretários Roberto Campos e Azeredo da Silveira.

A Comissão em aprêço procedeu a um estudo profundo de temas, teóricos e práticos, relativos à reorganização da estrutura e dos quadros de pessoal do Ministério das Relações Exteriores, tendo aceitado como pontos de partida dos seus trabalhos os seguintes princípios, expostos por mim no discurso de instalação da Comissão: 1.º) redistribuir os serviços da Secretaria de Estado segundo um critério de separação dos órgãos que planejam e fazem política, daqueles que executam serviços, evitando, assim, a confusão de *meios* com *objetivos* e, pelo aumento dos quadros das diversas carreiras do Ministério, dotar êsses órgãos de pessoal suficiente para o desem-

penho de suas funções, 2.º) proporcionar às Missões diplomáticas e Repartições consulares pessoal administrativo brasileiro que passe a executar, com economia para a Nação e maior rendimento dos serviços especializados, como os de criptografia, arquivo, dactilografia e taquigrafia, só para enumerar alguns, tarefas de que, até agora, têm sido encarregados os Secretários e Cônsules de carreira, com sacrifício de suas atribuições específicas.

Nessa ordem de idéias, logrou a Comissão completar, em 1952, a elaboração do novo organograma da estrutura da Secretaria de Estado e da parte do projeto de lei que a ela se refere. De acôrdo com o esquema aprovado, decidiu a Comissão proceder ao esgalhamento dos serviços de planejamento e de execução em nível imediatamente inferior ao Ministro de Estado, confiando, cada uma dessas duas grandes linhas de produção burocrática, a um único responsável direto. Verificou, outrossim, a Comissão que o disciplinamento e centralização das atividades de coordenação e planejamento constitui o problema fundamental do Itamaraty, tendo, por isso, proposto a criação da Comissão de Planejamento e Coordenação, a qual, servida por um Secretariado constituído por funcionários da Casa e de pessoal altamente especializado, municiará os órgãos dirigentes com sugestões de política.

Uma vez ultrapassada a fase de exame da estrutura do Ministério, passará a Comissão a dedi-

car-se, no mês de janeiro em curso, ao estudo dos problemas de pessoal, inclusive a reorganização dos quadros existentes e a criação de novos cargos. Espero que a Comissão me apresente seus relatórios definitivos até fins de fevereiro próximo.

A CONSTRUÇÃO DO NOVO EDIFÍCIO DO MINISTÉRIO

O Ministério das Relações Exteriores tem procurado resolver, de modo adequado, o problema da instalação dos seus serviços. Por isso, em 1941, foi aberto um concurso público para a escolha do arquiteto ao qual seria confiada a realização do projeto de um novo prédio. No referido concurso obteve o 1.º lugar o arquiteto Henrique E. Mindlin, com o qual o DASP, em 1945, celebrou, por iniciativa do Itamaraty, um ajuste para o pagamento dos serviços profissionais decorrentes da elaboração do projeto em aprêço. Esse ajuste, entretanto, permaneceu em suspenso até o início da atual administração, embora o Sr. Mindlin, coadjuvado por funcionários do Ministério e do DASP, houvesse continuado a estudar o problema.

Conforme Vossa Excelência acentuou no discurso de Niterói, um dos pontos fundamentais do seu programa de Governo seria o de proceder à reforma dos serviços e dos quadros do pessoal do

Ministério. Exigindo tal reforma, no caso do Itamaraty — cujas instalações permanecem as mesmas desde 1930 — a ampliação adequada de suas dependências, a fim de atender à expansão proposta para os vários serviços, determinei fôsse dado prosseguimento urgente aos trabalhos relativos à construção do novo edifício.

A primeira providência tomada foi a inclusão, no orçamento relativo ao exercício de 1952, de uma dotação correspondente às despesas de início dos estudos e do projeto e, posteriormente, a inclusão, no orçamento de 1953, da verba necessária ao prosseguimento do projeto e ao início da construção.

Ao mesmo tempo, determinei, em Portaria de 6 de março de 1952, a criação da Comissão de Estudo e Planejamento da construção do novo edifício do Ministério das Relações Exteriores, constituída pelos Senhores Ministro Alencastro Guimarães, Ministro Conservador Djalma Lessa, Engenheiro Carlos Faveret, Conselheiro Nelson Tabajara, Engenheiro Redig de Campos e Secretário Azeredo da Silveira.

Instalada em 21 de março de 1952, imediatamente procedeu a Comissão ao estudo dos aspectos legais referentes ao direito do arquiteto Henrique Mindlin para elaborar o projeto, tendo ficado comprovado que o referido arquiteto era ainda titular de tal direito, de acôrdo com os próprios têrmos do edital do concurso. Assentada essa decisão, passou

a Comissão ao estudo de um novo programa funcional, adaptando-o ao que fôra preparado em 1945, pelo DASP, em colaboração com o Ministério.

Em outubro do ano próximo findo, tendo terminado os trabalhos pròpriamente de estudo e planejamento do novo edifício, resolvi criar nova Comissão para os assuntos relativos à ampliação da sede do Ministério — a Comissão Executiva da Construção do Novo Edifício do Ministério das Relações Exteriores — com os mesmos membros, sob a presidência do Ministro João Alberto Lins de Barros. Essa Comissão, além de aprovar o novo organograma funcional da distribuição de áreas, providenciou a celebração de novo ajuste com o arquiteto Mindlin, tendo obtido, para tanto, a necessária autorização de Vossa Excelência.

Já tendo sido, igualmente, aprovados os estudos preliminares apresentados pelo arquiteto, submeterá êle à Comissão Executiva, ainda no início dêste ano, o anteprojeto da obra, logo seguido do projeto definitivo e pormenorizado. A construção do novo edifício deverá, então, ter começo até julho de 1953.

ORÇAMENTO

A Divisão do Orçamento do Ministério das Relações Exteriores, desincumbindo-se normalmente de suas atribuições, desenvolveu em 1952 a atividade que passo a demonstrar sucintamente.

CRÉDITOS ADICIONAIS

Foram solicitados ao Congresso Nacional os seguintes créditos suplementares, num total de Cr\$ 3.056.974,31 (três milhões, cinqüenta e seis mil e novecentos e setenta e quatro cruzeiros e trinta e um centavos):

	Cr\$
a) Suplemento à verba 3-III-44-01-1-1. Participação do Brasil em Congressos, Conferências e Reuniões a realizarem-se no estrangeiro	1.300.000,00
b) Suplemento à verba 1-III-13-04-06. Gra- tificação de Representação	1.756.974,31
Total	3.056.974,31

CRÉDITOS ESPECIAIS

Os créditos especiais solicitados somaram a importância de Cr\$ 7.698.361,06 (sete milhões, seiscentos e noventa e

oito mil e trezentos e sessenta e um cruzeiros e seis centavos), como se segue:

	Cr\$
a) Contribuição do Brasil para a Conferência Internacional de Materiais, no período de 1-7-51 a 30-6-52	161.460,00
b) Contribuição do Brasil para o Comitê Provisório Intergovernamental para os Movimentos Migratórios da Europa ...	1.942.911,50
c) Despesas efetuadas pelo Governo dos Estados Unidos da América, em 1942, com a repatriação de brasileiros que se encontravam na Ásia por ocasião do rompimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão	308.674,26
d) Despesas com a participação do Brasil na Exposição Retrospectiva sobre Santos Dumont, organizada em Paris pelo Governo da França	700.000,00
e) Despesas decorrentes das visitas ao Brasil do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, do Ministro do Exterior da República da Áustria, do Ministro da Economia Nacional da República Federal da Alemanha e de um representante especial de Sua Majestade o Rei Farouk	2.500.000,00

f)	Despesas efetuadas pelo Govêrno da Suécia, entre 1945 e 1951, com a proteção de interesses brasileiros na Rumânia	124.209,10
g)	Despesas com a realização no Brasil do V Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina	1.800.000,00
h)	Contribuição do Brasil para a Conferência Internacional de Materiais, no período de 1-7-52 a 30-6-53	161.106,20
	Total	<u>7.698.361,06</u>

ADIANTAMENTOS POR CONTA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

A circunstância de que a tramitação de processos relativos a créditos adicionais poderia criar embaraços à satisfação de compromissos assumidos pelo Itamaraty, levou-o a promover expedientes necessários a antecipações de créditos já solicitados. Os adiantamentos obtidos por esse meio corresponderam aos seguintes créditos:

Cr\$

a)	Suplementar à verba 3-III-44-01-1-1. Participação do Brasil em Congressos, Conferências e Reuniões	1.300.000,00
b)	Especial para atender a despesas com a participação do Brasil na Exposição Retrospectiva sobre Santos Dumont	700.000,00
c)	Especial para atender à contribuição do Brasil à Conferência Internacional de Materiais, no período de 1-7-51 a 30-6-52	161.460,00

- d) Especial para atender à contribuição do Brasil à Conferência Internacional de Materiais, no período de 1-7-52 a 30-6-53 161.106,20
- e) especial para atender a despesas decorrentes das visitas ao Brasil do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, do Ministro do Exterior da República da Áustria, do Ministro da Economia Nacional da República Federal da Alemanha e de um representante especial de Sua Majestade o Rei Farouk 2.500.000,00

CRÉDITOS ESPECIAIS CONCEDIDOS

O Congresso Nacional votou Leis que autorizaram a abertura dos seguintes créditos especiais, solicitados no presente exercício:

- a) Lei nº 1.692, de 3-10-52.

Despesas com a participação do Brasil na Exposição Retrospectiva sobre Santos Dumont.

- b) Lei nº 1.634, de 3-7-52.

Despesas decorrentes da realização do VIII Congresso da Comissão Interamericana de Mulheres.

- c) Lei nº 1.686, de 30-6-52.

Contribuição do Brasil para Conferência Internacional de Materiais no período de 1-7-51 a 30-6-52.

- d) Lei nº 1.702, de 15-10-52.

Despesas efetuadas pelo Governo dos Estados Unidos da América, em 1942, com a repatriação de brasileiros que

se encontravam na Ásia por ocasião do rompimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão.

Votou, ainda, o Congresso Nacional as seguintes Leis que autorizaram abertura de créditos especiais solicitados em exercícios anteriores:

Cr\$

- a) Lei nº 1.560, de 21-2-52 — Despesas decorrentes da realização, em 12-10-51, do I Congresso da União Latina 600.000,00
- b) Lei nº 1.648, de 18-7-52 — Despesas de pessoal dos quadros permanente e suplementar, no exercício de 1951 4.872.320,00
- c) Lei nº 1.662, de 21-8-52 — Despesas de transporte aéreo de malas diplomáticas entre as Missões Diplomáticas e a Secretaria de Estado, de 1945 a 1949 2.614.377,10

ABERTURA DE CRÉDITOS ESPECIAIS AUTORIZADOS

O Ministério providenciou os expedientes necessários à abertura de todos os créditos adicionais autorizados.

Em 1952, o Poder Executivo expediu os seguintes Decretos para abertura de créditos especiais:

Cr\$

- a) Decreto nº 30.504, de 4-2-52. Pagamento do complemento da quota de contribuição do Brasil, em 1950, à Repartição Sanitária Pan-Americana, à Organização Mundial de Saúde e à F.A.O. 1.850.589,90

b)	Decreto nº 30.400, de 16-1-52. Contribuição do Brasil ao Comitê Consultivo Internacional do Algodão em 1949-1950	74.880,00
c)	Decreto nº 30.386, de 12-1-1952. Contribuição do Brasil para o Programa de Assistência Técnica para o desenvolvimento econômico dos países americanos, elaborado pela O.E.A.	2.404.190,90
d)	Decreto nº 30.610, de 7-3-1952. Contribuição do Brasil à União Internacional de Química Pura e Aplicada, de 1946 a 1949 e parte de 1939	42.120,00
e)	Decreto nº 30.611, de 7-3-1952. Consertos em bens móveis e gastos decorrentes de fornecimento de insígnias da ordem do Cruzeiro do Sul	330.222,00
f)	Decreto nº 30.616, de 7-3-1952. Contribuição ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História, em 1950	93.600,00
g)	Decreto nº 30.632, de 13-3-1952. Contribuição em favor das Partes Contratantes do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio	268.650,00
h)	Decreto nº 30.730, de 3-4-1952. Auxílio do Brasil à Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História	280.800,00
i)	Decreto nº 30.744, de 9-4-1952. Despesas com o monumento oferecido à ci-	

dade «Brasil» nos Estados Unidos da América	1.100.000,00
j) Decreto nº 30.979, de 13-6-1952. Realização do I Congresso da União Latina	600.000,00
k) Decreto nº 31.169, de 21-7-1952. Contribuição do Brasil para a Repartição Sanitária Pan-Americana em 1949	1.707.383,70
l) Decreto nº 31.445, de 12-9-1952. Contribuição do Brasil ao Fundo de Reserva da Organização Mundial de Saúde ...	412.076,62

EMPENHOS E ADIANTAMENTOS

O total de empenhos extraídos se elevou a 34, no valor de Cr\$ 15.838.933,30, que inclui os adiantamentos solicitados pela Divisão, em número de 33, na importância de Cr\$ 12.025.500,00.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Diretoria da Despesa Pública foram remetidas 21 prestações de contas, referentes à aplicação de Cr\$ 11.029.000,00, e ao Departamento Federal de Compras encaminharam-se 4 prestações de contas, num total de Cr\$ 200.000,00.

COMUNICAÇÕES

Em 1952 foram extintos os Correios diplomáticos para La Paz, Assunção e Lima, passando o transporte das malas destinadas às Embaixadas naquelas capitais a ser feito por aviões militares da FAB. Continuaram, contudo, em funcionamento normal, os Correios diplomáticos para Buenos Aires-Montevideu e Buenos Aires-Santiago, serviço êsse realizado por Cônsules de 3.^a classe. Ao todo, incluindo os Correios diplomáticos extraordinários, partiram da Secretaria de Estado sessenta e cinco Correios, tendo chegado do exterior vinte e nove.

A Divisão de Comunicações do Ministério das Relações Exteriores expediu 1.845 malas diplomáticas aéreas, sendo de 1.140 o número das recebidas. Foram expedidas 482 malas e sobrecartas marítimas e recebidas 860.

O sector especialmente criado para atender ao serviço de recepção, dactilografia, distribuição e expedição das Cartas-telegramas funcionou dividido em duas turmas, que se revezaram com o objetivo de tornar mais rápida, ininterrupta e eficiente a atenção

a essa correspondência de caráter semi-urgente. É que as Cartas-telegramas continuam a ser o maior meio de comunicação entre a Secretaria de Estado e as Repartições a ela subordinadas, devido a sua feição essencialmente prática de redação abreviada, intermediária entre os telegramas e os ofícios. No decorrer do ano de 1952 foram expedidas 8.612 Cartas-telegramas e recebidas 7.758.

Continuam em funcionamento os teletipos existentes na secção, de modo que melhoraram as comunicações diretas da Secretaria de Estado com as Companhias telegráficas e foi reduzido, ao mínimo, o antigo sistema de entrega de telegramas por mensageiros. Em 1952 foram expedidos 7.897 telegramas e recebidos 6.338.

De um modo geral, foram recebidos, revistos e protocolados, durante o ano de 1952, 17.590 documentos. Pela secção Expedição foram encaminhados 42.921 ofícios e cartas e 21.029 impressos, com a despesa, respectivamente, de Cr\$ 82.568,80 e Cr\$ 111.054,40.

ARQUIVO HISTÓRICO

Foi editado o índice topográfico “Arquivo Histórico do Itamaraty”, Parte I — Correspondência, cuja distribuição, no país e no exterior, foi feita entre arquivos, bibliotecas e especialistas. Publicações dessa natureza são da maior utilidade para os estudiosos de nosso passado, já que põem ao alcance de quem reside fora da Capital da República toda a documentação histórica do Itamaraty.

Estão sendo catalogadas as coleções incluídas nos subtítulos “Documentos Históricos” e “Comissões e Tribunais Mistos”.

Como em anos anteriores, realizou o Arquivo Histórico inúmeras pesquisas para responder a consultas diversas. O movimento de consulentes não decresceu: dois dos freqüentadores da secção publicaram trabalhos baseados, na maior parte, em originais seus.

BIBLIOTECA

Durante o ano de 1952 entraram para o acêrvo da Biblioteca do Itamaraty mais 2.093 obras gerais. A aquisição de algumas delas foi feita através de livrarias nacionais e estrangeiras, tendo sido recebidas, as outras, como contribuição das Missões diplomáticas e Consulados brasileiros. Foram compradas, ainda, 65 obras, num total de 104 volumes, para atender a pedidos de Missões brasileiras no exterior e de Divisões e Serviços da Secretaria de Estado.

Cresceu, no decorrer do ano ora findo, o número de consulentes. Para a facilidade dos mesmos, iniciou-se a confecção de um catálogo de títulos, que se veio somar aos catálogos já existentes, de autor, assunto, topográfico e de coleções.

Foi elaborado um catálogo das publicações periódicas e atualizado o geográfico.

Quanto à conservação das coleções da Biblioteca, ela ainda é feita pelo processo primitivo e rudimentar, de vez que só com a refrigeração seria evitada a destruição dos livros pelos insetos. A desinfecção se fez, contudo, em 23.160 volumes.

Em oficina particular foram feitas 339 encadernações especiais de obras raras, muitas delas citadas no catálogo "Chateau Chadenat", e de revistas brasileiras antigas, já esgotadas, bem como 413 encadernações comuns; outros 632 volumes foram preparados pela Oficina de Encadernação do Ministério.

MAPOTECA

Em 1952 foram incorporados setenta e nove mapas e seis atlas ao patrimônio da Mapoteca do Itamaraty, que tem crescido à custa, por assim dizer, de doações ou remessas oficiais.

Conta, atualmente, a Mapoteca, com o seguinte acêrvo:

Mapas	11.299
Atlas e globos terrestres	233
Obras gerais (livros e folhetos)	195
Total	11.727

Os registros continuam acusando, de ano para ano, um aumento considerável no número de pessoas que procuram a Mapoteca para estudos e pesquisas de caráter histórico-geográfico, pois só nos dez primeiros meses de 1952 foram consultados, na seção, 1.148 mapas e atlas.

Atendendo aos pedidos feitos pela Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo (1954), que programou uma grande exposição de Cartogra-

fia, a Mapoteca organizou uma lista minuciosa de mapas históricos daquele Estado.

Acha-se em elaboração final o Catálogo da Mapoteca.

Quanto a requisições, foram feitas, no ano ora findo, 201.

As doações da Mapoteca atingiram a um total de 119 cópias fotostáticas de peças cartográficas, remetidas para as Missões diplomáticas e Repartições consulares do Brasil e para instituições oficiais e Universidades estrangeiras. Foram doadas 81 cópias fotostáticas de mapas antigos a professores e escritores.

A diversos interessados forneceu a Mapoteca, outrossim, listas e informações pormenorizadas sobre peças cartográficas da sua coleção e de outras coleções existentes no Brasil e no estrangeiro.

Finalmente, os trabalhos de revisão das fichas e de catalogação das novas cartas geográficas que foram incorporadas ao patrimônio da Mapoteca, prosseguiram normalmente durante o correr de 1952, sendo o seguinte seu movimento:

Catalogadas e revistas	7.749
Catalogadas e não revistas	3.978
Acervo	11.727

MATERIAL

A Divisão do Material, no ano que acaba de findar, preparou a proposta orçamentária do Ministério para 1954, no que diz respeito às verbas a ela atribuídas, encaminhou ao Departamento Federal de Compras cento e cinquenta e seis requisições de material, dirigiu à Imprensa Nacional trinta e uma requisições de impressos de tipo diverso, abriu duas concorrências e fez dezesseis colectas de preços.

Tôda a escrituração e classificação das despesas de material do Ministério foi efetuada, bem assim o exame das contas "Aluguel de Casa" e "Expediente" das Missões diplomáticas e Repartições consulares. As providências para a aquisição e o fornecimento de material às Divisões e Serviços da Secretaria de Estado tiveram seu justo andamento. E a fiscalização do emprêgo das verbas que lhe foram confiadas decorreu normalmente.

ARQUIVO

Com a Portaria de 7 de abril de 1952 foi criada a Comissão de Revisão do Índice Decimal para a classificação da Correspondência — CRID. Essa Comissão já se reuniu oitenta vezes. Como resultado de seus trabalhos, foram definitivamente preparadas quatro clases: “Organismos e Conferências Internacionais”; “Assuntos Políticos”; “Segurança Internacional e Assuntos Militares”, e “Assistência Judiciária e Proteção de Interesses”. As classes relativas a “Assuntos Sociais e Culturais” e ao “Ministério das Relações Exteriores” deverão ficar prontas nestes dias.

Os trabalhos realizados até o presente momento representam uma verdadeira reforma sistemática do Índice de 1934. A Comissão espera poder editar o novo Índice em julho próximo.

Antes de ser adotado o novo Índice será necessário, porém, organizar a transferência, em massa, de milhares de maços e abrir outros tantos com os documentos mais recentes. Ora, se persistirem as

dificuldades da falta de espaço no Arquivo, não será possível a sua adopção a partir de janeiro de 1954.

Forçoso é dizer que se no ano que acaba de ~~findar não~~ foram executados no Arquivo quaisquer trabalhos sobre transferência de maços, isso se verificou em virtude da falta de espaço onde alojá-los. Aliás, êsse e o da falta de pessoal são os problemas prementes da secção, que conta com o mesmo número de funcionários de que dispunha há quinze anos, ou seja, em 1937.

Com a Portaria de 29 de julho de 1952 foi criada a Comissão de Revisão do Arquivo de Correspondência Especial — CRACE. Além de seus encargos normais, a CRACE resolveu preparar um projeto tendente a regularizar, de maneira definitiva, a entrega de documentos confidenciais e secretos a funcionários.

A grande fonte de informação da Secretaria de Estado está consubstanciada nos 65.000 maços de assuntos (dossiers) do Arquivo. Êsses maços — cuja abertura é diária — são a expressão viva de todas as atividades do Ministério das Relações Exteriores. A fim de dar aos funcionários elementos informativos sobre assuntos da maior relevância, iniciou a secção, em 1952, a organização de Índices, dos quais já foram elaborados e editados, com a colaboração do Serviço de Publicações, os relativos à Organização dos Estados Americanos (OEA) e à ONU-OIT-FAO-UNESCO.

O Índice referente à Imigração foi iniciado, estando prontos os maços sôbre Financiamento Internacional das Migrações. Com relação ao assunto, já existem no Arquivo nada menos de quinhentos e três maços.

Além dos referidos Índices, acha-se em fase final de elaboração o Repertório de Atribuições, referente à distribuição específica de cada documento pelas diversas dependências da Secretaria de Estado.

Cuida o Ministério contratar um especialista, através do Programa de Assistência Técnica, para estudar um plano de adopção da microfilmagem de determinada categoria de seus documentos, nas futuras instalações do Arquivo.

SECÇÃO DE MULTIPLICAÇÃO

A Secção de Multiplicação foi ampliada com um sector dedicado exclusivamente à impressão na máquina Multilite, cujo rendimento de trabalho se apresenta promissor. Algumas publicações periódicas internas de carácter administrativo do Ministério já foram impressas na Secretaria de Estado.

Foi muito intensa, em 1952, a atividade dos serviços de mimeografia, pròpriamente ditos.

SERVIÇO JURÍDICO

O Serviço Jurídico do Ministério das Relações Exteriores sofreu uma alteração, de ordem pessoal, no comêço de 1952, em virtude da exoneração de seu chefe, Doutor Levi Carneiro, eleito para membro da Côrte Internacional de Justiça, tendo sido nomeado para substituí-lo o Embaixador Hildebrando Accioly.

O novo Consultor Jurídico, além de haver respondido a várias consultas verbais de diferentes serviços da Secretaria de Estado, emitiu quarenta e três pareceres escritos sôbre os seguintes assuntos:

Pagamento da meação da renda consular arrecadada pelos Consulados e Vice-Consulados honorários.

Acôrdo sôbre serviço geográfico entre o Brasil e os Estados Unidos da América.

Projeto de artigos, da C.D.I., das Nações Unidas sôbre plataforma continental e assuntos conexos.

Direitos de sucessão de residente no exterior. Consulta do Consulado em Los Angeles.

Consulta do Consulado Geral do Brasil em Lisboa sobre a eventual correspondência entre certa cláusula da lei uniforme da Convenção de Genebra e a legislação brasileira.

Art. 111 do Acôrdo sobre transportes aéreos, entre o Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte.

Anulação de casamento por defeito físico irremediável. Pretensão de novas núpcias. (Consulta do Consulado em Nápoles).

Pedido da Colômbia no sentido de que o nosso Cônsul Geral em Montreal funcione ao mesmo tempo como cônsul daquele país.

Pedido de isenção de pagamento do imposto de transmissão sobre um terreno adquirido por um adido da Embaixada americana.

Projeto de Acôrdo com os Estados Unidos da América, sobre direitos de autor.

Processo para tornar executória no Brasil uma sentença arbitral inglesa. Consulta da Embaixada da Bélgica.

Acôrdo de pagamento entre o Brasil e a Itália. Restrições adotadas pelo Banco do Brasil.

Opção de nacionalidade. Caso de Ruggero Poletti.

Pedido de indenização da firma J. O. Machado S.A., empreiteira da construção da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia.

Ocupação de bens imóveis da União.

Isenção fiscal para agentes diplomáticos e funcionários consulares. Consulta da Embaixada da Alemanha.

Situação de auxiliares contratados, em face dos arts. 13 e 14 da lei nº 525-A, de 7 de dezembro de 1948.

Descongelamento de bens do Yokohama Specie Bank.

Projeto de Declaração de Direitos e Deveres dos Estados.

Projeto de Convenção entre o Brasil e a Itália sobre Conciliação e Solução judiciária.

Incidente na fronteira Brasil-Argentina.

Ação contra a União proposta por três ex-Conselheiros Comerciais, que pretendem a disponibilidade.

Ponte internacional sobre o rio Quaraim.

Projeto de Tratado de Extradicação com a Bélgica.

Reconhecimento de firmas, em documentos de divórcios e casamentos de brasileiros no México.

Fronteira Brasil-Bolívia. Incidentes relativos à ilha de Guajará-Mirim, também chamada ilha Suarez.

Aceitação de passaportes estrangeiros como prova de nacionalidade, casamento, paternidade e filiação. Legalização de documentos.

Incorporação às fileiras do Exército, de brasileiros residentes na Argentina.

Reservas do Chile e do México à Convenção sobre direitos vinculados às aeronaves, firmada em Genebra, 1948.

Processo movido contra um Secretário da Embaixada americana. Imunidade de jurisdição civil.

Concessão de passaporte brasileiro a indivíduo com dupla nacionalidade. Caso Sutherland.

Sequestro de bens alemães. Reclamação sôbre saques vencidos.

Fronteira Brasil-Bolívia. Ainda o caso da ilha de Guajará-Mirim.

Tratado de Amizade entre o Brasil e Portugal.

Liberação de bens japoneses. Responsabilidade solidária.

Demarcação da fronteira Brasil-Bolívia.

Imunidade de jurisdição dos Estados. Nova orientação do Departamento de Estado.

Acôrdo relativo a próxima reunião da CEPAL.

Condição jurídica da Sociedade da Cruz Vermelha Brasileira. Pretensão de exercício de funções públicas.

Novos tratados com a Itália: Extradicação e Assistência Jurídica.

Efeito jurídico de reservas a Tratados Internacionais Multilaterais.

Perda de nacionalidade por naturalização voluntária. Caso Cahen.

Projeto da C.J.I., sôbre Nacionalidade e Condição dos Apátridas.

Em 28 de julho, foi nomeado Assistente Jurídico do Ministério o Professor Hamilton Leal, que também respondeu a algumas consultas verbais e, por escrito, emitiu seis pareceres sôbre as matérias seguintes:

Processo administrativo.

Suspensão de vencimentos do Cônsul honorário em Caracas.

Inscrição de candidato do sexo feminino no Concurso de habilitação à matrícula no Instituto Rio Branco.

Acôrdo entre o Brasil e a Grã-Bretanha para regular o serviço militar de cidadãos com dupla nacionalidade.

Legislação brasileira sôbre testamentos.

Auxiliar de consulado. Paulo Nioac de Souza.

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

O Boletim Radiotelegráfico do Ministério das Relações Exteriores, com notícias do Brasil, expedido pelo Departamento de Correios e Telégrafos e pelo Ministério da Marinha, continua a ser um dos meios de divulgar notícias do país nas suas Repartições no exterior. Está ainda limitado, sendo pensamento do Itamaraty estudar as possibilidades de dotar as Missões brasileiras com aparelhos capazes de recebê-lo ou de estabelecer entendimentos com Companhias radiotelegráficas que o fizessem. No momento, é quase que um jornal dos jornais. É que, ademais de se verificar tal coisa por falta de pessoal, se deve também presumir que se qualquer documento da Secretaria de Estado pode sofrer uma revisão ou aguardar verificações, os do seu Serviço de Informações não se podem atrazar, porque a hora de irradiação e de publicação dos jornais é fatal. A ampliação do Boletim Radiotelegráfico é feita em mimeógrafo e enviada para onde não chega aquele.

O Boletim Itamaraty, publicado quinzenalmente, onde são enviadas notícias mais longas ou de

valor documental, que possam interessar os serviços externos do país, continua a merecer as melhores referências.

É feito todos os dias um Boletim, com as principais ocorrências do dia, para os funcionários da Casa.

O noticiário do Ministério é feito diariamente e enviado aos jornais. É de pretender que se aumente, com os necessários recursos, o número de notícias a serem publicadas. Muito esforço e trabalho, relativo a assuntos da política exterior do Brasil, deixa de ser estimado devidamente pela opinião, por não os conhecer.

São enviados à Presidência da República os recortes da imprensa estrangeira feitos pelas Missões diplomáticas e Repartições consulares.

SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Durante a recente visita oficial ao Chile de Sua Excelência o Senhor Café Filho, Vice-Presidente da República, foi inaugurado o edifício da Chancelaria da Embaixada do Brasil em Santiago, em cujo jardim se construíra.

Nesta capital, o terreno que forma a esquina da Avenida Marechal Floriano e Rua Visconde da Gávea foi nivelado e cercado com um muro idêntico ao da frente do Palácio Itamaraty, dando-se destino útil a tal espaço.

Foram incorporadas ao patrimônio artístico da Secretaria de Estado, entre outras peças, duas escrivaninhas de jacarandá com embutidos de madeiras preciosas e marfim, móveis êstes de antiga manufatura brasileira, do século XVIII, adquiridos em um país estrangeiro.

COMISSÃO DE ESTUDO DE TEXTOS DE HISTÓRIA DO BRASIL

Uma das atribuições da Comissão é dar parecer sobre os livros, publicações periódicas e folhetos publicados no Brasil e no exterior com referência à História do Brasil. Mais de uma centena deles foi relatada em 1952.

A Bibliografia de História do Brasil, referente ao ano de 1949, está em fase final de impressão. Quanto aos trabalhos sobre o volume de 1950, vão adiantados.

Ultima a Comissão um plano concreto visando a organização de um serviço de pesquisas históricas sobre documentos existentes nos arquivos da Espanha e que são de interesse para o estudo da História do Brasil.

INSTITUTO RIO-BRANCO

I — Funcionamento dos Cursos

Durante o ano letivo de 1952 o Instituto Rio-Branco realizou os seguintes cursos : Curso de Preparação à Carreira de Diplomata — 1.º e 2.º ano, Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, Curso de Extensão de Conceitos Básicos de Economia Política e Renda Nacional, Curso de Extensão de Língua Alemã, Curso Especial de Língua Inglesa (Elementar) e Curso Especial de Estenografia.

1) CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

a) *Exame Vestibular de 1951.*

Abertas as inscrições ainda em 1.º de agosto de 1951, apresentaram-se 89 candidatos, dos quais 73 iniciaram os exames de sanidade e capacidade física, psíquica e moral no Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas. De acordo com o parecer da comissão examinadora, cujos trabalhos o Instituto acompanhou por intermédio de dois observadores — o Conselheiro Manuel Pio

Correia Júnior e o Secretário Sérgio Armando Fra-
zão, — foram aprovados 49 candidatos.

As bancas examinadoras para as provas de co-
nhecimento foram formadas, sob a presidência do
Conselheiro Beata Vettori e assessoradas pelos Côn-
sules Cláudio Garcia de Souza, Marcos Antônio de
Salvo Coimbra e Professôra Marina de Barros e
Vasconcelos; pelos Professores Joaquim Matoso Câ-
mara Júnior e Antônio Mário Barreto, para Portu-
guês; Ministro Edgar Bandeira Fraga de Castro e
Marina de Barros e Vasconcelos, para Francês;
John Mulholland e Geraldo Cavalcanti, para Inglês;
Eremildo Luís Viana, para História Mundial Mo-
derna; Cônsul Sérgio Correia Afonso da Costa, para
História do Brasil; Jorge Zarur, para Geografia;
Secretário Octávio Augusto Dias Carneiro, para
Elementos de Economia Política; Francisco Clemen-
tino de San Tiago Dantas, para Noções Fundamen-
tais de Direito; e Ministro João Guimarães Rosa e
José Arthur Rios, para Cultura Geral.

O resultado das provas escritas foi o seguinte:

Português — apresentaram-se 48 candidatos;
foram reprovados 11 e aprovados 37;

Francês — 37 candidatos; reprovados 15, apro-
vados 21 e 1 desistente;

Inglês — 21 candidatos; reprovados 3 e apro-
vados 18;

História Mundial Moderna — 18 candidatos;
reprovados 2 e aprovados 16;

História do Brasil — 16 candidatos; reprovados 3 e aprovados 13;

Geografia — 13 candidatos; reprovados 3 e aprovados 10;

Elementos de Economia Política — 10 candidatos; nenhum reprovado, 10 aprovados;

Noções Fundamentais de Direito — 10 candidatos; 2 reprovados e 8 aprovados.

Nas provas orais, verificou-se o seguinte resultado :

Português — 8 candidatos; Francês — 8 candidatos; Inglês — 8 candidatos; Cultura Geral — 8 candidatos.

O exame vestibular aprovou os oito candidatos que passaram nas provas escritas eliminatórias e obtiveram média final global. Foram eles : 1.º, Marcelo Raffaelli; 2.º, Mauro da Costa Lobo; 3.º, Ney Moraes de Mello Mattos; 4.º, Fernando Abbott Galvão; 5.º, João Clemente Baena Soares; 6.º, Marcel Maria Tarrisse da Fontoura; 7.º, Ernesto Alberto Ferreira de Carvalho; 8.º, Félix Batista de Faria.

Todos êsses candidatos e mais o aluno Márcio Rêgo Monteiro que, por motivo de saúde, não puderam completar o 1.º ano em 1951, foram matriculados, em 1952, no 1.º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

b) Exame Vestibular de 1952

Abertas as inscrições a 1.º de julho de 1952 e encerradas a 29 de agosto, apresentaram-se 110

candidatos dos quais 107 submeteram-se aos exames de sanidade e capacidade física, psíquica e moral no Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas. Os candidatos já aprovados nestes exames em anos anteriores, em número de 30, foram dêles dispensados, mediante entendimento por escrito com o Diretor daquela entidade. De acôrdo com o parecer da comissão examinadora, cujos trabalhos o Instituto acompanhou por intermédio de dois observadores — o Conselheiro Beata Vettori, Chefe da Secretaria do Instituto Rio-Branco e o Conselheiro Sérgio Correia da Costa, — foram aprovados 80 candidatos.

As bancas examinadoras para as provas de conhecimento estiveram sob a presidência do Embaixador Lafayette de Carvalho e Silva e foram assessoradas pelo Conselheiro Beata Vettori, Cônsul Marcos Antônio de Salvo Coimbra e Professôra Marina de Barros e Vasconcelos.

Foram realizadas as seguintes provas com os resultados abaixo:

Prova escrita de Português — examinadores : Professôres Joaquim Matoso Câmara Júnior e Ismael Lima Coutinho. Apresentaram-se 73 candidatos dos 80 chamados a exame ; foram reprovados 16 e aprovados 57;

Prova escrita de Francês — examinadores : Professor Michel Simon e Professora Marina de Barros e Vasconcellos. Apresentaram-se 55 candidatos; foram reprovados 13 e aprovados 42.

Prova escrita de Inglês — examinadores: Professores John Knox e John Mulholland. Apresentaram-se 42 candidatos ; foram reprovados 7 e aprovados 35 ;

Prova de História Mundial Moderna — examinador Professor Pedro Freire Ribeiro. Apresentaram-se 35 candidatos ; foram reprovados 3 e aprovados 32.

Prova de História do Brasil — examinador Conselheiro Jaime de Barros Gomes. Apresentaram-se 31 candidatos, tendo um desistido do exame.

Prova de Geografia — Examinador Professor Jorge Zarur. Apresentaram-se 31 candidatos, sendo aprovados 26 e reprovados 5.

Prova de Elementos de Economia Política — Examinador Professor Antônio Garcia de Miranda Neto. Apresentaram-se 26 candidatos, sendo todos êles aprovados.

Prova de Noções Fundamentais de Direito — Examinador Professor Hamilton Leal. Apresentaram-se 26 candidatos, sendo todos êles aprovados.

Terminadas as provas escritas eliminatórias havia, portanto, 26 candidatos aprovados, que foram chamados para as provas orais, classificatórias. Foram elas as seguintes :

Prova oral de Português — Examinadores: Professores Joaquim Matoso Câmara Júnior e Ismael Lima Coutinho.

Prova oral de Francês — Examinadores: Professores Michel Simon e Marina de Barros e Vasconcelos.

Prova oral de Inglês — Examinadores: Professores John Knox e John Mulholland.

Prova de Cultura Geral — Examinadores: Professores José Artur Rios e Antonio Garcia de Miranda Neto.

Todos os 26 candidatos apresentaram-se às provas orais e, tendo obtido a média exigida, lograram aprovação no Exame Vestibular, com a seguinte classificação:

1.º — Luiz Paulo Lindenberg Sette; 2.º — Marcílio Marques Moreira; 3.º — José Olímpio Rache de Almeida; 4.º — Augusto Estellita Lins; 5.º — Ronald Leslie Morais Small; 6.º — Alcides da Costa Guimarães Filho; 7.º — Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro; 8.º — Lindolfo Leopoldo Collor; 9.º — Fernando de Salvo Sousa; 10.º — Pedro Emílio Penner da Cunha; ;11 — João Tabajara de Oliveira; 12 — Maria Sandra Cordeiro de Melo; 13 — Otávio Rainho da Silva Neves; 14 — Antônio Patriota; 15 — Luiz Loureiro Dias Costa; 16 — Carlos Augusto de Proença Rosa; 17 — Jorge Ronaldo de Lemos Barbosa; 18 — Airton Gonzalez Gil Dieguez; 19 — Renato Madasi; 20 — Sérgio Fernando Guarischi Bath; 21 — Paulo Monteiro Lima; 22 — Laél Simões Barbosa Soares; 23 — Guy Marie de Castro Brandão; 24 — Carlos Cândido Buarque de Mace-

do; 25 — Antônio Arruda Câmara Filho, e 26 — Luiz Carlos Barreto Thedim.

c) Turma do segundo ano

Durante o ano letivo de 1952, funcionou, de março a agosto, com aulas intensivas, o segundo ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. A iniciativa de intensificar as aulas veio ao encontro da necessidade de se dar à Secretaria de Estado, no mais breve espaço de tempo possível, novos funcionários.

No decorrer do ano letivo teve a turma os seguintes professores: Português, Renato Costa Almeida; Francês, Louise Jaquier; Inglês, John Mulholland; História Social e Política do Brasil, Conselheiro Jaime de Barros Gomes; Política Econômica, Secretário Otávio Augusto Dias Carneiro; Geografia Econômica, Hilgard O'Reilly Sternberg; Direito Internacional Público, Roberto Piragibe da Fonseca; Direito Internacional Privado, Oscar Accioly Tenorio; e Orientação Profissional, Ministro Manuel Pio Correia Júnior.

Os exames gerais foram iniciados a 18 de julho. É que, devido à necessidade de se ganhar tempo, a medida que os professores terminavam o programa das respectivas matérias eram realizados os exames gerais, escritos e orais, sem interrupção das aulas. O último exame realizou-se a 4 de setembro.

A classificação final do Curso, abrangendo o 1.º e 2.º ano da turma, foi a seguinte:

1.º) João Frank da Costa, 94,11; 2.º) José Maria Vilar de Queiroz, 85,21; 3.º) Afonso Arianos de Melo Franco, 84,95; 4.º) Augusto Graeff, 83,99; 5.º) Ronaldo Costa, 83,21; 6.º) Sérgio de Champerbaud Weguelin Vieira, 80,54; 7.º) Henrique Augusto de Araújo Mesquita, 80,49; 8.º) Paulo Nogueira Batista, 79,12; 9.º) Othon Guimarães, 78,99; 10.º) Ítalo Zapa, 78,13; 11.º) Aloísio Marés Dias Gomide, 69,57.

No dia 4 de outubro, a quinta turma de Diplomatas formados pelo Instituto Rio Branco recebeu das mãos de Vossa Excelência, Senhor Presidente, o diploma de conclusão do Curso. Foi paraninfo da turma o Embaixador Raul Fernandes e orador o aluno Ítalo Zapa. Por decreto de 2 de outubro, em virtude de haver número suficiente de vagas, foram todos os 11 ex-alunos nomeados e empossados em conjunto, obedecendo à classificação acima mencionada.

Com a nomeação desta turma sobe a 86 o número de funcionários da Carreira de Diplomata que, ou completaram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata ou prestaram o exame de suficiência do referido Curso, como no caso da turma especial de Auxiliares de Consulado. Existem, portanto, no Corpo Diplomático brasileiro aproximadamente 20% de funcionários selecionados pelo Instituto Rio Branco.

Com a aprovação dos nove alunos que ora cursam o 2.º ano do referido Curso e o aproveitamento das 20 vagas abertas para o Exame Vestibular que está sendo realizado, dentro de dois anos, ou seja, em 1954, todos os Terceiros Secretários e Vice-Cônsules terão sido selecionados pelo Instituto Rio Branco.

d) Turma do primeiro ano

De março a setembro de 1952 funcionou, com aulas intensivas a partir das provas parciais, a turma do 1.º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, com os oito alunos aprovados no vestibular iniciado em 1951 e um aluno repetente.

No decorrer do ano letivo teve a turma os seguintes professores : Português, Aurélio Buarque de Holanda, substituído por motivo de força maior pelo Professor Jesus Belo Galvão na metade do letivo; Francês, Marina de Barros e Vasconcelos; Inglês, John Knox; Política Mundial Contemporânea, Pedro Freire Ribeiro; Economia Política, Secretário João Batista Pinheiro; Geografia Econômica, Fábio de Macedo Soares Guimarães; Direito Internacional Público, Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto Acioli; Direito Constitucional e Administrativo, Hamilton Bittencourt Leal; Direito Civil e Comercial José Cândido Sampaio Lacerda; e Orientação Profissional, Ministro Manuel Pio Correia Júnior.

Os nove alunos compareceram aos exames gerais, iniciados em setembro, todos obtendo aprovação.

2) CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

No Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, lecionaram-se quatro disciplinas, a saber: Prática Consular, ministrada pelo Secretário Dora Alencar de Vasconcelos; Prática Diplomática, pelo Ministro Manuel Pio Correia Júnior; Tratados e Política Econômica do Brasil, pelo Secretário Otávio Augusto Dias Carneiro e Estudos Brasileiros pelo Professor Marcos Almir Madeira.

Iniciados a 7 de abril, foram realizados os exames finais de Prática Consular, Prática Diplomática e Tratados e Política Econômica do Brasil durante os meses de agosto e setembro, e a entrega das teses de Estudos Brasileiros no mês de outubro.

Foram inscritos *ex-officio* no Curso os seguintes diplomatas: Artur Bernardes Alves de Sousa; Carlos Alberto Pereira Pinto; Celso Diniz; Dário Moreira de Castro Alves; Eduardo Moreira Hosannah; Geraldo de Heráclito Lima; João Hermes Pereira de Araújo; Luís de Moura Barbosa; Marcos Antônio de Salvo Coimbra; Osvaldo Castro Lobo; Paulo Frassinetti Pinto; Renato Bayma Dénys; Sérgio Luís Portela de Aguiar, Sizínio Pontes Nogueira.

O aluno Artur Bernardes Alves de Sousa foi eliminado por falta de frequência; o aluno Dário

Moreira de Castro Alves desistiu de prestar exames finais devido ao seu estágio na Organização das Nações Unidas em Genebra e o aluno Luís de Moura Barbosa não se apresentou aos referidos exames nem justificou a sua ausência. O resultado final do Curso está dependendo da correção das teses pelo Professor Marcos Almir Madeira.

Inscrito voluntariamente na matéria de Tratados e Política Econômica do Brasil, logrou aprovação o diplomata Galba Samuel Santos.

3) CURSO DE EXTENSÃO DE LÍNGUA ALEMÃ

Em 15 de abril de 1952 foram iniciadas as aulas desse Curso dado pela Professora Martha Ellen Becker e no qual se inscreveram 45 alunos entre diplomatas e demais funcionários da Casa. O Curso funcionou regularmente com duas aulas semanais até 7 de agosto, quando as aulas foram suspensas por motivo de força maior. Não foram realizadas provas.

4) CURSO DE EXTENSÃO DE CONCEITOS BÁSICOS DE ECONOMIA POLÍTICA E RENDA NACIONAL

Em 15 de abril de 1952 foram iniciadas as aulas desse Curso, dado pelo Secretário João Batista Pinheiro e no qual se inscreveram diplomatas e funcionários da Casa. O Curso funcionou regularmente até 9 de julho, quando, por motivo de força maior, as aulas passaram a ser ministradas conjuntamente com as de Economia Política do 1.º ano do

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.
Não foram realizadas provas.

5) CURSO ESPECIAL DE LÍNGUA INGLESA
(ELEMENTAR)

Em 15 de abril de 1952 foi iniciado êste Curso, ministrado pelo Professor John Knox, e que se estendeu regularmente com dois e depois três aulas semanais até o dia 29 de agosto. Nele se inscreveram 47 funcionários. A 23 de setembro foi realizada a prova final escrita. Lograram aprovação os seguintes alunos com as seguintes médias finais: Staël Alves Pequeno, 94,00; Maria Antonieta da Silva, 89,00; Maria de Vilhena Fabiano de Araújo, 86,00; Violeta Gomes, 78,00; Maria Aparecida Leal Pena, 77,00; e Maria da Glória Ferraz Graça, 72,00.

6) CURSO ESPECIAL DE ESTENOGRAFIA

Em 16 de abril de 1952 foi iniciado êste Curso, ministrado pelo Professor Frederico Luís Burgos, e que se estendeu com duas aulas semanais até 14 de julho quando foi suspenso por motivo de força maior. Inscreveram-se no Curso 27 funcionários da Casa. Não foram realizadas provas.

II — *Administração*

a) *Pessoal*

Durante o ano de 1952, teve o Instituto, como Chefe da Secretaria, o Conselheiro Beata Vettori.

A chefia da Secção de Administração esteve inicialmente entregue ao Cônsul Cláudio Garcia de Sousa e, a partir de maio, ao Cônsul Marcos Antônio de Salvo Coimbra.

Da chefia da Secção Técnico-Pedagógica, esteve, como no ano anterior, encarregada a Professora Marina de Barros e Vasconcelos.

A Secção de Pesquisas e Publicações, teve a partir de janeiro novo chefe, especialmente admitido para o cargo, o Sr. Flávio Garcia de Sousa.

Como Secretário do Diretor esteve o Cônsul Marcos Antônio de Salvo Coimbra que, desde maio, exerce esta função cumulativamente com a de Chefe da Secção de Administração.

b) Material

Em virtude do acréscimo de despesas resultante do fato de ser feito o Curso de Preparação em tempo reduzido, obrigando a maior número de aulas e conseqüentemente a maior gasto, não foi possível ao Instituto dedicar à aquisição do material, indispensável ao seu bom funcionamento, a mesma quantia dos anos anteriores. Foi, entretanto, possível a instalação do Serviço de Mimeografia.

c) Legislação

Por intermédio do Serviço de Publicações do Ministério das Relações Exteriores foi publicada a coletânea de leis referentes ao Instituto, organizada pelo Cônsul Cláudio Garcia de Sousa.

d) *Situação financeira*

A exigüidade das verbas do Instituto fez-se sentir, mais ainda, durante o ano de 1952, em virtude de se haverem realizado dois anos num só, duplicando o número de aulas e, portanto, a despesa. Não foi possível dar desenvolvimento à parte de conferências.

e) *Biblioteca*

A deficiência da dotação destinada ao Instituto tem impedido a aquisição de obras indispensáveis aos alunos. Limitou-se o aumento do acêrvo da Biblioteca a doações de particulares, algumas de mérito incontestável, mas, por sua própria natureza, deficientes para suprir as necessidades.

III — *Pesquisas e publicações*

Foram publicados no decorrer de 1952 os seguintes trabalhos: "Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)" — Parte I — Tomo I; "Legislação do Instituto Rio-Branco" (Atualizada até 15 de março de 1952); e, "Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata" (Legislação e Programa). Êstes dois últimos volumes foram publicados em colaboração com o Serviço de Publicações do Ministério das Relações Exteriores.

Acham-se, igualmente, prontas as chapas para a impressão em "multilith" do "Atlas de Direito Pú-

blico Internacional", de autoria do Cônsul Luís de Almeida Nogueira Pôrto, dependendo a conclusão dêste trabalho unicamente da aquisição do papel, uma vez que para a execução dos serviços gráficos, obteve êste Instituto a colaboração do Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Deverá estar aparecendo o livro de autoria de Rodrigo M. F. de Andrade intitulado "Rio-Branco e Gastão da Cunha", cuja impressão está sendo feita pelo Departamento de Imprensa Nacional.

CONCLUSÕES

Em virtude da falta de pessoal que se tem verificado na Casa, o Instituto, durante o ano de 1952, atendendo a tal necessidade e ao pedido da alta administração do Itamaraty, intensificou o curso dos alunos que haviam sido aprovados no vestibular de 1951, condensando em pouco mais de um ano a matéria habitualmente estudada em dois anos letivos, assim fazendo um esforço, quer financeiro, quer do ponto de vista administrativo, para poder entregar mais uma turma em abril de 1953. Os programas foram dados, porém, integralmente, sem sacrifício da matéria, tendo sido aumentadas, para isso, as horas de aulas, diminuindo-se os períodos de férias.

Do ponto de vista econômico, evidentemente, houve aumento de despesa, dado o maior número de aulas. Diante dessa circunstância, viu-se o Instituto

obrigado a interromper os cursos de extensão e especiais, bem como a suspender por completo o programa de conferências e até mesmo o de publicações.

Outra iniciativa do Instituto, em 1952, foi a de preparar o programa para o concurso de provas, que, se fôr aprovada a Lei n.º 1.953-52, ainda em estudo na Câmara, deverá realizar-se em 1953, devendo preencher as 45 vagas com que serão aumentados os quadros do Ministério das Relações Exteriores.

Constituiu-se uma Comissão, presidida pelo Diretor do Instituto, e dividida em quatro sub-comissões, a saber: a de Línguas, a de Direito, a de Geografia Econômica e Economia Política e a de Política Mundial Contemporânea, Cultura Geral e História Social e Política do Brasil. Todos os Professores já apresentaram os programas relativos à sua disciplina; segundo ficou assentado, êsses programas incluem a matéria do exame vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, bem como a dos dois anos do mesmo Curso. Está sendo agora terminada a sistematização e unificação do programa, a fim de poder dá-lo à publicidade logo que fôr aprovada a Lei n.º 1953.

A ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO MINISTÉRIO

A "Associação dos Funcionários do Ministério das Relações Exteriores", fundada em 1901, continuou em 1952 a prestar serviços.

De acôrdo com os novos Estatutos, cujo registro já está sendo feito, foram melhorados no ano que acaba de findar os benefícios concedidos.

CONCLUSÃO

Foram êstes, Senhor Presidente, os principais acontecimentos de relêvo na vida do Itamaraty durante o ano de 1952.

Permita-me Vossa Excelência formular meus melhores votos pelo constante êxito de seu Govêrno e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência.

Rio de Janeiro, em 5 de janeiro de 1953.

João Neves da Fontoura

